

Diego de Campos Domingos

**TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ESTUDO NO COMDEMA DE
FLORIANÓPOLIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Administração, na linha de pesquisa Organizações e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Boeira

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Domingos, Diego de Campos
Teoria das Representações Sociais e Participação Social :
estudo no COMDEMA de Florianópolis / Diego de Campos
Domingos ; orientador, Sérgio Luis Boeira - Florianópolis,
SC, 2016.
159 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Representações Sociais. 3. Conselhos
Gestores. 4. Participação Social. 5. Racionalidade. I. ,
Sérgio Luis Boeira. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III.
Título.

Diego de Campos Domingos

**TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ESTUDO NO COMDEMA DE
FLORIANÓPOLIS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Administração”, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração.

Florianópolis, 12 de Fevereiro de 2016.

Prof. Marcus Venicius Andrade de Lima, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Sérgio Luis Boeira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Luciano Félix Florit, Dr.
Universidade Regional de Blumenau

Prof. Renê Birochi, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Rosalia Aldraci Barbosa Lavarda, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esse trabalho a Juliano Schier, aos meus pais e a minha vó Maria de Lourdes Ribeiro Domingos (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Acredito, antes de mais nada, que somos feitos de encontros e a pessoa que somos hoje é o resultado desses encontros que temos ao longo de nossas vidas. Este trabalho é resultado desses encontros.

Ao citar, agradeço especificamente:

A Juliano Schier, companheiro de vida que apoia meus sonhos e me ajudou a tornar este uma realidade.

Aos meus pais que sempre me incentivaram “a seguir nos estudos e ser alguém nessa vida”.

Ao meu orientador, prof. Sérgio, que desde a graduação tem contribuído com o meu amadurecimento acadêmico. Agradeço pelas conversas muitas vezes um tanto confusas, mas que sempre me instigaram a ir além.

Aos conselheiros que aceitaram participar desta pesquisa. Sem vocês, este trabalho não existiria. Espero que o mesmo possa contribuir para o aprimoramento e fortalecimento do COMDEMA/Florianópolis.

Aos colegas do ORD que, direta ou indiretamente, também me ajudaram a concluir este trabalho.

A todos os professores e professoras que tive ao longo da vida. Obrigado por ser dedicarem a uma profissão que, infelizmente, é pouco valorizada em nosso país.

Por fim, agradeço à minha vó “Mariquinha” (*in memoriam*) que mesmo não estando mais entre nós, sei que tem me ajudado nessa caminhada.

O conhecer não se fecha em sua relação com o mundo, mas se abre à criação de sentidos civilizatórios. A qualidade de vida, como finalidade última da realização do ser humano, implica um *savoir vivre*, no qual os valores e os sentidos da existência definem as necessidades vitais, as preferências culturais e a qualidade de vida do povo.

Enrique Leff, 2001

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como os sujeitos (conselheiros) percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA/Florianópolis, por meio das interpretação de representações sociais. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e interpretativo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, observação não-participante e análise documental. A análise de dados permitiu descrever as representações sociais de conselheiros em relação aos resíduos sólidos e à maneira como estes percebem a participação social no conselho gestor. Percebeu-se que os conselheiros, no nível individual, estão engajados com a temática ambiental sob o ponto de vista das racionalidades substantiva e ambiental. Porém, no âmbito do conselho, os conselheiros estão submetidos a valores de ordem instrumentalista, sendo que o conselho está sendo influenciado por lógicas político-burocráticas que têm origem em demandas do poder Executivo. Essa situação leva a um caráter punitivo-corretivo das práticas do conselho e a sua não articulação plena com a sociedade civil. No entanto, os conselheiros sentem a necessidade de mudanças dentro do COMDEMA que possibilitem uma atuação mais preventiva e voltada para o meio ambiente. Observamos que há tensão entre valores substantivos e instrumentalistas, mas a mesma ainda não gera condições para que se rompa a atual lógica dominante no conselho. Por fim, concluímos que o COMDEMA de Florianópolis é formado por conselheiros que têm potencial para fazer com que o mesmo cumpra com seu papel, mas imperativos externos ao conselho têm dificultado o seu amadurecimento rumo a pautas em que a proteção ao meio ambiente seja o tema central nas práticas de gestão.

Palavras-chave: Representações Sociais. Conselhos Gestores. Participação social. Racionalidade.

ABSTRACT

This research aimed to analyse how councillors of the Municipal Council for Defence of the Environment of Florianópolis (COMDEMA/ Florianópolis) realize the process of social participation within such management council based on the interpretation of social representations involved in this process. It is a qualitative, descriptive and interpretative study. Data were collected through semi-structured interviews, non-participant observation and document analysis. Data analysis allowed describing the social representations of the councillors in relation to solid waste and how they perceive their social participation in the management council. It was felt that the councillors at the individual level, are engaged with environmental issues from the point of view of environmental rationality. However, under the advice council, they are undergoing in instrumentalist order values, and the council is being influenced by political-bureaucratic logics that stems from demands of the executive branch. This situation leads to a punitive-corrective nature of the board's practices and its lack of full cooperation with civil society. However, the councillors feel the need for changes within the COMDEMA enabling a more preventive and targeted action for the environment. We observe that there is tension between substantives and instrumentalists values, but it does not yet generate conditions to break the current dominant logic on the board. Finally, we conclude that the COMDEMA Florianópolis consists of councillors who has the potential to make it fulfil its role, but external imperative the council has hampered its ripening towards guidelines on the protection of the environment as the theme central in their management practices.

Keywords: Social Representations. Managing Councils. Social Participation. Rationality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As esferas de pertença das representações sociais	64
Figura 2 – A arquitetura da representação: constituintes e modo de produção	70
Figura 3 – A espiral da contextualização	82
Figura 4 – Hábitos de consumo e meio ambiente	89
Figura 5– Percepções a respeito dos resíduos sólidos	97
Figura 6 – Representações Sociais: Resíduos Sólidos	100
Figura 7 – Síntese do exercício reflexivo	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Guerreiro Ramos e a crítica à razão moderna	44
Quadro 2 – Tipologias do processo de construção da racionalidade ambiental.....	50
Quadro 3 – Limitações do desenho institucional e conselhos gestores	55
Quadro 4 – Relação de entrevistados	79
Quadro 5 – Objetivos Específicos, questões norteadoras e coleta de dados	79
Quadro 6 – Entrevista e tópicos introdutórios.....	80
Quadro 7 – Estágios da interpretação dos dados.....	83
Quadro 8 – Síntese de fatores identificados quanto ao COMDEMA como esfera pública e a participação social	126

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	25
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	36
1.3 OBJETIVOS	39
1.3.1 Objetivo Geral	39
1.3.2 Objetivos Específicos	39
1.4 JUSTIFICATIVA	40
2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	43
2.1 GUERREIRO RAMOS E RACIONALIDADE SUBSTANTIVA.....	43
2.2 ENRIQUE LEFF E RACIONALIDADE AMBIENTAL	47
2.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONSELHOS MUNICIPAIS	51
2.4 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	57
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
3.1 FENÔMENO DE INTERESSE	71
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA	71
3.3 COLETA DE DADOS.....	73
3.3.1 Análise Documental	74
3.3.2 Observação	75
3.3.3 Entrevistas	77
3.6 INTERPRETAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	81
4 ANÁLISE DOS DADOS	87
4.1 RESÍDUOS SÓLIDOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	87
4.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO COMDEMA DE FLORIANÓPOLIS	100
4.3 O COMDEMA/FLORIANÓPOLIS COMO ESFERA PÚBLICA	115
4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
5.1 RETOMANDO OS OBJETIVOS DE PESQUISA	135
5.2 DISCUTINDO ALGUNS “RESULTADOS” DA PESQUISA	139

REFERÊNCIAS.....149

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de uma ampla reflexão sobre as consequências das atividades humanas no planeta tornou-se imperativa no final do último século. Evidências empíricas e científicas em diversas áreas do conhecimento tornaram inquestionável a necessidade de moldarmos uma nova forma de ação individual e coletiva.

ANNE LOUETTE, 2007

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Sob influência de doutrinas positivistas, segundo Santos (2010), o paradigma dominante perpetuou uma visão linear que desconsidera a complexidade da experiência humana ao priorizar a linguagem matemática e o empirismo como instrumentos para quantificar o conhecimento e, assim, dar maior crédito a valores de estabilidade e previsibilidade no campo científico. Leis (1999) menciona que talvez uma das piores heranças dessa perspectiva à modernidade seja a ideia de que o progresso da sociedade dependa da superação de qualquer obstáculo por meio das forças de trabalho e de avanços tecnológicos.

A racionalidade científica dominante legitima a sociedade centrada no mercado e coloca as questões ecológico-ambientais em segundo plano, transformando a ciência em instrumento que justifica a organização industrial, ou seja, a ciência sendo alimentada por interesses econômicos e políticos perde, assim, a sua capacidade crítica (GUERREIRO RAMOS, 1989; MORIN, 2005; LEFF, 2011). O conhecimento científico, para Morin (2005, p. 25), não é reflexo das leis da natureza tendo em vista que “[...] traz com ele um universo de teorias, de ideias, de paradigmas, o que nos remete, por um lado, para as condições bioantropológicas do conhecimento (porque não há espírito sem cérebro), por outro lado, para o enraizamento cultural, social, histórico das teorias”.

O paradigma social dominante (PSD)¹, no que diz respeito ao relacionamento sociedade-natureza, representa o ideal de que o progresso

¹ Para Pirages e Ehrlich (1974 apud SILVA, 2010, p. 13), o PSD define “o conjunto de normas, crenças, valores e hábitos que forma a visão de mundo mais comumente compartilhada dentro de uma cultura. Ele é constituído por generalizações simbólicas amplamente aceitas pelos membros de uma comunidade, modelos de relacionamento entre objetos de interesse e critérios de julgamento em avaliações”.

científico e social depende da dominação do homem sobre a natureza. Nessa concepção, a natureza é vista como algo externo ao ser humano, sendo fonte de recursos infinitos e, quando reconhece a existência de problemas ambientais, perpetua a ideia de que os mesmos podem ser facilmente resolvidos por avanços técnicos-científicos. Relacionado diretamente com ideologias² que serviram de base para a Revolução Industrial, atualmente o paradigma social dominante serve de base para a visão de uma sociedade industrial centrada no crescimento econômico ilimitado (EGRI; PINFIELD, 2007).

Guerreiro Ramos (1989) aponta a negligência por parte da sociedade industrial centrada no mercado em relação aos limites ecológicos existentes para uma concepção de desenvolvimento expansionista e crescimento econômico ilimitado. Para o autor faz-se necessário o equilíbrio entre sociedades humanas e o meio ambiente, sendo que esse seria viável pela subordinação das atividades econômicas a princípios ecológicos, já que “a natureza não é um material inerte; é um sistema vivo, que só pode perdurar na medida em que não se violem os freios biofísicos a seus processos de recuperação” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 199).

Santos (2010, p. 40) afirma que “são hoje muitos e fortes os sinais de que o modelo de racionalidade científica [...] atravessa uma profunda crise”, sendo que a “crise do paradigma dominante é o resultado interativo de uma pluralidade de condições”. A pressão que o sistema econômico exerce sobre o ambiente natural resulta no questionamento do *status quo* imposto pelo PSD, surgindo assim novas questões paradigmáticas a respeito da relação sociedade-natureza (LEFF, 2006; EGRI; PINFIELD, 2007; HANNIGAN, 2009). Desse modo, essa visão simplista não leva em consideração a complexidade da atual situação decorrente dos desequilíbrios ecológicos e da diversidade de atores sociais envolvidos (LEIS, 1999).

A partir de uma análise ampla, as perspectivas modernas dessa relação podem ser agrupadas em três grupos principais: ecologia radical, ambientalismo moderado e ecologia política, sendo que essas, por sua vez, devem ser compreendidas a partir dos contextos histórico, social, econômico e político em que se dá as relações entre sociedade e natureza (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009). Segundo Egri e Pinfield (2007, p. 362) essas abordagens são “sintomáticas da estrutura profunda de crenças quanto às consequências de uma sociedade industrializada”.

² Egri e Pinfield (2007) destacam o materialismo mecanicista, a racionalidade e o reducionismo científico.

Contraopondo-se ao paradigma antropocêntrico, a ecologia radical procura romper com concepções instrumentais e utilitaristas a respeito da natureza ao criticar a tese de que os recursos naturais são instrumentos que devem ser geridos apenas para satisfazer os desejos humanos, ou seja, o único valor desses recursos reside no fato dos mesmos poderem ser apropriados e utilizados pelas pessoas (BRAGA, 2013). Tendo em vista que apenas o processo de desindustrialização da sociedade seria o suficiente para salvar a Terra do eminente desastre ecológico, essa perspectiva propõe um novo entendimento da relação entre homem e natureza ao reconhecer limites finitos e defender a preservação dos recursos naturais por meio de uma nova ética fundada em princípios anticonsumistas e antimaterialistas. (EGRI; PINFIELD, 2007; HANNIGAN, 2009).

Opondo-se também ao tecnocentrismo, ou seja, à ideia de que os desequilíbrios ambientais poderiam ser facilmente revertidos pelos avanços tecnológicos, decorrem dessa perspectiva duas visões: biocêntrica e ecológica. A primeira, associada diretamente com o surgimento da ecologia como ciência, reconhece a supremacia do equilíbrio ecológico perante as necessidades humanas. Nessa visão encontram-se duas tendências dos movimentos ecológicos: o preservacionismo e o conservadorismo³. Já quanto à segunda – visão ecológica – a mesma surgiu a partir de um contexto da consolidação de um modelo de produção e consumo em massa e de uso intensivo de fontes energéticas não-renováveis. Essa visão alertava dos riscos ambientais decorrentes do crescimento da poluição e uso intensivo de recursos. De caráter fortemente científico, a visão ecológica insere-se no âmbito governamental ao levar o debate das problemáticas ambientais para contextos mais amplos com a criação de órgãos nacionais e internacionais para proteção do meio ambiente (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009).

O ambientalismo moderado diferencia-se do movimento radical ao procurar conciliar crescimento econômico e proteção ambiental por meio do conceito de sustentabilidade ecológica. Estando inserido em um contexto de transição do regime fordista para o da acumulação flexível, o ambientalismo moderado reconhece os limites da natureza sendo que o esgotamento dos recursos naturais configura, também, ameaça à

³ “Embora com propostas muito semelhantes, preservacionistas e conservacionistas se diferenciavam pelo enfoque que os primeiros davam à criação de reservas naturais, enquanto os últimos se preocupavam também com a relação homem-meio ambiente no meio urbano” (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009).

sustentabilidade do modelo econômico vigente⁴ (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009). Para Leff (2011, p. 16) o conceito de sustentabilidade ecológica assinala “os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental” ao questionar os próprios fundamentos do modelo de produção vigente e lançar luz à necessidade de repensar o atual modo de vida da população como condição essencial para a sobrevivência humana. Egri e Pinfield (2007) destacam que, nessa perspectiva, a relação sociedade-natureza é do tipo antropocentrismo modificado que, por sua vez, caracteriza-se pelo reconhecimento da necessidade de administrar de forma sustentável os recursos naturais cabendo à tecnologia a função tanto de progresso científico-econômico quanto de identificação e gerenciamento dos riscos ambientais que representam ameaça à sobrevivência humana, sendo que o Estado adquire um caráter mais ativo no gerenciamento dos recursos naturais ao legislar e fiscalizar a respeito dos recursos naturais e a sua utilização pela sociedade.

A perspectiva do ambientalismo moderado é fundamentada pela concepção de desenvolvimento sustentável que, segundo CNMAD (1991, p. 46), diz respeito a concepção de desenvolvimento “que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”, sendo que contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidades, sobretudo “as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade” e “a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras”, sendo primordial “levar em conta sua sustentabilidade em todos os países [...]”. Para Veiga (2008; 2010) esse conceito é permeado por conflitos entre racionalidades econômica e ecológica, caracterizando-se por ser de uma gradual implementação fundada na discussão democrática, participativa e consensual, pois necessita-se “[...] antes de tudo, de um processo social, no qual os atores deverão pactuar, aos poucos, os novos consensos de uma agenda possível, rumo ao futuro que se deseja sustentável” (VEIGA, 2008, p. 189). Para

⁴ Essa concepção apresenta relação direta com o relatório *The Limits of Growth* de 1972 que foi patrocinado pelo Clube de Roma e representa, por sua vez, uma transição entre a perspectiva radical (que não teve grande adesão nos âmbitos político e econômico) e o ambientalismo moderado. Em 1987 surge o Relatório da Comissão de Brundtland que introduz o conceito de desenvolvimento sustentável consolidado, por sua vez, no âmbito das políticas ambientais propostas pela ONU a partir da Rio-92. Na Rio+10 emerge a questão social reconhecendo-se a necessidade de redução da pobreza e inclusão social como elementos centrais no desenvolvimento sustentável (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009).

Hannigan (2009) o desenvolvimento sustentável visa a modernização ecológica⁵, ou seja, aponta para a possibilidade de superar a crise ambiental e ao mesmo tempo manter o processo de modernização da sociedade. Com base em Sachs, pode-se observar que o conceito de desenvolvimento sustentável converge com a proposta de ecodesenvolvimento que diz respeito ao crescimento economicamente sustentado, socialmente inclusivo e em harmonia com o meio ambiente a partir de cinco pilares: social, econômico, ecológico, espacial e cultural. A sustentabilidade social preocupa-se em saber para quem é o desenvolvimento e quais serão os seus beneficiados, a sustentabilidade econômica está relacionada com a discussão de que os benefícios ambientais, sociais e humanos deveriam ser o centro da economia, a sustentabilidade ecológica declara que preservação ambiental e desenvolvimento não são dois aspectos contraditórios, a sustentabilidade espacial sugere que as discrepâncias entre o Norte e o Sul devem ser reduzidas e a sustentabilidade cultural preconiza que o desenvolvimento deveria vir de forças endógenas ao invés de ser imposto por forças exógenas (SACHS, 1993; 2002; 2004).

A terceira perspectiva moderna da relação sociedade-natureza – ecologia política – diferencia-se das anteriores ao incorporar na análise de problemas ambientais questões como justiça social e empoderamento, focando sua análise nas formas como se dá o acesso e controle dos recursos naturais e o impacto dessas formas na sustentabilidade das atividades econômicas e nas práticas culturais dos diversos grupos sociais envolvidos. A ecologia política reconhece a existência do conflito entre atores sociais na disputa por acesso aos recursos naturais que, por sua vez, criam novos conflitos sociais e ambientais, sendo que as relações de poder na estrutura social fazem com que o ônus ambiental seja desigualmente distribuído entre os diversos atores (MARTINEZ-ALIER, 2007; JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009; HANNIGAN, 2009; EMPINOTTI, 2011).

Segundo Leis (1999, p. 28) “as questões ambientais envolvem numerosas trocas e negociações [...] entre dimensões e atores diferentes [...] que implicam tomar decisões que supõem verdadeiros dilemas e opções em aberto para a sociedade”. Para Matinez-Alier (2007, p. 53) ao compreender “que os padrões de uso dos recursos e dos sumidouros ambientais dependem de relações de poder mutáveis e da distribuição de

⁵ Hannigan (2009, p. 47) aponta que esse movimento é conhecido “pela tentativa de manter uma posição racional” entre ambientalista radicais e o enfoque centrado no mercado, com base no otimismo tecnológico.

renda, entramos no campo da ecologia política”. Observa-se que a questão do acesso é central para a compreensão das tensões entre recursos naturais e sociedade, mas não pode ser vista apenas como decorrente do acúmulo de capital e do consumismo, mas também como resultado de outros fatores que refletem as lógicas presentes naquele momento do Estado, do mercado e da sociedade civil. As tensões decorrentes da demanda por acesso a recursos naturais cada vez mais escassos e o conflito entre crescimento econômico e uso desses recursos resultam em discursos distintos e polifônicos a respeito dos valores ambientais locais e globais, ou seja, os valores ambientais atribuídos, geograficamente e temporalmente, pelos grupos sociais dependem de suas posições políticas, sociais e culturais. Desse modo, os conflitos socioambientais não são exclusivamente conflitos de interesses, mas também de valores (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Segundo Giddens (2005) a dinâmica dos problemas globais pode ser pensada em termos de riscos. Atualmente, o impacto da ação humana sob o meio ambiente produz riscos que possuem origens difusas e consequências indeterminadas. Até bem recentemente, as sociedades eram ameaçadas por riscos que não tinham relação alguma com as ações humanas. Porém, atualmente, os principais riscos são àqueles provenientes do impacto do próprio conhecimento humano e da tecnologia sobre o mundo natural, conhecidos por riscos produzidos.

No entanto, quando pensados a partir do ponto de vista local, esses riscos, não afetam todos de forma igual. A forma como eles afetam está diretamente relacionada com o grau de vulnerabilidade que os sujeitos têm no espaço social no qual estão inseridos (MARTINEZ-ALIER, 2007).

A percepção de risco tanto do ponto de vista individual quanto coletivo é emergente nas problemáticas ambientais que envolvem, por exemplo, discussões sobre mudanças climáticas, questionamentos dos padrões de consumo, preservação dos recursos naturais e a destinação correta do lixo. Para Beck (2010) os problemas da atual sociedade resultam dos avanços técnicos e econômicos iniciados na Revolução Industrial. A multiplicação dos riscos foge ao controle das instituições e afeta de forma diferenciada as camadas sociais, não excluindo necessariamente quem os produz ou se beneficia desses riscos. O reconhecimento social e legitimação dos riscos baseiam-se em interpretações dos acontecimentos e na sua perspectiva futura, colocando, desse modo, o indivíduo em uma posição de destaque em relação às esferas de organização social. Para Beck o momento atual é marcado pelo cálculo de riscos por parte das pessoas que, diante de um cenário de

incertezas, estão cada vez mais propensas a pensar e debater os diversos aspectos de suas vidas. Desse modo, a multiplicação de riscos e o seu caráter público leva a reconhecer que a sociedade de risco torna-se cada vez mais reflexiva e autocrítica. Wilkison (2009, p. 40) afirma que “a nova ‘consciência do risco’ resulta da percepção [...] de que vivemos em meio a uma época em que os custos ambientais da industrialização estão começando a sobrepujar os benefícios sociais”.

Ao assumirem caráter público, os riscos ambientais se inserem em discussões, meios acadêmicos, pesquisas e legislações, que visam buscar contribuições para eliminar alguns problemas ou pelo menos minimizá-los. No campo da Administração, segundo Egri e Pinfield (2007), o meio ambiente é visto pelas teorias tradicionais e predominantes como um recurso disponível às organizações para o alcance de seus objetivos o que, por sua vez, caracteriza uma abordagem tecnicista, positivista e funcionalista da problemática ambiental em estudos organizacionais. Por outro lado, enfoques críticos a essa abordagem resultaram no desenvolvimento de abordagens construtivistas levando o meio ambiente a ser encarado como um metáfora (MORGAN, 2009). Além disso, o meio ambiente passa a ser encarado como uma questão mercadológica sendo uma das peças-chaves na competição entre empresas e na análise de nichos para inserção de produtos e serviços (HANNAN; FREEMAN, 2007).

No que diz respeito à Administração como ciência social aplicada e a forma como a teoria organizacional aborda a relação sociedade-natureza observa-se, atualmente, uma forte influência da perspectiva do ambientalismo moderado. Segundo Leis (1999, p. 156) “a força político-ideológica do desenvolvimento sustentável [...] foi adotada como um estilo de gestão e atividade empresarial”, sendo que o setor empresarial não necessariamente viu-se comovido pelos princípios éticos dessa perspectiva, mas “também não pôde evitar uma atração pragmática em função de seus próprios objetivos”. Para Justen e Moretto Neto (2012) a temática da sustentabilidade ganhou um dimensão fortemente econômica devido, principalmente, às origens positivista e instrumental da Administração, sendo que as empresas reconhecem a importância do tema principalmente como forma de melhoria da imagem institucional, das vantagens econômico-financeiras e, conseqüentemente, como um diferencial competitivo. De acordo com Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) o conceito de sustentabilidade está sendo difundido nas escolas de Administração de duas formas distintas: via a introdução de cursos de Responsabilidade Social Corporativa e Gestão Ambiental ou via promoção do conceito de sustentabilidade como oportunidade em

determinada área como, por exemplo, a introdução do conceito de ecoeficiência no campo da produção e logística. Desse modo, o meio ambiente no campo da Administração ainda têm sido visto, em sua maioria, apenas como um recurso e, assim, marginalizando o fato que vivemos em um planeta com recursos finitos. Segundo Justen e Moretto Neto (2012, p. 739) a relação de dominação do homem sobre a natureza, também no campo da Administração, não se altera tendo em vista que os “imperativos ecológicos são tomados apenas na medida em que ocasionem obstrução à lucratividade e ao predomínio da atividade empresarial sobre as demais formas de organização social”.

A racionalidade instrumental não tem permitido que as pessoas desenvolvam suas ações de modo emancipatório dentro das organizações (TENÓRIO, 1990). A influência predominante do positivismo no desenvolvimento da ciência da administração resultou em uma capacidade limitada de consciência social por parte do indivíduo a respeito de sua própria existência e posição no mundo organizacional inibindo o seu papel ativo como ator social, ou seja, alienando o homem de sua própria capacidade transformadora (MOZZATTO; GRZYBOVSKI, 2013). Guerreiro Ramos (2009) aponta que o processo de racionalização submeteu os indivíduos à lógica do lucro das empresas e ao cálculo utilitário das consequências, características essas presentes em uma sociedade centrada no mercado onde a empresa é um dos aspectos de uma configuração social complexa. Leff (2011) aponta que esses valores de caráter econômico e utilitarista constituem hoje a base da organização social predominante, estando presente desde os modelos de produção e consumo até a forma de como o Estado está estruturado.

No campo da teoria da Administração, as organizações são apontadas por Prestes Motta (1981;1993) como as principais responsáveis pelas formas de conduta dos atores sociais. Segundo o autor pode-se observar no ambiente organizacional a reprodução do que ocorre em um plano social mais amplo, sendo o processo de socialização nas organizações caracterizado pelo doutrinamento e treinamento de indivíduos que ocorre antes mesmo de sua entrada nesse sistema que visa a perpetuação de dominação e subordinação política e ideológica da macroestrutura. Tragtenberg aponta que a Teoria Geral da Administração é também uma ideologia e, como tal, apresenta uma visão deformada da realidade que, desse modo, inibe o potencial de emancipação ao sujeitar as relações sociais a favor dos interesses que não o da maioria (PRESTES MOTTA, 2001). Essa limitação de consciência social por parte dos indivíduos a respeito tanto de sua existência quanto posição no mundo organizacional inibe o seu papel efetivo como ator social, alienando o

homem de sua própria capacidade transformadora (MOZZATTO; GRZYBOVSKI, 2013). Santos (1978, p. 46) defende que “numa sociedade em que a divisão do poder é estruturalmente desigual, [...] (a luta por uma certa ciência) é parte integrante da luta política global [...]”. Desse modo, argumenta-se no presente trabalho pela necessidade de discutir novos rumos na formação do saber que reflitam as necessidades sociais ao buscar atribuir aos indivíduos suas condições de sujeitos autônomos diante das estruturas sociais nos quais estão inseridos.

A Teoria das Organizações está fundamentada na ideia de um homem operacional e/ou reativo. O primeiro tipo de homem está relacionado com os princípios da Escola Clássica da Administração e o segundo com a Escola das Relações Humanas, sendo que para ambos os tipos observa-se a razão instrumental como mola propulsora de suas ações e práticas, tanto no ambiente interno das empresas quanto nas relações estabelecidas fora do ambiente empresarial. Em contraposição apresenta-se a ideia do homem parentético e esse, por sua vez, é orientado pelo julgamento ético, pela racionalidade substantiva. O homem parentético tem um posicionamento altamente crítico, o que possibilita ao mesmo visualizar e compreender o que está além das aparências (GUERREIRO RAMOS, 2001).

A racionalidade instrumental predominante nas organizações favorece a perpetuação de um sistema que impossibilita o desenvolvimento de posturas críticas dos agentes sociais engessando, desse modo, as possibilidades de emancipação. Serva (1997) apresenta o conceito de racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos e de forma complementar a teoria da ação comunicativa de Habermas como uma possibilidade de identificação e análise das condições favoráveis à emancipação do homem nas relações de trabalho, já que devido a abordagem essencialmente teórica da obra de Guerreiro Ramos faz-se necessário que a mesma seja complementada por uma teoria da ação.

Por meio de tipos ideais, Guerreiro Ramos (1989) analisa outros espaços de relações sociais além do mercado. O autor não argumenta pelo fim do mercado como forma de organização, mas sim defende a delimitação dos seus espaços de atuação de modo a permitir outros meios de organizar as relações entre os sujeitos. O paradigma paraeconômico é um tipo ideal que visa analisar a sociedade sob um ponto de vista multicêntrico, ou seja, uma sociedade além do mercado fundada na alocação de recursos entre os diversos enclaves sociais e que permita aos indivíduos guiarem-se pela racionalidade substantiva (FRANÇA FILHO, 2010). Nesse aspecto da obra de Guerreiro Ramos observa-se a necessidade de repensar as atuais formas de organização o que, por sua

vez, está diretamente relacionado com a tensão existente entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva.

A teoria da delimitação dos sistemas sociais e a abordagem substantiva das organizações podem ser consideradas o principal legado de Guerreiro Ramos para os estudos organizacionais, já que denunciam de forma consistente as fragilidades de uma sociedade centrada no mercado e como a mesma distorce as relações sociais em função de seus valores individualistas, calculistas e utilitários. Desde que nascemos mantemos relações, diretas ou indiretas, com diversos tipos de organizações e, desse modo, não seria exagero afirmar que nossas vidas se dão em torno de organizações. Nesse aspecto, o pensamento de Guerreiro Ramos continua atual já que torna-se cada vez mais perceptível a necessidade da valorização de outras formas de relações sociais que satisfaçam necessidades além daquelas pautadas na razão instrumental. Ora, não se pode negar o papel social da Administração tendo em vista que as organizações são seu objeto de estudo e é por meio dessas organizações que os indivíduos estabelecem relações que, muitas vezes, podem perdurar por toda uma vida. Deve-se, assim, visar uma sociedade centrada no indivíduo permitindo sua emancipação de forma que se possa valorizar a vida coletiva pautada na solidariedade entre seus membros e no julgamento ético (PAULA, 2007; BARIANI, 2010; FISCHER, 2010; FRANÇA FILHO, 2010; PIZZA JUNIOR, 2010; TENÓRIO, 2010).

Em contraposição às práticas racionais instrumentais, a gestão social surge no contexto brasileiro como alternativa que visa uma gestão pautada, principalmente, na racionalidade substantiva via processo participativo, dialógico e consensual em prol de atender as necessidades sociais e a emancipação⁶ dos indivíduos. Esse campo preconiza o processo decisório deliberativo, ou seja, um espaço democrático onde a participação e o diálogo são considerados aspectos centrais para o agir orientado pelo consenso mútuo. Desse modo, a gestão social procura possibilitar o exercício pleno da cidadania ao promover um espaço no qual os indivíduos possam adotar uma postura social proativa na busca de um consenso mútuo na resolução de conflitos (TENÓRIO, 1998; 2005; 2008; 2013; PIMENTEL; PIMENTEL, 2010; CANÇADO; TENÓRIO;

⁶ Emancipação, no contexto da gestão social, diz respeito à “possibilidade de uma atitude gerencial compartilhada entre os diversos atores”, tanto no ambiente interno das organizações quanto entre organizações, “no qual o processo de tomada de decisão deve ser compartilhado em direção ao bem comum, ao bem estar da sociedade” (TENÓRIO, 2013, p. 15).

PEREIRA, 2011; CANÇADO; SAUSEN; VILLELA, 2013; CANÇADO; BOULLOSA, 2014).

Segundo Tenório (2012, p. 22) o conceito de cidadania deliberativa diz respeito à cidadania “validada a partir de esferas públicas em que todos os interessados argumentam orientados pelo fundamento da inclusão”, sendo que esfera pública diz respeito ao “espaço no qual se constituem experiência de interesse social [...], onde os atores devem subordinar seus interesses pessoais aos coletivos [...]”. Tenório et al (2008, p. 9) afirmam que a promoção da cidadania deliberativa significa que “a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão [...]”, que, por sua vez, devem ser orientados por “princípios de inclusão, do pluralismo, da igualdade, da autonomia e do bem comum⁷”.

Diante do que foi exposto, o ambientalismo multissetorial surge como abordagem para compreensão da relação sociedade-natureza que reconhece uma leitura sociopolítica das questões ambientais, atribuindo aos diversos atores e setores envolvidos responsabilidade na resolução dos problemas ambientais (VIOLA; BOEIRA, 1990; BOEIRA, 1998; 2005), sendo que a “questão ambiental configura-se como espaço da explicação do confronto entre forças sociais em disputa pela significação e legitimação do discurso e da prática” (SILVA, 2000, p. 4). Viola e Leis (1991) reconhecem que o setor empresarial possui um grande poder de mudança social, mas é reprodutor de uma racionalidade econômica pautada em valores antropocêntricos e individualistas. Porém, o mesmo tem passado por transformações na forma como compreende os problemas ambientais (principalmente pela incorporação de valores do desenvolvimento sustentável). As questões ambientais transcendem os limites do setor empresarial e o debate atual do ambientalismo não pode ser centrado em apenas um setor da sociedade, mais sim a partir de uma faceta complexa e multifacetada de atores sociais (VIOLA; BOEIRA, 1990).

A partir do que foi exposto até o momento, destacam-se quatro premissas subjacentes e que norteiam a delimitação do problema de pesquisa proposto a seguir:

- a) a atual perspectiva ambiental hegemônica no campo dos estudos organizacionais encontra dificuldades para superar a dicotomia sociedade-natureza decorrente da influência do positivismo e funcionalismo na Administração;

⁷ Sobre esses princípios ver Tenório et al (2008, p. 11)

- b) a temática ambiental não pode ser compreendida de forma isolada em um setor da sociedade, exigindo uma análise multissetorial;
- c) os conflitos ambientais não são exclusivamente conflitos de interesses, mas também de valores; e
- d) a proposta de cidadania deliberativa, sob a ótica da gestão social, converge com uma visão complexa e multissetorial de análise dos problemas ambientais por preconizar o diálogo e a participação como forma de superar a lógica instrumental hegemônica na gestão.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A organização racional do trabalho, como apontada por Guerreiro Ramos (1989; 2008) e Polanyi (2000), sujeitou as atividades da vida às leis do mercado e, desse modo, a forma de existências dos sujeitos na esfera social ganhou contornos mais individualistas em detrimentos da organicidade. A subordinação do indivíduo aos princípios da sociedade centrada no mercado e, conseqüentemente, da própria natureza fez com que o primeiro perdesse a consciência da sua ligação com o último e, assim, sociedade e natureza constituem-se, atualmente, em esferas desarticuladas. Para Guerreiro Ramos (1989) é essencial que os indivíduos resgatem outras formas de racionalidade que sejam fundadas em princípios éticos e em valores coletivos de forma a encontrar, novamente, o equilíbrio entre sociedade e natureza.

Entre os problemas ambientais, a questão dos resíduos sólidos tem recebido, nos últimos anos, maior destaque tanto na mídia quanto no meio acadêmico. O padrão de consumo, destinação correta, custos envolvidos, etc, são algumas das preocupações que tem sido mais discutidas. No Brasil, no ano de 2010 foi sancionada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que tem como objetivo estabelecer diretrizes para a gestão integrada e gerenciamento adequado de resíduos sólidos com base em valores de desenvolvimento social, ambiental e econômico. Além disso, a referida lei preconiza o debate público e o envolvimento dos diversos setores na definição das práticas de gestão e gerenciamento a partir da realidade de cada município (MARCHESE; KONRAD; CALDERAN, 2011).

No município de Florianópolis, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) pode ser considerado uma importante esfera institucional para debate da temática ambiental. De caráter deliberativo, o COMDEMA é formado por representantes do

governo e da sociedade civil. Caracterizado por ser um grupo de representação paritária, tem como aspecto central a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município de Florianópolis. Para Gohn (2011) os conselhos gestores municipais surgem como um importante espaço de expressão, representação e participação de diversos setores da sociedade sendo que, em tese, visam a transformação social por meio de influência na formação de políticas públicas. A participação organizada da sociedade permite que a mesma controle e fiscalize, como também participe efetivamente na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas (GOHN, 2011). Abramovay (2001, p. 121) reconhece a precariedade da participação social desses conselhos e a sua “submissão a poderes locais dominantes”, sendo que além da influência de forças dominantes também deve-se reconhecer a possibilidade do fato de os conselheiros poderem

ser mal informados, pouco representativos, indicados pelos que controlam a vida social da organização ou localidade em questão, mal preparados para o exercício de suas funções ou, o que parece tão frequente, uma mistura de cada um destes elementos.

Porém, Abramovay (2001) destaca que essa situação não pode minimizar o “potencial de transformação política” dos conselhos e o fato de esses conselhos existirem “abre caminho para que se amplie o círculo social em que se operam as discussões sobre o uso dos recursos públicos”, já que esses conselhos são, em sua configuração, um potencial mecanismo de articulação entre distintos atores sociais. Gohn (2000) complementa ao informar que os conselhos também possuem caráter de divulgação já que, em muitos casos, são o principal canal de informação sobre as políticas públicas e, também, contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades dos atores sociais envolvidos.

Nesse ponto, reconhecemos que os conselhos municipais são espaços de disputas entre valores distintos e, assim, o processo participativo deve ser visto, também, como reflexo da tensão entre diferentes racionalidades. Guerreiro Ramos (1989) argumenta que o homem é um ator social que vive sob tensão permanente e inevitável e que, com base em seu senso crítico, cede ou resiste aos estímulos sociais. Novos arranjos sociais tornam-se inviáveis quando os indivíduos perdem o senso crítico que lhes permite suportar a tensão entre as racionalidades, resignando-se às exigências de uma racionalidade instrumentalista. Essa situação é agravada quando, ao estudar o processo formativo de decisões, o pesquisador negligencia a existência dessa tensão e, assim, aceita a

racionalidade instrumental como o padrão fundamental da vida. Sendo os conselhos municipais espaços onde encontram-se envolvidos interesses de diversos setores da sociedade (Estado, mercado e sociedade civil), é válida a observação de que há

[...] uma tensão contínua entre sistemas organizacionais planejados e os atualizadores, e afirmar que o indivíduo deveria esforça-se para eliminar essa tensão, chegando assim a uma condição de equilíbrio orgânico com a empresa [...], corresponde a recomendar a deformação da pessoa humana. Somente um ser deformado pode encontrar em sistemas planejados o meio adequado à própria atualização (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 99)

Serva (1997, p. 29) ao analisar a racionalidade de forma empírica constata que no âmbito organizacional as pessoas encontram-se em uma permanente “dualidade tensa”, já que quando procuram pautar-se em uma ética substantiva entram em conflito com as “diretrizes e lógicas de ação” de uma sociedade em que prevalecem elementos basilares de “uma racionalidade utilitária, instrumental”.

No que diz respeito a relação entre racionalidade instrumental e natureza, Polanyi (2000) contribui com um posicionamento interessante. O autor argumenta que a produção pode ser entendida como a interação entre homem e natureza, mas que quando essa interação encontra-se submetida à valores instrumentalistas advindos do mercado, tanto natureza quanto o próprio homem são encarados como mercadorias, ou seja, “o homem, sob o nome de mão-de-obra e a natureza, sob o nome de terra [e recursos naturais], foram colocados à venda”, sendo que essa subordinação faz com que o homem perca a consciência de que sociedade e natureza constituem um todo inseparável (POLANYI, 2000, p. 162). Aqui, pode-se destacar a importância do pensamento de Guerreiro Ramos (1989) para a temática ambiental, já que para superar as distorções decorrentes da visão instrumentalista a respeito da relação natureza-sociedade é essencial a retomada da consciência por parte dos indivíduos, ou seja, do senso crítico que, para Guerreiro Ramos (1989), é o resgate da racionalidade substantiva quando da delimitação dos sistemas sociais, ou seja, da subjogação de valores instrumentalistas e econômicos às lógicas de ação em que a conduta dos sujeitos se dá pautada por valores éticos e direcionada a interesses coletivos.

Desse modo, a presente pesquisa reconhece os conselhos gestores municipais como possíveis espaços que buscam o bem-estar coletivo, via processo dialógico e participativo, sendo que esse processo

é permeado por tensão entre racionalidades. Além disso, reconhecemos também a importância em analisar os valores envolvidos na participação dos conselheiros como meio essencial para compreender as lógicas de ação e tomada de decisão.

A partir do que foi exposto até o momento, a Teoria das Representações Sociais (TRS) surge como aspecto central desse estudo tendo em vista que, segundo Moscovici (2009), a TRS reconhece que ao procurar compreender os fatos da vida cotidiana as pessoas utilizam-se dos mais diversos conhecimentos com o intuito de explicar a realidade que vivenciam, ou seja, o comportamento dos atores sociais não é determinado apenas pelo objeto com o qual ocorre a interação, mas também por meio da representação que se têm desses objetos. Guareschi (2007) aponta que os fenômenos sociais são permeados por tensões e, nesse aspecto, a análise de representações sociais procura compreender como as ações decorrentes dessas tensões constituem-se em realidade para os atores sociais envolvidos. Oliveira e Amâncio (2006) apontam que para a TRS essa interação entre sujeito e objeto é do tipo dialógica como também reconhece que essa interação envolve diversas racionalidades e intencionalidades.

Com o intuito de alinhar as premissas que orientam a atual pesquisa é proposto como foco de estudo o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA-Florianópolis). Por ser um espaço institucional do município de Florianópolis para debate, consulta e deliberação a respeito de conflitos ambientais, o COMDEMA-Florianópolis é apresentado como foco de estudo por possibilitar estudar, a partir de pressupostos da TRS, **como os sujeitos (conselheiros) percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA/Florianópolis e quais são os valores envolvidos nesse processo?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar como os sujeitos (conselheiros) percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA/Florianópolis, por meio da interpretação de representações sociais.

1.3.2 Objetivos Específicos

Como subdivisão do objetivo geral são propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever e analisar as representações sociais de integrantes do COMDEMA-Florianópolis a respeito do tema resíduos sólidos;
- b) analisar como os conselheiros percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA/Florianópolis; e
- c) analisar o COMDEMA/Florianópolis enquanto esfera pública.

1.4 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho pode ser visto como uma ampliação do trabalho de conclusão de curso defendido no ano de 2013 pelo autor da presente dissertação. Na época, tendo como foco de estudo a empresa responsável pela coleta e limpeza urbana no município de Florianópolis⁸, procurou-se descrever o cenário de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos na capital como, também, analisar as práticas e perspectivas da COMCAP frente a implementação de canais de logística reversa dos resíduos recicláveis.

No andamento da pesquisa foram identificadas limitações técnicas e operacionais que dificultavam o alinhamento do município com as diretrizes da PNRS. Além disso, ao longo das entrevistas foram percebidas tensões entre valores pessoais e as práticas organizacionais. Porém, por não ser o foco do estudo optou-se por não aprofundar o assunto.

Percebeu-se, também, dificuldades para a abordar a temática de forma sistêmica e integrada. A percepção que se teve foi de que a empresa está sozinha no processo de elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos de Florianópolis. Não foi possível identificar a participação de outros setores nesse processo, como também identificou-se a falta de diálogo entre os municípios na elaboração de estratégias para gestão e gerenciamento de resíduos sólidos na Grande Florianópolis.

Do interesse de compreender como os sujeitos interpretam a temática dos resíduos sólidos e como a tensão entre valores influenciam nesse processo, a abordagem da TRS surge como possível caminho para compreender a influência de representações e tensões no comportamento individual na esfera pública.

⁸ COMCAP (Companhia de Melhoramento da Capital)

Em um contexto no qual se reivindica por parte da sociedade maior espaço para participar das decisões e de movimentos que procuram resgatar a análise de problemas sociais a partir da perspectiva do ator, o presente proposta justifica-se pela tentativa de compreender um problema coletivo (resíduos sólidos) com base na perspectiva de pessoas que representam setores da sociedade em um espaço que, em tese, deve ser pautado por valores de igualdade e voltados para a promoção do bem estar comum/coletivo (conselhos gestores).

No campo da Administração o presente estudo justifica-se pelo fato de que procura compreender outras formas de “organizar” que não aquelas tradicionalmente estudadas. Os conselhos municipais surgem da necessidade de se instituir um espaço legítimo para participação social e política. São, essencialmente, mecanismos que visam fortalecer o processo democrático ao ampliar, fortalecer e qualificar a participação social. Desse modo, no campo da administração, o presente trabalho pode vir a contribuir na análise de outros modelos de gestão que buscam alternativas aos modelos tradicionais.

As representações sociais permitem identificar tensões e racionalidades intrínsecas ao processo participativo nos conselhos que, em sua essência, são formas de organizar a vida social coletiva. Assim, o estudo das representações dos conselheiros pode vir a contribuir na compreensão se o COMDEMA/Florianópolis cumpre com seu objetivo (defesa do meio ambiente fundando em valores substantivos) ou é mais um exemplo de estrutura burocrática orientada, principalmente, por valores instrumentais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Apresentamos nesse capítulo definições teóricas e conceituais que dão sustentação à pesquisa: Teoria das Representações Sociais, Racionalidade Substantiva (Guerreiro Ramos), Racionalidade Ambiental (Enrique Leff) e Participação social via conselhos municipais.

2.1 GUERREIRO RAMOS E RACIONALIDADE SUBSTANTIVA

Guerreiro Ramos (1989; 2008) afirma que o processo de racionalização das sociedades é, em si, um fenômeno histórico e, mais especificamente, o processo de sistematização da racionalidade instrumental que caminha juntamente com a formação do capitalismo. Com o advento da sociedade centrada no mercado a racionalidade instrumental – aquela que diz respeito a construção de meios que visam determinados fins, da capacidade de cálculo utilitário que se converte em valores econômicos – enraíza-se na sociedade em detrimento de racionalidades fundadas em valores éticos e coletivos. Para o autor, a razão diz respeito à forma como os indivíduos deveriam organizar tanto a sua vida pessoal quanto social, porém, a lógica instrumental predominante na sociedade centrada no mercado resultou em um tipo de organizar a vida que está centrada em valores economicistas como o lucro e o acúmulo material. Para Guerreiro Ramos (1989, p. 28) esse processo de racionalização diz respeito ao fato de que a razão em seu sentido clássico⁹ passou a ser compreendida como capacidade de maximizar lucros e tornou-se na forma hegemônica de organizar a vida. Para o autor, pelo exercício de uma razão fundada em imperativos éticos é que o “homem transcende a condição de um ser puramente natural e

⁹ Guerreiro Ramos (1989, p. 31) fala da razão apresentada por autores clássicos (principalmente Aristóteles) que, por sua vez seria o julgamento entre o justo e o injusto, o bem e o mal. Julgamento esse que visa o equilíbrio entre dois atributos da alma: uma parte racional e outra destituída de razão. Apesar de serem distintos, esses dois atributos estariam intrinsecamente conectados. A razão, nesse caso, não seria a separação entre razão e valores, mas sim a busca do equilíbrio entre ambos tendo em vista o bem estar humano. Para Aristóteles o homem só é compreensível ser for reconhecido *como zoon politikon* (homem político) e na dimensão política o homem agiria com base em valores substantivos. Os interesses individuais estariam restritos à vida privada, do *oikos* (lar), sendo que onde quer que os interesses práticos do lar “constituam o único critério para as ações humanas, não existe nenhuma vida política”, ou seja, os valores substantivos já não orientariam os julgamentos dos indivíduos.

socialmente determinando, e se transforma num ator político”. No entanto, a atual configuração de organizar a vida centrada no mercado afastou os indivíduos de valores que seriam inerentes ao ser humano como, por exemplo, a autorealização e a emancipação que, por sua vez, seriam pautados por uma racionalidade substantiva. Além disso, essa configuração levou ao estranhamento do próprio indivíduo em relação a si mesmo, ou seja, à perda de consciência do seu papel como sujeito inserido em um contexto coletivo. Assim, o resgate de valores substantivos torna-se fundamental para a superação das limitações sociais impostas pela racionalidade instrumental, funcional (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Com o intuito de lançar bases para a sua proposta de uma nova ciência das organizações e da sociedade, Guerreiro Ramos (1989) faz uma breve avaliação da análise crítica que alguns autores fazem a respeito da razão moderna. Essa avaliação é apresentada resumidamente no quadro 1.

Quadro 1 – Guerreiro Ramos e a crítica à razão moderna

Avaliação de Guerreiro Ramos	
Weber	Para Weber é a afinidade entre a lógica de mercado e os requisitos funcionais da sociedade capitalista que legitimam a razão moderna. Essa lógica não poderia ser considerada como intrínseca aos indivíduos e nem eticamente válida apenas com base no fato dela ser conceituada. O autor não pode ser visto como um legitimador do capitalismo, porém optou pela neutralidade metodológica ao não aprofundar sua análise sobre a racionalidade substantiva (<i>Wertrationalität</i>).
Mannheim	Mannheim define a racionalidade substantiva como capacidade crítica (ato do pensamento) que denota o julgamento ético. A ética é fundamental na análise de Mannheim, pois a racionalidade funcional tende a limitar a capacidade crítica e o julgamento ético. Apesar de reconhecer as limitações impostas pela racionalidade aos indivíduos, Mannheim não chega a concluir uma proposta coerente para uma nova ciência social orientada pela sua definição de racionalidade substantiva.
Horkheimer	A razão como entendida pelos clássicos foi radicalmente transformada pela perspectiva Iluminista que reduz o pensamento à matemática e a razão passa a ser a capacidade de cálculo. Nesse processo, as palavras são divorciadas do seu sentido original e vê-se o triunfo do formalismo lógico sob a realidade e, por sua vez, a linguagem passa a ser mais um instrumento de legitimação do sistema produtivo. A crítica que Guerreiro Ramos faz ao autor é que sua análise é mais denunciatória do que propositiva.

Habermas	A racionalidade instrumental tem distorcido a comunicação entre as pessoas, já que subjetividade do indivíduo encontra-se prisioneira dessa racionalidade e os símbolos que surgem dessa deformação passam a ser considerados como normais. Para o autor, a ação instrumental é aquela que está subordinada às regras técnicas de correto ou incorreto enquanto que a ação de comunicação diz respeito às relações interpessoais que são legitimadas exclusivamente por símbolos intersubjetivos e da mútua compreensão de intenções. No entanto, Guerreiro Ramos aponta que essa visão remete ao ideal de que a emancipação (esclarecimento existencial) só se torna possível via movimento coordenado das massas como, se assim, fosse possível o controle da realidade por parte das ciências sociais.
Voegelin	O esquecimento por parte da ciência dos textos clássicos resultou no que o autor denomina de descarrilamento, ou seja, a deformação da psique humana. A razão, para Voegelin, não é um produto convencional da linguagem humana, mas sim trata-se da tomada de consciência por parte dos indivíduos quanto a sua própria natureza. Desse modo, a racionalidade substantiva/noética é diretamente apreendida pela consciência humana e não pela mediação social. Apesar de não ter apresentado um conceito de racionalidade, Guerreiro Ramos afirma que o autor foi o único que ao criticar a razão moderna defendeu que a mesma resulta em uma experiência deformada da realidade.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Guerreiro Ramos (1989)

Ao criticar a razão moderna, Guerreiro Ramos (1989, p. 2) defende que “a atual ciência social estabelecida, de que a atual teoria organizacional é um derivativo” fundamenta-se “numa racionalidade instrumental, particularmente característica do sistema de mercado”. Hobbes (1974 apud GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 3) é quem pela primeira vez, discute a razão moderna e a define “como uma capacidade que o indivíduo adquire “pelo esforço” [...] e que o habilita a nada mais do que fazer “o cálculo utilitário de consequências”. Segundo Guerreiro Ramos (1989), essa definição parece mostrar que o termo racionalidade tem sido empregado sob uma perspectiva enganadora, já que o termo tem sido empregado de forma a não ter mais relação com seu sentido clássico, ou seja, há uma **transavaliação** que seria a inversão de conceitos na tentativa de legitimar a sociedade a partir de valores utilitaristas. Assim, o conceito moderno de racionalidade seria “a distorção de um conceito-chave da vida individual e associada” que tem como objetivo legitimar, via razão instrumental, a sociedade centrada no mercado.

É com base nessa análise que Guerreiro Ramos (1989) afirma que há uma distorção no entendimento da razão moderna, já que

[...] a ciência social moderna foi articulada com o propósito de liberar o mercado das peias que, através da história da humanidade e até o advento da revolução comercial e industrial, o mantiveram dentro de limites definidos. O que agora debilita a validade teórica da moderna ciência social é sua falta de compreensão sistemática da natureza específica de sua missão. Por mais de dois séculos, o restrito alcance teórico da moderna ciência social tem sido a causa de seu notável sucesso operacional e prático. No entanto, **hoje em dia a expansão do mercado atingiu um ponto de rendimentos decrescentes, em termos de bem-estar humano.** A moderna ciência social deveria, portanto, ser conhecida pelo que é: um credo, e não verdadeira ciência (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 22, grifo nosso).

Ao analisar a teoria organizacional, Guerreiro Ramos (1989), afirma que a mesma legitima a finalidade econômica, pois essa é uma ciência social e, como tal, tem contribuído para o enraizamento da lógica instrumental na sociedade. Além disso, a teoria organizacional não tem passado por mudanças significativas em seus pressupostos de forma a fomentar espaços sociais cujo nos quais os indivíduos possam sentir-se parte de um coletivo e possam agir com base em valores éticos. A ciência social e, conseqüentemente, a teoria organizacional reprimiu a capacidade reflexiva e objetivou os valores do ser humano.

Ao propor um novo rumo à ciência das organizações, o autor procura resgatar a razão clássica ao apresentar a racionalidade substantiva como a razão que deve pautar a ação. Para Guerreiro Ramos (1989) a racionalidade substantiva é aquela em que os fins são julgados com base em valores, ou seja, a conduta humana não deve ser orientada por aspectos externos aos indivíduos, mas sim por princípios éticos que visem o entendimento coletivo e a autorealização tanto individual quanto social, já que

pelo exercício da razão, e vivendo de acordo com os imperativos éticos dessa razão, o homem transcende a condição de um ser puramente natural e socialmente determinado, e se transforma num ator político. A definição que Aristóteles deu do homem como um ‘animal político’ (*zoon politikon*) só é compreensível à luz desse entendimento [...]. A razão, no sentido de uma habilidade ‘calculadora’ [...] é exigida para a administração do

lar (*oikos*), onde o bem-estar econômico do grupo determina qual o curso de ações que devem ou não devem ser tomados. Esse tipo de conduta social é limitado a seu próprio enclave. Não faz parte do domínio público, em que o indivíduo possa manifestar seu interesse pela expansão do bom caráter do conjunto, e não simplesmente pela sobrevivência. [...] No domínio político, o homem é destinado a agir por si mesmo, como um portador da razão no sentido substantivo (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 28, grifo no original).

A racionalidade substantiva deve sobrepor-se a outras racionalidades que procuram colocar os interesses particulares acima dos coletivos. Na esfera pública, a ação deve ser orientada por valores éticos que representem os interesses coletivos da melhor forma possível. Nesse sentido, a tensão entre valores pessoais e coletivos é algo recorrente na esfera pública e, nem sempre, as ações tomadas de fato dizem respeito aos interesses da coletividade. É nesse sentido que o conceito de racionalidade substantiva contribui para a atual pesquisa, já que preconiza uma outra lógica contrária aos valores calculistas e utilitários intrínsecos a um modelo de produção em que a sustentabilidade do meio ambiente não é o fim das práticas e condutas de diversos setores econômicos.

2.2 ENRIQUE LEFF E RACIONALIDADE AMBIENTAL

A ciência moderna criou um ideário de separação entre homem e natureza. Os atuais problemas ambientais são resultado da intervenção e apropriação da natureza com base na perspectiva economicista e instrumentalista pregada pela ciência moderna. A crise que permeia o campo paradigmático dos modelos teóricos hegemônicos revelam a incapacidade dessa ciência de superar a dicotomia entre homem e natureza perpetuada por ela mesma. Assim, os problemas ambientais podem ser compreendidos como resultado de uma racionalidade científica que negligencia a dimensão ética e do bem comum. A natureza vista como objeto, atualmente, mostra força maior que a ciência que procurou dominá-la e a atual crise ambiental é “a revanche do real diante da objetivação forçada da natureza” (LEFF, 2001, p. 176). Nesse sentido, a problemática ambiental é resultado de um processo histórico que envolve tanto a expansão do modo de produção capitalista quanto o desenvolvimento de tecnológicas que visam satisfazer as necessidades geradas pela racionalidade econômica. Esse processo, por sua vez,

resultou em efeitos econômicos, ecológicos e culturais que distribuíram-se de forma desigual na sociedade.

A distribuição desigual referida acima resulta no fato em que para compreender a atual crise civilizatória é imprescindível reconhecer que os atuais processos econômicos pressionam a sustentabilidade do meio ambiente e que, os mesmos, estão inseridos em contextos ideológicos, políticos, institucionais e tecnológicos específicos. (LEFF, 2001). Segundo Leff (2001, p. 76), esse cenário “impulsionou a emergência de novos campos do saber onde se articulam certas disciplinas teórico-práticas, bem como a construção de objetos interdisciplinares de conhecimento”, porém o meio ambiente não pode ser analisado como um objeto perdido que precisa ser reintegrado à ciência, já que sua atual configuração é o resultado do seu esquecimento pela mesma.

A necessidade de repensar a atual forma como o meio ambiente é abordado pela ciência moderna resulta na necessidade de repensar a atual lógica racional predominante no campo científico. As atuais abordagens são, em sua maioria, tentativas de “enquadrar” os problemas ambientais dentro da ótica da ciência que tentou dominar o meio ambiente e, por sua vez, têm-se mostrado pouco eficientes para reverter a deterioração da biosfera. É nesse sentido que faz-se necessário repensar a lógica racional predominante por meio da construção de novos conhecimentos teóricos e práticos que transcendam a atual fragmentação e reducionismo do conhecimento e que estejam de fato engajados na superação da dicotomia sociedade-natureza. Nesse sentido, o conceito de racionalidade ambiental

sustenta-se então nas transformações do conhecimento que induz à problemática ambiental sobre um conjunto de paradigmas científicos, **mobilizando, articulando e intercambiando um conjunto de saberes técnicos e práticos**, associados ao reconhecimento, valorização e formas de uso dos recursos naturais (LEFF, 2001, p. 86, grifo nosso).

Argumentar pela dimensão prática significa reconhecer que a racionalidade ambiental deve ser resultado, também, da articulação conjunta de atores sociais que, a partir do conhecimento prático, desenvolvem estratégias locais para a superação de problemas do meio no qual estão inseridos. Esse processo reconhece o sujeito como um “agente que, projetado pelo desejo de saber, mobiliza os processos discursivos e transporta conceitos, métodos e teorias fora do objeto de conhecimento de sua ciência e para outras regiões do saber” (LEFF, 2001, p. 101).

Assim, ao invés da divisão e do reducionismo, esse processo visa a construção de um campo de integração de intersubjetividades produzidas pela prática e, desse modo, a questão ambiental também pode ser compreendida como de natureza social. Essa, por sua vez, significa que o processo de construção de uma racionalidade ambiental é, também, um processo político e social e, como tal, é permeado por tensões entre diferentes interesses e necessidades. A perspectiva construtivista do saber ambiental, desse modo, diz respeito tanto à solução prática dos problemas quanto à elaboração de novas políticas e estratégias de desenvolvimento (LEFF, 2001; 2009).

Leff (2001; 2009) afirma que a reforma do Estado, a normatização do comportamento e econômico e a internalização das externalidades ambientais são processos que dizem respeito à construção da racionalidade ambiental. Esse processo visa superar a lógica econômica vigente de forma a restaurar valores éticos, estéticos e morais na razão que fundamenta a relação sociedade-natureza. Desse modo, o saber ambiental necessita de uma lógica diferente da que atualmente é predominante nas formas de organizar a vida, a sociedade, as estruturas governamentais e a economia. Ao expor as contradições entre a racionalidade econômica e o meio ambiente, a racionalidade ambiental defende a construção de novos paradigmas que possam contribuir para a construção de uma outra realidade social orientada para a harmonia da relação homem-natureza

A racionalidade ambiental procura questionar as raízes da racionalidade da sociedade moderna e, desse modo, implica necessariamente em crítica à racionalidade da civilização moderna. A racionalidade ambiental, segundo Leff (2001, p. 126) “não é a expressão de uma lógica (do mercado, da natureza) ou de uma lei (do valor, do equilíbrio ecológico), mas sim “é a resultante de um conjunto de normas, interesses, valores, significações e ações que não se dão fora das leis da natureza e da sociedade, mas que não as imitam simplesmente”. A dialética entre lógicas opostas “induz a transformação do conhecimento e das bases materiais dos processos produtivos” e, assim, o saber ambiental emerge como consciência crítica e impulsiona a transformação de conceitos e métodos com o objetivo de integrar princípios de equilíbrios e equidade nas ações e comportamentos dos diferentes atores sociais, já que segundo Marcuse (1972 apud LEFF, 2009, p. 136)

No desenvolvimento da racionalidade capitalista, a irracionalidade se transforma em razão: a razão como desenvolvimento desenfreado da produtividade, conquista da natureza, ampliação da

massa de bens, mas irracional, porque o incremento da produtividade, do domínio da natureza e da riqueza social se transformam em forças destrutivas.

Desse modo, a racionalidade ambiental é também um conceito de adaptação à natureza que visa superar o conceito de domínio da natureza e, desse modo, propõe a internalização das externalidades ambientais com o objetivo de refuncionalizar a racionalidade econômica e os paradigmas de conhecimento que lhes dão suporte. Nesse sentido, a racionalidade ambiental trata de “analisar os processos de legitimação e as possibilidades de realização dos propósitos e os objetivos ambientais ante as restrições que se antepõem a seu processo de construção” como, por exemplo, “a institucionalização dos mecanismos do mercado, dos interesses econômicos, da razão tecnológica e da lógica do poder estabelecidos” (LEFF, 2001, p.129).

Para Leff (2001; 2009) a racionalidade ambiental é um processo de construção e articulação de quatro níveis de racionalidade: substantiva, teórica, técnica ou instrumental e cultura. O quadro 2 apresenta sucintamente cada uma dessas racionalidades.

Quadro 2 – Tipologias do processo de construção da racionalidade ambiental

Nível de Racionalidade	Significado
Substantiva	Sistema de valores que orientam as ações dos sujeitos e que contribuem para a definição de processos sociais que tem como objetivo a construção de uma racionalidade ambiental.
Teórica	Diz respeito aos conceitos que fazem a articulação entre a racionalidade substantiva e os processos ecológicos, ambientais, culturais tecnológicos, políticos e econômicos que dão suporte a construção de uma nova racionalidade social e produtiva centradas na natureza.
Técnica ou Instrumental	Sistema de meios eficazes pelos quais ocorrem os vínculos técnicos, funcionais e operacionais que objetivam a legitimação de objetivos sociais orientados pela racionalidade ambiental.
Cultural	Sistema de significações que não se submete a valores homogêneos e nem a uma lógica ambiental, mas que são responsáveis pela formação de identidade e integridade da cada conjunto cultural e, assim, dá coerência às práticas sociais de forma que cobram sentido e realidade das ações locais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Leff (2001; 2009)

No entanto, segundo Leff (2001; 2009) esses diferentes níveis não devem ser interpretados em grau de maior ou menor relevância, mas sim como um processo de racionalização que possui diferentes esferas de racionalidade, sendo que esse processo é legitimado na medida que os avanços práticos corroborem com a tomada de uma consciência do saber ambiental nos diferentes níveis do tecido social. Para o autor, a constituição de uma racionalidade ambiental significa transcender o confronto entre as lógicas econômica e ecológica e, desse modo, a racionalidade ambiental não é a “extensão da lógica do mercado à capitalização da natureza, mas o resultado de um conjunto de significações, normas, valores, interesses e ações socioculturais”; a racionalidade ambiental é, também, a expressão de um conflito entre três aspectos: o uso da lei para satisfazer interesses de determinada classe, as demandas sociais para uma maior intervenção do Estado em prol do bem comum e a participação da sociedade civil em movimentos que visam novas formas de organizar a produção que preconizem o equilíbrio da biosfera. Por uma vez, é a busca de soluções para esse conflito que orienta os valores e as práticas voltadas para a construção coletiva de um futuro sustentável e democrático (LEFF, 2009, p. 143).

2.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONSELHOS MUNICIPAIS

Atualmente os indivíduos estão inseridos em um contexto de incerteza e são forçadas a negociar seus referências de vida diante um mundo em constante transformação. Essa negociação tende a resultar em posturas mais críticas e reflexivas de modo que os indivíduos comecem a compreender que o impacto dessas transformações não se restringe apenas ao âmbito individual e no tempo presente. Esse movimento da esfera privada para a esfera coletiva resulta no retorno dos sujeitos a uma dimensão política em um novo formato, já que em contrapartida ao esvaziamento que se percebe nas instituições políticas tradicionais surgem novas alternativas de participação social (BECK, 2010).

Para Santos (2010) ser cidadão não diz respeito ao ato de votar e ter seus interesses representados por terceiros, já que os espaços de participação social que tem surgido nos últimos anos fazem com que o conceito de participação e cidadania sejam repensados. Para o autor, o que caracteriza a cidadania é a existência de mecanismos que possibilitem a participação ativa dos sujeitos e a regulação da tensão existente entre Estado e Sociedade Civil. Esses mecanismos devem facilitar o controle social sobre o Estado e universalizar particularidades dos sujeitos.

Os conselhos gestores, no Brasil, são vistos como espaços legítimos de controle social das ações do Estado, já que a constituição federal de 1988 em seu artigo 204 e inciso II garante a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”, sendo esse níveis resultado da prerrogativa da descentralização político-administrativa na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas (BRASIL, 1988).

Desse modo, segundo Santos Junior, Azevedo e Ribeiro (2004, p. 47), os conselhos municipais tem se tornado importantes espaços de “interação entre o governo e a sociedade” nos quais interesses de diversos setores da sociedade “são expressos, mediados, criando, portanto, condições para a instauração de processos consensuais de tomada de decisões e aumento da eficácia e efetividade das políticas públicas locais”, já que possibilitam intermediações que resultam no reconhecimento de atores e na legitimação de suas demandas no que diz respeito a problemas locais e expectativas.

Para Gohn (2004) o surgimento dessas novas esferas de interlocução preconiza, essencialmente, o resgate o princípio ético nas relações sociopolíticas, já que a participação passa a ser compreendida como intervenção social planejada que visa atender as demandas sociais. Essas novas esferas, por sua vez, pressupõem

uma nova cultura política que fundamente as relações Estado/sociedade; relações democráticas em que o debate via argumentação e o confronto de idéias entre diferentes atores sociopolíticos e culturais, com posições político-ideológicas e projetos sociais, estejam sempre presentes. **Todas as demandas são, em princípio, tidas como legítimas.** O espaço de interação entre os diversos atores pode alterar as posições e opiniões desses atores e novos sujeitos políticos se constroem por meio de interpelações recíprocas (GONH, 2004, p. 59, grifo nosso).

Os conselhos, assim, são espaços nos quais demandas de grupos sociais são apresentadas ao poder público ao fomentar o engajamento nas atividades de expressão, discussão e decisão de questões sociopolíticas (TÓTORA; CHAIA, 2004, p. 194). Porém, Gohn (2004) enfatiza que não trata-se apenas de inserir a população nas práticas de gestão pública, mas sim, de uma outra forma de compreender as demandas sociais ao incentivar novas formas de pensar e fazer que resultariam na transformação de valores e referenciais que balizam o

exercício da democracia. Em outras palavras, representa a possibilidade de práticas de gestão voltadas para o local, nas quais são as demandas locais que definem quais serão as prioridades da gestão pública. O poder local, segundo Gohn (2004, p. 64), passa a ser percebido como o empoderamento da comunidade, já que possibilita a “publicização das necessidades coletivas, planejamento das demandas, escolhas, definição de prioridades etc”, por meio da participação na esfera pública.

A esfera pública é o *locus* desse processo de democratização da tomada de decisão. Gohn (2004, p. 71, grifo nosso) concebe a esfera pública como

um lugar de mediação institucional **da participação organizada da sociedade civil e de representantes da sociedade política**. Ainda, para a autora, “trata-se de uma arena para o cidadão expressar, organizar e sistematizar suas demandas, reivindicações, projetos, ações coletivas num processo de relação discursiva entre sociedade civil organizada em função de demandas sociais, Estado e, eventualmente, agentes de corporações do mercado, do poder econômico, onde há uma clara **interlocação pública, sobre assuntos públicos**.”

As esfera pública, por sua vez, apresenta três origens que entrelaçam-se (GOHN, 2004):

- a) pressão da sociedade civil que conquistou legitimação com a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e sua posterior institucionalização;
- b) normas jurídicas que tem origem na CF/88. Exemplo disso são os conselhos gestores e o orçamento participativo; e
- c) desenvolvimento de novas redes de interlocação que surgem a partir das transformações nas formas de produção e circulação de mercadorias.

Assim, a esfera pública constitui-se como espaço legítimo de natureza essencialmente política argumentativa ao caracterizar-se como espaço para debate e crítica que diferencia-se dos tradicionais espaços estatais; um espaço no qual cidadãos, de forma organizada e planejada, fiscalizam e vigiam os poderes públicos, ou seja, um instrumento para controle social¹⁰ que visa superar a atual lógica de imposição dos

¹⁰ Raichelis (2000 apud GOHN, 2004, p. 79) menciona que o controle social implica “o acesso aos processos que informam decisões da sociedade política, que devem viabilizar a participação da sociedade civil organizada na formulação

interesses do Estado sob a sociedade. É, essencialmente, um exercício de cidadania, de participação cidadã que, por sua vez, redefine os laços institucionais por atribuir ao poder estatal a posição de colaborador no processo de resolução das questões sociais (GOHN, 2004).

Os conselhos gestores podem ser compreendidos como locais para exercício da cidadania, já que são espaços organizados em que a sociedade civil organizada encontra a possibilidade de ter suas demandas reconhecidas pelo Estado e, assim, assume um papel estratégico na formulação de ações estatais que visam atender as demandas locais. No entanto, vale ressaltar, que são espaço que passam por um processo de institucionalização (LÜCHMANN, 2002;2009).

Lüchmann (2002; 2009) aponta que três aspectos, no diz respeito à dimensão institucional, precisam ser destacados:

- a) as instituições constituem um conjunto de regras ou normas que organizam as diferentes atividades sociais. Por sua vez, essas regras/normas podem ser mais ou menos formalizadas e possuem um caráter de estabilidade ou durabilidade;
- b) ao mesmo tempo que os indivíduos são limitados pelas regras instituídas, as instituições também atribuem poder aos atores sociais, pois possibilitam a estruturação de novas agendas; e
- c) as instituições por apresentarem uma importante ancoragem cultural não podem ser compreendidas como estáveis, mas sim dinâmicas ao estarem submetidas à influência das transformações e interesses sociais e, desse modo, são também uma construção social.

Especificamente, no que diz respeito aos conselhos gestores, Lüchmann (2002; 2009) aponta que o seu processo de institucionalização tem origem nas prerrogativas da CF/88 a respeito da participação organizada da sociedade civil no controle social do Estado e, assim, para melhor compreender a forma de atuação dos conselhos é preciso antes conhecer qual a relação entre o desenho institucional¹¹ e a dinâmica de participação/tomada de decisão.

e na revisão das regras em jogo, além da fiscalização daquelas decisões segundo critérios pactuados”.

¹¹ O desenho institucional diz respeito as regras que “são utilizadas por indivíduos para determinar quem e o que está incluído em situações de decisão, como se estrutura a informação, quais as ações que podem ser tomadas e em que seqüência, e

Lüchmann (2002; 2009) menciona que apesar de serem importantes no âmbito de participação social, muitas experiências conselhistas têm sido absorvidas por lógicas político-burocráticas que resultam, em sua maioria, em novas roupagens para práticas antigas. Esse fenômeno resulta em uma falsa representação social devido a processos de tomada de decisão pouco ou nada representativos. Tem sido identificadas diversas limitações que esse paradigma tem exercido sob as experiências conselheiras, sendo que o quadro 3 procura apresentar as principais considerações sobre o tema que são apontadas por Lüchmann (2002; 2009).

Quadro 3 – Limitações do desenho institucional e conselhos gestores

Limitações quanto...	Entraves para o processo participativo
...aos atores que participam	<p>A composição paritária desconsidera a fragmentação e a heterogeneidade da sociedade civil. No que diz respeito à sociedade civil, esse formato preconiza a representação por entidades e o termo homogeneiza uma esfera da sociedade que é extremamente diversa e com demandas específicas entre si e, desse modo, a paridade numérica não representa necessariamente a diversidade social. Também pode-se visualizar limites quanto à oportunidade de uma participação mais plural tendo em vista que setores menos representativos tendem a ser incorporados por outros que apresentam um maior destaque ou força para ter suas demandas atendidas. Outro aspecto limitante reside no fato de que a ausência de outros espaços de participação faz com que os representantes afastem-se de seus representados.</p> <p>Em relação a representação governamental observa-se que a escolha de representantes muitas vezes não leva em consideração critérios relacionados com a sua real capacidade de debater a temática em questão, o que pode prejudicar todo o processo de participação. Além disso, a indicação está submetida as variações do poder estatal.</p>
...ao modo como se institui o processo participativo	<p>Os mecanismos de escolha dos representantes, em sua maioria, não representam uma organicidade da participação, pois tende a supervalorizar a lógica dos grupos mais organizados/mobilizados e, desse fato, decorre a ausência de uma capilaridade social já que não se observa a</p>

como as ações individuais serão agregadas e transformadas em decisões coletivas” (LEVI, 1991 apud LÜCHMANN, 2002),

	<p>ampliação de oportunidades para inclusão prévia de setores excluídos no processo de participação.</p> <p>Outro aspecto é a burocratização do processo participativo. A precariedade da capacitação de conselheiros tem levado a um nível de participação caracterizada pelo imediatismo, fragmentação e burocratização em detrimento de uma postura propositiva e do estabelecimento planejado de prioridades voltadas para a resolução dos problemas sociais. Essa participação pautada por uma filosofia de “apagar incêndios” inibe o potencial transformador dos conselhos gestores e faz com que, geralmente, o modelo reproduza situações de desigualdade de participação política.</p>
<p>...ao lugar onde e ao tempo quando ocorre o processo deliberativo</p>	<p>Os conselhos têm sido alocados, institucionalmente junto às respectivas secretarias dos governos responsáveis pela definição e execução das políticas sociais. Isso leva a uma situação de dependência da estrutura político-administrativa que leva o conselho a ser visto como subordinado à coordenação da pasta ao qual está vinculado. Essa situação faz com que os conselhos transformem-se em instituições paralelas, pois tem a sua capacidade deliberativa fragilizada pela presença e dependência estatal, transformando-se, assim, em mais um setor dentro da máquina político-estatal.</p> <p>O “onde” não se restringe apenas a estrutura física, mas também a posição que o conselho ocupa dentro do processo de decisão, já que se faz necessário estarem articulados com o conjunto de instituições que são responsáveis pela decisão e implementação das políticas públicas e sociais.</p> <p>A respeito do aspecto temporal, a autora menciona que o fato de a maioria dos conselhos reunirem-se apenas uma vez por mês, dificulta uma atuação mais efetiva e eficaz no sentido de que essas reuniões atendam de fato o acúmulo de problemas e demandas sociais que precisam ser debatidas.</p>

Fonte: elaborado pelo autor com base em Lüchmann (2002; 2011)

Para Gohn (2001) outras limitações que podem ser destacadas são:

- a) a existência de uma tensão entre a universalização de políticas e o particularismo por parte dos conselheiros;
- b) a ausência de um marco referencial estratégico dificulta a articulação entre grupos sociais divergentes;

- c) dificuldades de articulação entre o público estatal e o não-estatal;
- d) pouca participação da sociedade civil e faltas constantes de membros do governos nas reuniões;
- e) falsa percepção de os conselhos são substitutos da participação social em geral; e
- f) o fato de muitas vezes serem percebidos como um “braço” do poder executivo.

Essas limitações nos levam a perceber que os conselhos gestores estão permeados por uma lógica contraditória. Ao mesmo tempo que são espaços de transformação sociopolítica, em muitos casos costumam reproduzir a lógica que deveriam superar. Tatagiba (2002) menciona que essa contradição é decorrente da tensão entre aspectos centralizadores e autoritários do Estado brasileiro e os atuais movimentos da sociedade civil que buscam novas formas de participação para terem suas demandas atendidas. É justamente essa tendência do poder estatal de centralizar a tomada de decisão que torna ineficiente as tentativas de construção dos novos espaços de participação popular. É a máquina estatal absorvendo novas instâncias de tomada de decisão. No entanto, a principal potencialidade dos conselhos gestores reside na sua função pedagógica e inclusiva, já que a sociedade civil carece de uma qualificação adequada para uma participação social efetiva. Desse modo, tanto os conselhos gestores quanto outras esferas de participação popular constituem-se em um verdadeiro exercício de reconhecimento das demandas sociais e de negociação das prioridades. Além disso, permite que o cidadão comece a conhecer e compreender o funcionamento da máquina estatal e identificar as necessidades de mudança. Os conselhos devem, também, ser reconhecidos e defendidos pela sua capacidade de incluir e publicizar demandas sociais tanto de grupos com maior presença quanto de grupos que encontram-se marginalizados na estrutura sociopolítica (GOHN, 2001; 2004; TATAGIBA, 2002).

2.4 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Na história da ciência o ideal de conhecimento defendido procurou desvencilhar-se da subjetividade ao atribuir valores de desvio e irracionalidade à quaisquer dimensões emocionais e relacionais das formas de saber. A separação entre sujeito e objeto da ciência cartesiana resultou em uma noção da forma de saber centrada no conhecimento como forma racional pura. Ao renegar a subjetividade como forma de estabelecer uma correspondência perfeita entre conhecimento e realidade,

o ideal de conhecimento construído vê-se diante do paradoxo de ser ao mesmo tempo produto humano e desumanizador (JOVCHELOVITCH, 2008b).

A abordagem das Representações Sociais (RS) procura resgatar a subjetividade das formas de saber ao privilegiar “sua conexão com os mundos pessoais, interpessoais e socioculturais em que eles são produzidos”, sendo que a análise da representação deve ser entendida “como uma forma dialógica gerada pelas inter-relações eu/outro/objeto-mundo”. Sendo as representações a base das formas de saber, analisar sua origem e formação possibilita compreender “tanto a diversidade como a expressividade de todos os sistemas de conhecimento.” (JOVCHELOVITCH, 2008b, p. 21).

Com o livro *La psychanalyse, son image et son public*¹², ainda sem edição completa em língua portuguesa, Moscovici inaugura em 1961 a Teoria das Representações Sociais. A psicologia social norte-americana (PSA) exercia na época forte influência no campo da psicologia social que por sua vez – devido ao seu caráter positivista, funcionalista e cartesiano – preconizava que os fenômenos psicológicos são unicamente fenômenos individuais levando, assim, a uma visão individualista do ser humano. Ao propor uma releitura das representações coletivas de Émile Durkheim, Moscovici estabelece um novo paradigma tanto na psicologia social quanto nas ciências humanas e sociais ao preconizar a análise da vida cotidiana e suas múltiplas complexidades na tentativa de compreender a construção da concepção de realidade e, para isso, reconhece a dimensão interacional e dialógica existente entre sujeito e objeto no processo de significação, por parte do sujeitos, dos fenômenos

¹² Na década de 50 o debate acerca da psicanálise rompeu os limites intelectuais e acadêmicos parisienses ao repercutir na imprensa e penetrando no “tecido social”. O estudo de Moscovici procurou compreender de forma ampla “como se constrói um mundo significativo” e de forma mais específica “como é apropriada, transformada e utilizada pelo homem comum uma teoria científica”. O projeto de Moscovici apresentava duas preocupações: uma “particular” e outra “mais geral ou universal”. Particular, ao analisar a “difusão e apropriação do conhecimento científico [...] pelo homem [...] estaríamos em presença de uma nova imagem do homem enquanto cientista amador”. Universal no “sentido em que propõe a análise dos processos através dos indivíduos, em interação social, controem teorias sobre os objectos sociais, que tornam viável a comunicação e a organização dos comportamentos”. E é nesse sentido, mais amplo, que as RS “alimentam-se não só das teorias científicas, mas também dos grandes eixos culturais de ideologias formalizadas, das experiências e das comunicações quotidianas (VALA, 2004, p. 457).

que vivenciam. Desse modo, a TRS pode ser vista como uma abordagem sociológica da Psicologia Social por preconizar o ser humano como essencialmente social, ou seja, em uma psicologia social com orientação social – e não individual como a PSA e outras de orientação positivista - torna-se fundamental considerar tanto os comportamentos individuais em um contexto social como, também, a participação dos indivíduos na construção de suas próprias realidades sociais (SÁ, 2004; FAAR, 2008; GUARESHI; JOVCHELOVITC, 2008; MOSCOVICI, 2008; CASTRO, 2014).

A respeito da concepção de ser social, a TRS também diferencia-se de outras abordagens como a Teoria Comportamentalista e a Psicanálise. Para a primeira “o social é dado como pronto, e o ser humano condicionado” enquanto que na segunda “o social é relegado a uma categoria de menor importância e o ser humano é determinado pelo inconsciente”. Já para TRS o “social é coletivamente edificado e o ser humano é construído através do social”. No que diz respeito a outras abordagens mais positivistas e funcionalista, a TRS diferencia-se por reconhecer os “conteúdos contraditórios” como meio de enriquecer a compreensão do fenômeno que está sendo investigado e, assim, atribui-se uma “dimensão dialética” à TRS (OLIVEIRA; WERBA, 2002, p. 111).

Vala (2004) destaca que o conceito de representação social origina-se na sociologia durkheimiana ao fato de que Moscovici busca desvincular-se do determinismo das abordagens behaviorista e marxista na Psicologia Social ao propor as Representações Sociais (RS) como um fenômeno que caracteriza-se como uma forma de conhecer o mundo sendo que essa, por sua vez, diz respeito a forma pela qual os grupos sociais controem e compartilham conceitos, explicações e conhecimento acerca dos objetos com os quais interagem. Desse modo, essa postura por parte de Moscovici rompe com o paradigma vigente na psicologia social ao argumentar que, ao se analisar os fenômenos sociais, objeto e sujeito não podem ser compreendidos a partir de um visão antagonica e sim devem ser compreendidos como indissociáveis como, também, o indivíduo e a sociedade. Palmonari e Cerrato (2014, p. 407) apontam que as representações sociais “atribuem grande importância à linguagem e aos significados”, já que “ênfatisam a racionalidade prática do comportamento e estão interessadas nos processos da vida cotidiana, bem como na reflexividade do conhecimento”.

Apensar da influência durkheimiana, a introdução do termo social imprime um forte diferenciação entre os conceitos de representações coletivas (Durkheim) e representações sociais (Moscovici). Ao procurar distinguir sociedade e indivíduo e com o intuito

de estabelecer à sociologia o *status* de ciência autônoma, Durkheim considerava as representações coletivas como objeto de análise da sociologia enquanto que as representações individuais seriam objeto de análise da psicologia. Para ele as representações individuais são inerentes às consciências individuais enquanto que as representações coletivas teriam a sociedade como sua totalidade. Para Durkheim as representações individuais não poderiam alterar as estruturas sociais, já que as representações coletivas caracterizam-se pela produção social de forças exteriores que se impõem aos indivíduos de forma a garantir a coesão social (DUVEEN, 2009).

O caráter estático atribuído por Durkheim com o objetivo de estabelecer as representações coletivas como meio de integração da sociedade em sua totalidade resultou, por sua vez, na marginalização do papel da consciência individual na análise de fenômenos sociais. A abordagem de Moscovici resgata o indivíduo nessa análise ao conceber os indivíduos como agentes ativos na criação de conhecimentos que orientam suas práticas cotidianas influenciando, dessa maneira, o meio em que vivem. As representações não dizem respeito apenas a um conjunto de conhecimento e crenças coletivas que se impõem aos indivíduos (representações coletivas), mas também são responsáveis pela criação de realidades (representações sociais). As representações deixam de ser vistas como simples reproduções coletivas para serem compreendidas como fenômenos que são ao mesmo tempo simbólicos e sociais (JOVCHELOVITCH, 2008b; DUVEEN, 2009; MOSCOVICI, 2009). Desse modo, de acordo com Moscovici (2009, p. 45), o que se propõe é “considerar como *fenômeno* o que era antes visto com um *conceito*”.

Ao sintetizar as diferenças entre representações coletivas e representações sociais Moscovici (2009, p. 49) aponta que

[...] se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo”.

Segundo Palmonari e Cerrato (2014, p. 411) o conceito de representação social proposto por Moscovici pode ser compreendido a

partir de uma crítica “as dicotomias tradicionais de sujeito/objeto, teoria/método, individual/social, postulando que as características da sociedade constituem a base dos fenômenos sociais e lhes dá significado”. Diante dessa compreensão, Oliveira e Amâncio (2006, p. 603, grifo nosso) argumentam por uma “epistemologia dialógica” no âmbito da TRS, já que

[...] a relação de conhecimento que importa estudar na psicologia social implica sempre a existência de um outro (o social) que condiciona o acto de conhecimento de um conhecido. Estamos, pois, perante um **projecto de análise da co-construção do conhecimento**, rejeitando as análises cartesianas do conhecimento individual como a verdadeira racionalidade, classificando o conhecimento colectivo como irracional, relacionado com crenças e preconceitos e sujeito a enviesamentos. Podemos, assim, classificar essa proposta de Moscovici como uma epistemologia dialógica.

Para Jovchelovitch (2008b, p. 73) a “representação pertence ao “entre” da comunicação humana e da ação social e não é produto de mentes individuais fechadas em si mesmas”. Diante disso, sendo a autora, a ao rejeitar as concepções que negam “o papel dos objetos e da objetividade na formação da representação” a TRS assume uma dimensão dialógica, já que a “representação não é o ato de um sujeito que desde si e em si constrói a representação”. Ainda segundo a autora

[...] a materialidade do mundo-objeto é inerente ao processo representacional e interage com o sujeito dando forma, tanto quanto este dá, ao produto representacional. A objetividade do mundo social é obviamente construída (um fato significa algo feito), mas por ser socialmente construída não é menos objetiva. Sua objetividade se origina na constância e na institucionalização das práticas humanas, que se solidificam e estabilizam por meio de processos de transmissão e conferem aos ambientes simbólicos seu caráter factual e dado. É sempre em relação a esta objetividade que novas representações são construídas (JOVCHELOVITCH, 2008b, p. 74).

A perspectiva dialógica no campo da TRS nos leva a compreender o conhecimento como uma construção coletiva atribuindo, assim, uma maior importância ao senso comum. Esse conhecimento não

é apenas influenciado por ideologias, mas também pela forma como os sujeitos interpretam os fatos cotidianos por meio de representações da realidade que vivenciam e no contexto no qual estão inseridos. Isso não quer dizer, necessariamente, que as teorias perdem sua importância, mas sim que elas não se tornam o único meio de compreensão da realidade. Na Teoria das Representações Sociais é tendo como ponto de partida o sujeito e a forma como ele interpreta o mundo que o pesquisador busca compreender determinado fenômeno social.

Para Jodelet (2001, p.22, grifo nosso) as representações sociais “são uma **forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada**¹³, que tem objetivo prático e contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Para a autora, essa forma de conhecimento diferencia-se do conhecimento científico, porém deve ser considerada como objeto legítimo de estudo devido ao fato de sua importância tanto na vida social quanto no seu potencial de compreensão de “processos cognitivos” e das “interações sociais”. As representações sociais, como sistemas de interpretação, intervêm em diversos processos como, por exemplo, “difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão de grupos e as transformações sociais”.

Jovchelovitch (2008^a, p. 55) a TRS se constrói com base em uma teoria dos símbolos, já que o sujeito constrói de forma interligada sua relação com mundo e um novo mundo de significados. Ao possibilitar a relação entre sujeito e o mundo que o cerca, as representações permitem, também, a existência de símbolos. Esses símbolos, segundo a autora são “pedaços da realidade social imobilizados pela atividade criadora de sujeitos sociais para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais eles se encontram”. É a partir de uma rede de símbolos constituídos que os atores sociais recriam os significados por meio da representação. Desse modo, percebe-se que

O sujeito psíquico, portanto não está nem abstraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la. Sua tarefa é **elaborar a permanente tensão** entre um mundo que já se encontra constituído e seus próprios esforços para ser um sujeito (JOVCHELOVITCH, 1998, p. 78, grifo nosso).

¹³ A autora afirma que essa forma de conhecimento também pode ser igualmente denominada por “saber de senso comum” ou, também como “saber ingênuo”, natural.

Diante dessa perspectiva, pode-se observar que as representações não devem ser compreendidas apenas como um fenômeno individual do psiquismo, mas também como um fenômeno estritamente ligado à esfera social. Ela não tem como núcleo o aspecto individualizante, mas sim os “fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social” (JOVCHELOVITCH, 2008^a, p. 79).

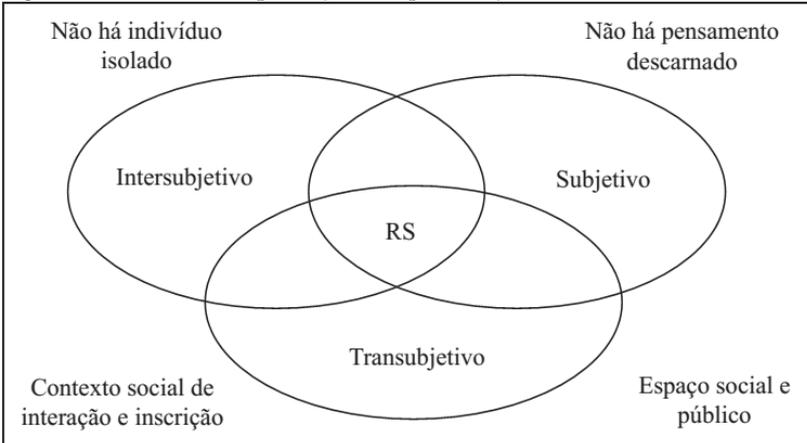
As representações sociais são, também, meios pelos quais os atores sociais procuram enfrentar as transformações sociais, ou seja, estratégias em busca do familiar¹⁴. O indivíduo, diante de uma situação adversa, procura redefinir significados dados aos objetos de modo a torná-los mais compreensíveis. Para isso, ele procura tornar os novos elementos, que esse cenário adverso insere no seu mundo familiar, o mais compatíveis possível com a sua rede simbólica. A tensão permanente entre familiar e não-familiar propicia a formação de consensos em prol de uma certa segurança e estabelecimento de referência pessoais, ou seja, os universos consensuais são essencialmente a busca de um ambiente familiar. Analisar representações sociais é compreender o social como uma totalidade, ou seja, o social a partir dessa perspectiva diz respeito a uma dinâmica que ultrapassa a perspectiva de social com um mero agregado de indivíduos. Ao partilharem ideias e linguagens os indivíduos afirmam entre si tanto um vínculo social quanto uma identidade. Nesse caso, as representações sociais podem ser compreendidas como mediações sociais, ou seja, como meios pelos quais os indivíduos transcendem a própria individualidade para adentrar no domínio do espaço público. (JODELET, 2001; JOVCHELOVITCH, 2008^a; MOSCOVICI, 2009).

Jodelet (2009, p. 696) afirma que essa noção de pertencimento ao espaço público envolve dois tipos de processos: comunicação e níveis de participação. A comunicação possibilita a participação dos sujeitos “em uma rede de interações com os outros”, ou seja, uma triangulação entre “sujeito-outro-objeto”. Os níveis dizem respeito a pertença social, ou seja, “o lugar na estrutura social e da posição nas relações sociais, o da inserção nos grupos sociais e culturais que definem a identidade” como, também, dizem respeito ao “contexto de vida onde se desenrolam as interações sociais, o do espaço social e público”. Nesse sentido, a autora

¹⁴ Para Moscovici (2009, p. 55) “a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Para o autor, o resultado disso é que “a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a ‘realidade’”.

argumenta que representações sociais do sujeito pensante podem ser relacionadas às esferas de pertença da subjetividade, da intersubjetividade e da transubjetividade. A figura 1 ilustra graficamente essas três esferas apresentadas pela autora.

Figura 1 – As esferas de pertença das representações sociais



Fonte: JODELET (2009, p. 695)

A esfera subjetiva diz respeito aos processos cognitivos e emocionais que “operam no nível dos indivíduos eles-mesmos”. Ao estarem diretamente relacionados com a experiência de vida dos sujeitos, esses processos devem ser distinguidos de acordo com sua natureza ativa ou passiva, já que surgem em contextos de “rotinas de vida” ou “sob pressão da tradição ou da influência social”. Junto com o posicionamento social deve-se levar em consideração, também, que o sujeito relaciona-se com o mundo via seu corpo físico e, por isso, fatores emocionais e identitários devem estar integrados na análise de representações de modo que a qualificação do sujeito esteja relacionada com o “tipo de objeto representado e à situação na qual se forja a representação”. O estudo da esfera subjetiva reconhece que as representações são sempre de alguém e, desse modo, apresentam uma “função expressiva”, sendo que seu estudo “permite acessar os significados que os sujeitos, individuais ou coletivos, atribuem a um objeto localizado no seu meio social e material” e, também permite, “examinar como os significados são articulados à sua sensibilidade, seus interesses, seus desejos, suas emoções e ao funcionamento cognitivo” (JODELET, 2009, p. 696).

Em dado contexto, segundo Jodelet (2009, p. 697), a esfera da intersubjetividade diz respeito às situações que, de certo modo,

contribuem com que se estabeleçam as “representações elaboradas na interação entre os sujeitos, apontando em particular as elaborações negociadas e estabelecidas em comum pela comunicação verbal direta”. Para a autora,

são numerosos os casos que ilustram o papel da **troca dialógica** de que resultam a transmissão de informação, a construção de saber, a expressão de acordos ou de divergências a propósito de objetos de interesse comum, a interpretação de temas pertinentes para a vida dos participantes em interação, a **possibilidade de criação de significações ou de ressignificações consensuais**. [...] Nesses espaços de interlocução, recorre-se, também, a um universo já constituído, no plano pessoal ou social, de representações. Estas intervêm como meio de compreensão, ferramentas de interpretação e de construção de **significações partilhadas em torno de um objeto de interesse comum ou de acordo negociado** (JODELET, 2009, p. 697, grifo nosso).

A esfera da transsubjetividade¹⁵ diz respeito aos indivíduos e grupos como, também, aos “contextos de interação, as produções discursivas e as trocas verbais”, ou seja, aos elementos que passam por processos subjetivos e intersubjetivos no processo de formação das representações sociais. A formação de representações nessa esfera relaciona-se com tudo que é “comum aos membros de um mesmo coletivo” e, assim, diz respeito ao aspecto comunitário envolvendo, assim, aspectos culturais e normas sociais (JODELET, 2009, p. 698). A esfera transsubjetiva pode ser relacionada com o aspecto do espaço público apresentado por Jovchelovitch (2008) e Moscovici (2009), já que

remete igualmente ao espaço social e público onde circulam as **representações provenientes de fontes diversas**: a difusão pelos meios de comunicação de massa, os contextos impostos pelos funcionamentos institucionais, as

¹⁵ O conceito de transsubjetividade adotado pela autora é de influência fenomenologia e diz respeito “a racionalidade subjetiva e as razões transsubjetivamente válidas de endossar uma crença indexada em uma situação (quadro espaço-temporal, campo social ou institucional, universo de discurso) ou derivada de um entrelaçamento de princípios, evidências empíricas, lógicas ou morais e de partilhá-la coletivamente porque ela faz sentido para os atores implicados” (JODELET, 2009, p. 697).

hegemonias ideológicas etc. Atravessando os espaços de vida locais, esta esfera constitui um meio onde mergulham os indivíduos. Pela sua circulação, as representações assim geradas ultrapassam o quadro das interações e são endossadas, sob a **forma de adesão ou de submissão**, pelos sujeitos (JODELET, 2009, p. 699, grifo nosso).

De forma geral, a respeito das três esferas propostas por Jodelet (2009), pode-se dizer que o nível subjetivo é aquele que reconhece o papel ativo do sujeito na apropriação e construção do conhecimento, sendo que esse processo envolve fatores cognitivos e emocionais. A esfera intersubjetiva é àquela em que as representações são compartilhadas visando a construção coletiva do consenso e, por isso, o conhecimento coletivo é construído por meio de acordos e pelo ciclo de criação, significação e ressignificação das representações sociais. Já a esfera transubjetiva diz respeito a dimensão pública das representações, ou seja, reconhece a existência de fatores externos ao sujeito e que podem influenciar as representações desse em relação ao objeto com qual interage. Questões como ideologia, relações de poder, mídia, posição social, funcionamento institucional, sistemas de normas e valores são alguns dos aspectos que estão contidos nessa esfera.

Segundo Jodelet (2009, p. 704) as representações sociais surgem da intersecção de elementos dessas três esferas. Assim o estudo das representações sociais no levam a considerar o processo dinâmico de “negociação entre as condições transubjetivas e a libertação que autoriza um pensamento subjetivo comunicável e comunicado na intersubjetividade visando à mudança social”.

Como já mencionado anteriormente “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não-familiaridade” (MOSCOVICI, 2009, p. 54). Essa finalidade, por sua vez, gera tensão entre o conhecido e o desconhecido e, desse modo, o sujeito procura de modo intersubjetivo estabelecer consensos para o retorno a um ambiente que lhe seja familiar, seguro. Esse ambiente está inserido em um contexto de dimensão pública e, por isso, o processo de formação de representações sociais a partir da intersecção das esferas de pertença deve ser compreendido com um fenômeno dialógico e interdependente entre sujeito e objeto que, por sua vez, estão inseridos em um contexto específico. Para Moscovici (2009) esse processo de formação das representações sociais utiliza-se da memória e de conclusões passadas e

se dá por meio de dois mecanismos denominados, pelo autor, por **ancoragem e objetivação**.

O primeiro mecanismo tenta *ancorar* idéias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, *67onhec*-las em um contexto familiar. Assim, por exemplo, uma pessoa religiosa tenta relacionar uma nova teoria, ou o comportamento de um estranho, a uma escala religiosa de valores. O objetivo do segundo mecanismo é *67onhece67-los*, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. As coisas que o olho da mente percebe parecem estar diante de nossos olhos físicos e um ente imaginário começa a assumir a realidade de algo visto, algo tangível (MOSCOVICI, 2009, p. 60, grifo no original).

Para Jovchelovitch (2008^a, p. 8) a ancoragem e a objetivação são os meios pelos quais ocorre a mediação de significação dos símbolos e sua materialização na comunidade. Ao atribuir concreticidade às representações sociais, esses mecanismos fazem com que as representações sociais emergjam como “processo que ao mesmo tempo desafia e reproduz, repete e supera, que é formado, mas que também forma a vida social de uma comunidade”.

Ancorar é “classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). Ao comparar aspectos não-familiares do sistema particular de símbolos com paradigmas que o sujeito percebe como apropriados, o processo de ancoragem faz com que os objetos e/ou idéias estranhos adquiram características que o reajustam e os tornam familiares de acordo com o sistema de crenças e valores dos sujeitos, ou seja, a categorização do não-familiar a partir de elementos paradigmáticos estabelecidos na memória é resultado da avaliação que o sujeito faz desses novos elementos. O processo de transferência de elementos desconhecidos para o sistema familiar é essencialmente comparativo e interpretativo, já que o sujeito utiliza-se de um esquema de referências existentes e confiável à ele. Nesse sentido, o papel da ancoragem na formação da representação é de assegurar a sua incorporação social, já que ela faz com que representação e objeto enraízem-se na rede familiar de significações o que, por sua vez, permite que os sujeitos relacione-os e dê coerência de acordo com os valores sociais. Ao categorizar os objetos, o mecanismo da ancoragem permite com que os sujeitos possam julgá-los a partir de outros elementos

conhecidos. Trata-se de um processo que atribui funcionalidade às representações e que permite aos indivíduos interpretar o ambiente social a partir do seu mundo familiar (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2009; VALA, 2004).

No entanto, Moscovici (2009, p. 70) argumenta que esses sistemas de classificação e de nomeação não são simples “meios de graduar e de rotular pessoas ou objetos considerados como entidades discretas”. Para o autor, o objetivo principal dessas categorias está no fato de que possibilitam aos sujeitos facilitar “a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões”. Tornar tangível e visível o que não é familiar é um processo de relação com o que nos é familiar e, por isso, a ancoragem leva com que as “representações pré-existentes” sejam modificadas de forma que àquelas “entidades que devem ser mudadas são mudadas ainda mais, de tal modo que adquirem uma nova existência”, sendo via o mecanismo da objetivação que essa nova representação torna-se parte da realidade dos indivíduos.

Para Moscovici (2009, p. 71) objetivar é “descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem”. A objetivação transpõe o que está na mente para o ambiente físico, torna concreto o que até então era abstrato, ou seja, a objetivação é o processo em que o conhecimento da realidade, ao passar pelo processo de ancoragem, emerge como algo concreto e tangível (MOSCOVICI, 2009). Segundo Vala (2004, p. 465) o processo da objetivação diz respeito “à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e se tornam expressões de uma realidade pensada como natural”. Jodelet (2001, p. 39) complementa ao afirmar que a objetivação ao naturalizar aspectos não-familiares atribui valor de realidade concreta tornando-os “legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros”.

Jovchelovitch (2008b) argumenta que o processo de formação de representações sociais é público e, por isso, envolve fatores sociais, políticos e históricos do contexto em que ocorrem os processos de ancoragem e objetivação. Para Moscovici (2009) esse processo nunca acaba, já que o sistema de crenças no qual as representações estão ancoradas é fundamentalmente dinâmico, pois ele é co-construído permanentemente a partir do processo de familiarização. Jochelovitch (2008^a) contribui ao mencionar que o processo de formação das representações sociais é um processo de mediação social no qual a comunicação deve ser compreendida como meio de socialização das formas particulares de compreensão da realidade.

Ainda sobre o aspecto da mediação, Jovchelovitch (2008^a, p. 81) afirma que “são as mediações sociais, em suas mais variadas formas, que geram as representações sociais. Por isso elas são sociais – tanto na sua gênese como na sua forma de ser”, sendo que elas não existiriam em um mundo de indivíduos isolados. Desse modo, as representações sociais podem ser compreendidas como estratégias desenvolvidas “por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente”.

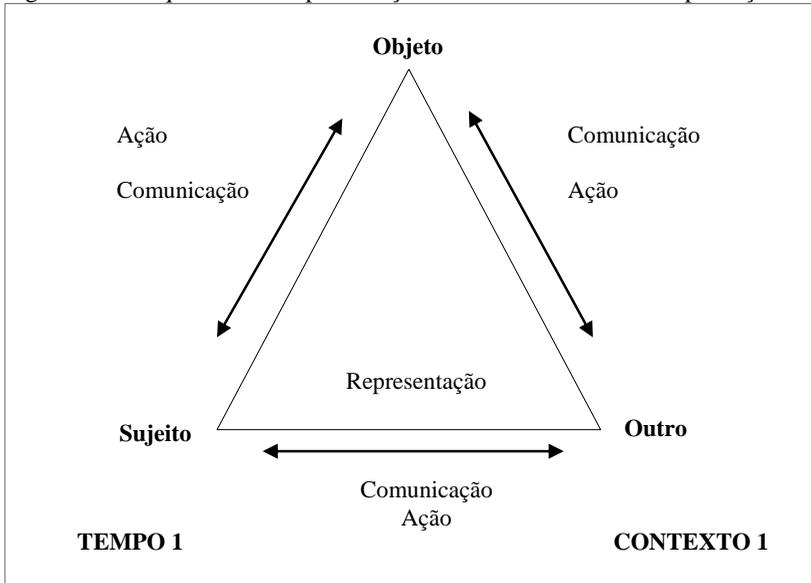
Ao adentrar ao espaço público as representações sociais não apenas surgem das mediações, mas tornam-se mediações sociais ao atribuir lugar de excelência ao sujeito que constrói coletivamente a realidade via interpretação e compreensão dos fenômenos. Desse modo, a dialogicidade, como já mencionado anteriormente, adquire um caráter epistêmico na TRS, já que objeto, sujeito e o outro estão em permanente diálogo, seja ele verbal ou não, no processo de representação. Daí decorre a compreensão que a representação social não é uma simples cópia da realidade dada, mas sim um processo criativo e permanente da construção dessa realidade (JOVCHELOVITCH 2008^a;2008b).

Ao emergir, segundo Jovchelovitch (2008b, p. 71), de uma “estrutura mediadora entre sujeito-outro-objeto”, a representação estrutura-se na ação comunicativa. A autora, partindo de Habermas, afirma que é a ação comunicativa que atribui sentido à representação social e essa, por sua vez, manifesta-se nas práticas cotidianas dos sujeitos. Ao criar representações, a ação comunicativa torna-se a mediadora social das representações e atribui dimensão concreta ao simbólico.

Essa arquitetura da representação em torno da comunicação está descrita na figura 2, onde para Jovchelovitch (2008, p. 72), podemos visualizar a inter-relação entre “sujeito-outro-objeto-ação comunicativa-projeto-tempo-contexto” essas, por sua vez, deve ser compreendidas como “categorias fundamentais que compreendem o fenômeno global da representação”.

A ação comunicativa envolve todo ao processo na medida em que os sujeitos engajam-se no processo de dar sentido aos objetos, sendo que esse processo ocorre tanto em um contexto específico quanto em um horizonte de tempo. Esse processo pode ser institucionalizado e, desse modo, serve de base para que gerações futuras o usem como referencial simbólico. Desse modo, apesar dos sujeitos serem capazes de construir novos conhecimentos e formas de compreender o mundo que os cerca, a TRS reconhece que os indivíduos também estão sujeitos a aspectos que não são totalmente produzidos por eles (JOVCHELOVITCH, 2008).

Figura 2 – A arquitetura da representação: constituintes e modo de produção



Fonte: JOVCHELOVITCH (2008, p. 72)

A TRS reconhece a tensão entre familiar e não-familiar como um dos aspectos fundamentais para dinâmica das representações sociais. Essas tensões estão relacionadas com significados e valores que os sujeitos atribuem e reivindicam aos objetos a partir do seu sistema pessoal de conhecimento. Por sua vez, esse sistema não é, em sua totalidade, construída pelo sujeito, mas é passível de transformações na medida que ele é co-construído. Nessa construção a tensão entre o que já é dado e o que precisa ser construído pode ser visto com objeto de estudo para a TRS, a tensão entre valores pessoais e a esfera pública.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa científica trata da linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Segundo Vergara (2007, p.12) o “método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento.” O método auxilia o pesquisador nas decisões que irá tomar proporcionando uma maior segurança nas escolhas feitas (LAKATOS; MARCONI, 1992)

3.1 FENÔMENO DE INTERESSE

O fenômeno de interesse da presente pesquisa é compreender como os conselheiros percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA/Florianópolis, em especial a respeito da temática dos resíduos sólidos. Para isso, nos interessa, também, identificar os valores de conselheiros a respeito da temática e analisar como esses valores se refletem nas práticas de gestão do COMDEMA de Florianópolis, ou seja, a negociação de valores no contexto de esfera pública.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A abordagem das representações sociais apresenta como um dos seus objetivos a descrição e interpretação das representações identificadas. Essa característica nos leva a classificar a pesquisa como descritiva-interpretativa. Uma pesquisa descritiva visa observar, registrar, analisar e correlacionar fatos e/ou fenômenos de forma a expor as características de um determinado grupo social ou fenômeno (VERGARA, 2007). Deslauries e Kérisit (2008, p. 130) apontam que a pesquisa descritiva procura colocar “a questão dos mecanismos e dos atores (o ‘como’ e ‘o quê’ dos fenômenos)” contribuindo, assim, como “base para pesquisas qualitativas mais desenvolvidas”. Já a interpretação diz respeito a análise e compreensão do fenômeno estudado por meio dos significados que caracterizam as interações entre sujeito e objeto (DENZIN; LINCOLN, 2006).

A abordagem descritiva-interpretativa possibilita condições ao pesquisador de descrever e analisar fenômenos sociais partindo do ponto de vista dos atores sociais (pesquisados). Assim, a partir da descrição e interpretação de representações dos conselheiros a respeito do tema resíduos sólidos, procura-se compreender o fenômeno a partir de experiências vividas pelos sujeitos e de sua maneira de interpretar a

realidade. Para Moscovici (2009) por mais que a ciência encontre-se presa ao “porquê” o objetivo da mesma deve constituir-se em superar o seu papel central nas suas investigações.

A investigação de realidades sociais por meio da compreensão e interpretação dos significados humanos e de seus processos de construção social caracteriza a pesquisa como qualitativa. Nessa modalidade o pesquisador participa, compreende e interpreta os dados coletados na pesquisa. No entanto, vale ressaltar que a pesquisa qualitativa não refuta a pesquisa quantitativa, sendo que, dependendo das características da pesquisa, as mesmas podem ser independentes ou até mesmo se complementarem (CHIZZOTTI, 2001; VERGARA, 2007; CRESWELL, 2010).

Desse modo, o presente estudo pode ser visto como pesquisa qualitativa, já que busca interpretar significados atribuídos por sujeitos da pesquisa no que diz respeito ao tema resíduos sólidos. Além disso, a pesquisa qualitativa permite explorar com mais profundidade contradições e paradoxos, aspecto esse essencial em uma pesquisa que parte do pressuposto da existência de tensão entre valores.

Para Richardson e Peres (1999, p. 80) a pesquisa qualitativa pode ser entendida com uma de análise e compreensão de um fenômeno social, tendo em vista que os estudos qualitativos “podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis” e, também, possibilitar um entendimento profundo “de particularidades do comportamento dos indivíduos”. Deslauries e Kérisit (2008, p. 133) destacam que a pesquisa qualitativa busca, também, compreender a “ação da sociedade na vida e nos comportamentos dos indivíduos, assim como o sentido da ação individual quando se torna coletiva” e é, justamente, nessa perspectiva que as representações sociais podem ser relacionadas, já que procuram compreender a esfera coletiva com base nas representações individuais acerca do fenômeno que é investigado.

Para Moscovici (2009, p. 79) as representações sociais partem da

diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda estranheza e imprevisibilidade. Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade. [...] cada objeto no mundo é diferente da maneira como se apresenta.

Poupart (2008) destaca a relação de interdependência entre sujeito e objeto na pesquisa qualitativa, já que objetividade e

subjetividade constituem entre si um vínculo inseparável. Esse vínculo decorre do fato de que o pesquisador leva consigo uma bagagem de experiências e valores que não podem ser ignoradas. Os ambientes de pesquisa sofrem interferências de diversas variáveis e, desse modo, o pesquisador deve encarar sua subjetividade não como obstáculos à descoberta ou avanço da ciência, mas sim como aspecto essencial para descrições, análises e descobertas.

3.3 COLETA DE DADOS

Para Lakatos e Marconi (1992) a coleta de dados é o momento da pesquisa realizada com o objetivo de coletar dados sobre o tema em estudo. Qualquer pesquisa implica na coleta de dados de variadas fontes, sejam elas primárias ou secundárias, sendo que na realização do presente estudo utilizam-se dados primários e secundários.

Segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 249) as pesquisas do tipo qualitativo utilizam “uma variedade de métodos para se concentrar nos significados e interpretação dos fenômenos sociais e processos sociais nos contextos específicos em que ocorrem”.

O presente estudo utiliza três técnicas para coletas dos dados: análise documental, observação não-participante e entrevistas semiestruturadas. De acordo com Vergara (2010, p. 243) reconhecer que diferentes métodos podem ser complementares entre si significa assumir uma posição de triangulação metodológica, “ou seja, utilização de técnicas diversas relacionadas a um mesmo método, e entre métodos, isto é, utilização de métodos distintos”. Essa multiplicidade de métodos contribui para a compreensão em profundidade do fenômeno de estudo como, também, aumentar a confiabilidade dos resultados da pesquisa devido ao fato de possibilitar reduzir viés do pesquisador (DENZIN; LINCOLN, 2006; VERGARA, 2010).

Ainda segundo Vergara (2010, p. 246, grifo nosso)

é inerente ao uso da estratégia de triangulação a emergência de divergências ou resultados contraditórios. Tal fato pode estar ligado às limitações do estudo [...]. Podem, por outro lado, revelar que o objeto em estudo se apresenta de forma diferente, quando focado de diversos ângulos [...]. **Interpretar a natureza de tais divergências é, portanto, questão essencial para o entendimento do objeto em estudo.**

A seguir são apresentados os procedimentos metodológicos que viabilizam a coleta de dados como, também, seus respectivos aspectos

teórico-práticos que permitem os alinhamentos dos mesmos com os pressupostos metodológicos adotados na presente pesquisa.

3.3.1 Análise Documental

A análise documental diz respeito ao processo de leitura a partir de critérios de análise definidos pelo pesquisador. Essa técnica permite com que o pesquisador verifique e analise documentos¹⁶ coletados e que apresentem uma finalidade específica em relação ao estudo proposto. Sua finalidade específica consiste em verificar e analisar os documentos com o objetivo de localizar, identificar, organizar e avaliar as informações do texto (PIMENTEL, 2001; MOREIRA, 2005).

A investigação documental utiliza-se de fontes de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, públicos ou privados (LAKATOS; MARCONI, 1992; VERGARA, 2007), sendo que pode ser utilizada tanto como uma técnica exploratória quanto como um meio de checar ou complementar dados que foram obtidos a partir de outras técnicas (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSNAJDER, 1999).

A análise documental apresenta como vantagem o fato de permitir ao pesquisador acesso à linguagem e palavras dos participantes em momentos mais convenientes para o pesquisador, além do fato de economizar tempo ao dispensar a transcrição do dados coletados. Já algumas limitações que merecem destaque dizem respeito a existência de informações de difícil acesso e que são protegidas, a possibilidade dos materiais estarem incompletos e o fato de os documentos poderem não ser precisos ou não serem autênticos (CRESWELL, 2010).

A análise de documento é uma primeira oportunidade do pesquisador aproximar-se do campo de pesquisa. No entanto, precisa-se ficar atento a algumas armadilhas que podem estar contidas no documento. Os dados ali contidos são representativos em relação ao objeto de estudo? Os dados podem ter sido manipulados de forma a atender objetivos específicos? Enfim, o pesquisador precisa estar atento à credibilidade dos dados contidos e ter consciência que esses, por sua vez,

¹⁶ Segundo Godoy (2006, p. 135) “a palavra “documentos” deve ser entendida de forma ampla, incluindo os materiais escritos (como recortes de jornais e outros textos publicados na mídia, cartas, memorandos e outros tipos de correspondências, relatórios internos e externos, documentos administrativos), as estatísticas e outros tipos de registro organizados em banco de dados (os quais produzem um formato de registro ordenado e regular de vários aspectos da vida social) e os elementos iconográficos (como sinais, grafismo, imagens, fotografias e filmes)”.

apresentam limitações devido ao fato de não substituírem por completo a inserção do pesquisador no contexto de formação e consolidação das informações registradas (CELLARD, 2008).

Os principais documentos analisados foram as atas das reuniões ordinárias do CONDEMA/Florianópolis, o regimento interno, decisões de julgamento de recurso administrativo de auto de infração ambiental, cartas de recomendação, resoluções e normativas internas.

A leitura desses documentos foi fundamental para uma primeira impressão sobre o tema de pesquisa. A partir da leitura desses materiais, foi possível estabelecer um melhor delineamento do problema de pesquisa como, também, identificar quais conselheiros apresentam um perfil mais ativo no processo de tomada de decisão e que demonstram estarem mais engajados na temática dos resíduos sólidos. Além disso, também foi possível identificar alguns entraves no debate sobre a temática dos resíduos sólidos que, desse modo, permitiram uma melhor estruturação do roteiro para a entrevista semiestruturada.

3.3.2 Observação

A observação de fatos, comportamento e cenário é um dos elementos de uma pesquisa qualitativa, já que sem uma observação acurada não há ciência e, assim, constitui o núcleo de todo procedimento científico independente da natureza do fenômeno (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSNAJDER, 1999; VIANNA, 2003; JACCOUD; MAYER, 2008;).

Para Godoy (2006, p. 133) “por meio da observação procura-se apreender aparências, eventos e/ou comportamentos”. Desse modo, a observação, normalmente, é acompanhada de outros procedimentos metodológicos como as entrevistas, análise documental, história de vida, entre outras (GODOY, 2006; JACCOUD; MAYER, 2008).

Na observação o pesquisador observa “situações e comportamentos pelos quais se interessa”, sendo que nesse processo o pesquisador não pode restringir-se em apenas conhecê-los (JACCOUD; MAYER, 2012, p. 254). Na observação o pesquisador registra as atividades no local de pesquisa utilizando os sentidos para obter dados, porém, na pesquisa qualitativa, observar não se constitui apenas nos atos de ver, ouvir, sentir, cheirar, mas também em examinar fatos e fenômenos que são objeto de estudo de forma a considerar o papel e a presença do pesquisador nesse processo. Assim, a possibilidade de apreender novos objetos e compreender com profundidade a realidade foco da investigação é que faz com que a observação se constitua em um elemento valioso na

pesquisa qualitativa (VIANNA, 2003; CRESWELL, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2010; JACCOUD; MAYER, 2012).

A plena participação do observador no processo de observação não pode ser ignorada, já que sua ação passa a ser vista como um meio de compreensão dos processos sociais a partir do contexto da pesquisa, ou seja, a compreensão do observador participa da construção do objeto estudado (JACCOUD; MAYER, 2008). Desse modo, o observador deve procurar registrar suas observações com elementos que devem contemplar:

i) o que é importante para os *observados* e ii) o que parece importante para o próprio *observador*. Essas observações devem, assim, refletir os elementos observados e aquilo que o observador compreende dos eventos estudados. Por outro lado, o indivíduo estudado não pode ser visto isoladamente, mas em interação com o grupo social ao qual pertence (VIANNA, 2003, p. 31, grifo no original).

A observação quando associada com outros procedimentos, permite comparar o que foi observado com os dados obtidos por meio desses outros métodos. A entrevista, por exemplo, resulta em dados que dizem respeito a ‘como algo é’ e ‘de como deveria ser’. Quando a entrevista é associada, também, à observação o pesquisador encontra a possibilidade de descobrir como algo efetivamente funciona. Em outras palavras, a observação permite superar a limitação dos relatos das práticas ao proporcionar o acesso as próprias práticas (FLICK, 2009).

Godoy (2006) e Flick (2009) definem dois tipos de observação: participante¹⁷ e não-participante. Optou-se, no presente estudo, pela observação não-participante que, segundo Godoy (2006) diz respeito ao tipo de observação na qual o pesquisador “atua apenas como espectador atento”. Nesse processo,

o pesquisador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho. Incluem-se as observações realizadas durante visitas de reconhecimento do local, observações de

¹⁷ Godoy (2006, p. 133) aponta que na observação não-participante “o pesquisador deixa de ser um mero espectador, podendo assumir uma variedade de funções [...] e participar dos eventos que estão sendo estudados. Estas funções podem variar de interações sociais informais a atividades funcionais específicas”. Flick (2009, p. 207) afirma que suas principais características “dizem respeito ao fato de o pesquisador mergulhar de cabeça no campo, que observará a partir de uma perspectiva de membro, mas deverá, também, influenciar o que é observado graças a sua participação”.

reuniões, observações feitas por ocasião da realização de entrevistas e outras situações para as quais o pesquisador tenha sido convidado (GODOY, 2006, p. 133).

Apesar de não negar o papel importante da observação no momento das entrevistas, o peso maior da observação não-participante está na inserção do pesquisador nas reuniões do COMDEMA/Florianópolis. Isso se dá pela necessidade do pesquisador inserir-se no contexto da pesquisa. Considera-se aqui as reuniões como principal momento de debate público no qual se tornam mais perceptíveis as formas de atuação e de posicionamento dos conselheiros diante dos temas em debate.

As reuniões do COMDEMA/Florianópolis são mensais e ocorrem, geralmente, na primeira segunda-feira de cada mês. Outras características institucionais das reuniões, segundo o Regimento Interno do COMDEMA/Florianópolis, são:

- a) as reuniões são formadas por integrantes do COMDEMA e pessoas e/ou entidades convidadas, sendo que apenas o plenário do COMDEMA possui direito de voto;
- b) há apenas deliberação quando observado o quórum mínimo;
- c) há uma ordem pré-estabelecida¹⁸ a respeito do funcionamento das reuniões, sendo que agenda livre¹⁹ é a penúltima etapa;
- d) durante a exposição de matérias pelo relator não são permitidas discussões. Os membros terão uso da palavra no momento em que a mesma é concedida pelo presidente; e
- e) a decisão do COMDEMA é aquela que é tomada pela maioria dos membros presentes, excluído o voto do presidente.

3.3.3 Entrevistas

Em relação as entrevistas, Marconi e Lakatos (2010) afirmam que a entrevista tem por objetivo obter informações dos entrevistados a respeito de um determinado assunto ou problema. Apesar de ser o método

¹⁸ I. instalação dos trabalhos pelo Presidente do Conselho. II. leitura da ata; III. discussão, aprovação e assinatura da ata dos assuntos tratados na reunião anterior, facultados os pedidos de retificação; IV. debates e votações; V. designação de relatores; VI. agenda livre; e VII. encerramento da reunião pelo presidente do conselho.

¹⁹ A agenda livre diz respeito aos assuntos de interesse geral que são levados para debate ou conhecimento do plenário. Esses assuntos podem ser apresentados por conselheiros ou por pessoas convidadas pelos mesmo ou pelo presidente.

mais utilizado em pesquisas do tipo qualitativa, Creswell (2010) destaca algumas de suas limitações como, por exemplo, o fato de fornecer informações filtradas pelos entrevistados, a presença do pesquisador pode interferir nas respostas e o fato de as pessoas não serem igualmente articuladas e perceptivas.

Quanto a questão da presença do pesquisador e sua possível interferência a perspectiva da entrevista como evento de intercâmbio dialógico é a que orienta o presente estudo. Godoi e Mattos (2006, p. 302, grifo no original) concebem a “*entrevista como evento de intercâmbio dialógico* – que pode promover reformulação metodológica capaz de enriquecer a prática de pesquisa e construir novas situações de conhecimento”. A entrevista deve ser concebida como um evento comunicativo pleno, dialógico e complexo. Isso, por sua vez, significa reconhecer a entrevista como resultado de um contexto complexo no qual o uso da linguagem vai além do fato de expressar informações, mas sim trata-se de um produto que surge da interação entre entrevistado e entrevistador (GODOI; MATTOS, 2006).

Por permitir um maior grau de liberdade o tipo de entrevista adotado é de entrevista semiestruturada que, por sua vez, é aquela

que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo de pesquisa (TRIVINOS, 2006, p. 174).

Desse modo, a entrevista semiestruturada reconhece a participação ativa do pesquisador no momento da entrevista como também permite que o entrevistado tenha maior liberdade no fluxo de resgate das informações, já que segundo Godoy (2006) o entrevistador utiliza apenas um guia flexível de tópicos a serem abordados no momento da entrevista.

Ao todo, foram entrevistados (as) oito conselheiros (as). Uma seleção preliminar foi feita com base nas atas de reuniões do conselho no qual foi possível identificar os sujeitos que apresentam um maior engajamento com as reuniões do conselho. O quadro 4 apresenta a relação dos sujeitos da pesquisa, onde RPP significa representante do poder público e RSC representante da sociedade civil. A adoção de siglas tem por objetivo manter, parcialmente, o anonimato do entrevistado. A

respeito da entidade e/ou órgão que cada um dos entrevistados representa, foi a solicitada permissão dessa informação. No entanto, diante da negativa por parte dos (as) entrevistados (as) optou-se por omitir essa informação em todos os casos.

Quadro 4 – Relação de entrevistados

Entrevistado	Tempo de entrevista
RPP1	41 minutos
RPP2	52 minutos
RPP3	36 minutos
RSC1	51 minutos
RSC2	42 minutos
RSC3	57 minutos
RSC4	44 minutos
RSC5	55 minutos

Fonte: elaborado pelo autor

O quadro 5 apresenta a relação entre objetivos, questões norteadoras e técnicas para coleta de dados.

Quadro 5 – Objetivos Específicos, questões norteadoras e coleta de dados

Objetivo Específico	Questão norteadora	Coleta de Dados
Descrever e analisar as representações sociais de integrantes do COMDEMA/Florianópolis a respeito do tema resíduos sólidos.	Como o sujeito percebe a problemática dos resíduos sólidos no seu cotidiano?	Análise Documental
Analisar como os conselheiros percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA.	Como ocorre o processo de participação e quais valores estão presentes?	Observação não-participante
Analisar o COMDEMA de Florianópolis enquanto esfera pública.	Como os conselheiros percebem o COMDEMA enquanto esfera pública e quais fatores o influenciam?	Entrevista semiestruturada

Fonte: elaborado pelo autor.

Com base no referencial teórico e na leitura de documentos foram elaborados o que optou-se por denominar de “tópicos introdutórios” que, por sua vez, tem por objetivo introduzir elementos de cada questão

norteadora. Desse modo, procurou-se manter a entrevista flexível, mas ao mesmo tempo, que a conversa não se dê sem um propósito específico, possibilitando-se, assim, que aspectos não pré-definidos e que apresentam relação direta ou indireta com o tema surgissem de forma espontânea ao longo do diálogo. Os tópicos introdutórios são apresentados no quadro 6. Quadro 6 – Entrevista e tópicos introdutórios

Objetivo Específico	Questão norteadora	Tópicos introdutórios
Descrever e analisar as representações sociais de integrantes do COMDEMA /Florianópolis a respeito do tema resíduos sólidos.	Como o sujeito percebe a problemática dos resíduos sólidos no seu cotidiano?	<p>Perfil</p> <p>Hábitos de consumo</p> <p>Percepção de sustentabilidade</p> <p>Conhecimento sobre práticas de reciclagem</p> <p>Relação com o lixo</p> <p>Papel da comunidade</p> <p>Importância do conselho</p> <p>Participação</p>
Analisar como os conselheiros percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA.	Como ocorre o processo de participação e quais valores estão presentes?	<p>Poder público no conselho</p> <p>Atuação da sociedade civil</p> <p>Decisões polêmicas</p> <p>Como se posicionou</p> <p>Percepção de decisões</p> <p>Processo de participação</p> <p>Limitações do conselho</p> <p>Como se vê no conselho</p>
Analisar o COMDEMA de Florianópolis enquanto esfera pública.	Como os conselheiros percebem o COMDEMA enquanto esfera pública e quais fatores o influenciam?	<p>Decisões do conselho</p> <p>Posicionamento de membros</p> <p>Posicionamento pessoal</p> <p>Considerações sobre interesses coletivos</p>

Fonte: elaborado pelo autor

3.6 INTERPRETAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para Arruda (2005, p. 230) a interpretação ocorre ao longo de toda a pesquisa, em cada etapa, na leitura de cada conjunto de dados obtidos, “a qual se misturam elementos colaterais que contribuem para explicar o significado do que foi encontrado, à luz do/s referencial/is escolhido/s”. Ainda para o autor, essa leitura

tem um sentido compreensivo, ou seja, entender o que aquelas etapas, aqueles dados significam, a partir do (s) contexto(s) em que são produzidos, do referencial teórico que os orienta e do problema que se está a estudar. Ela explica e reúne o que foi encontrado. [...] a interpretação se aproxima do diagnóstico, e também recorre a mais do que meramente os dados explícitos (ARRUDA, 2005, p. 230).

As representações sociais dizem respeito ao modo como os sujeitos atribuem sentido ao real de forma que o elabora e explica a si mesmo e, assim, pressupõe que a realidade é construída socialmente, ou seja, socialmente formulada e compartilhada. A representação social origina-se nos sujeitos e dá sobre os objetos com o qual se interage. Desse modo, a mesma pode ser compreendida como uma tradução particular da realidade que por meio da interação social é compartilhada (ARRUDA, 2005; MOSCOVICI, 2009).

Moscovici (1968 apud ARRUDA, 2005, p. 231) aponta que “representar não é selecionar, completar um ser objetivamente dado pelo seu pólo subjetivo”, em um contexto em que representar “aponta para a necessidade de entender igualmente como ela cumpre tais funções para quem a elabora”. O processo de interpretação das representações sociais envolve compreender como as representações contribuem para que os sujeitos ordenem sua percepção de mundo, como essas representações são convertidas em códigos que são socialmente compartilhados e utilizados para nomear e classificar fatos do mundo particular e ao mesmo tempo expressar a identidade de quem fala. Além disso, envolve também compreender como essas representações são integradas ao conjunto de valores da esfera coletiva (ARRUDA, 2005).

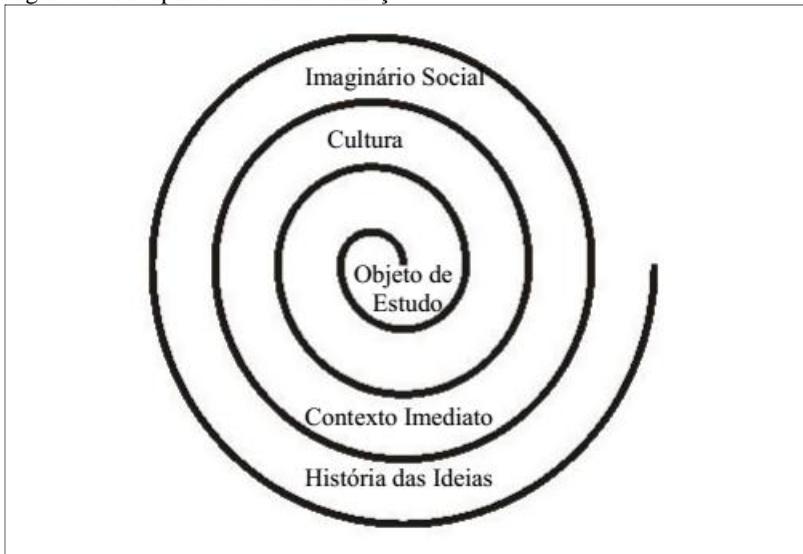
Arruda (2005, p. 233) apresenta duas perspectivas, no que diz respeito a interpretação de representações sociais, que não podem ser vistas de forma isolada, mas sim interdependente: estrutural e processual. A primeira diz respeito aos valores e justificativas centrais que fazem parte da forma como determinado grupo interpreta a realidade. Já a

segunda, relaciona-se com a compreensão de como a representação se forma e se organiza internamente e demonstrar a lógica interna da representação e a sua relação com o mundo, ou seja, “se entendemos a representação como uma tradução da realidade” devemos mostrar “de que tradução se trata, e por que ela é assim e não de outra forma”.

Desse modo, a interpretação não deve ser uma simples análise de aspectos situacionais, mas também contextuais. O processo de contextualização em espiral (figura 3) proposto por Arruda (2005, p. 235) parte

do mais próximo – o contexto espaço-temporal imediato, para o mais distante, que pode ser o percurso das idéias a respeito daquele objeto, ou daquele grupo, e pode mesmo ir além, mas sem omitir a cultura que lhe é própria, com os seus modelos, valores, o saber local, e o imaginário social circulante.

Figura 3 – A espiral da contextualização



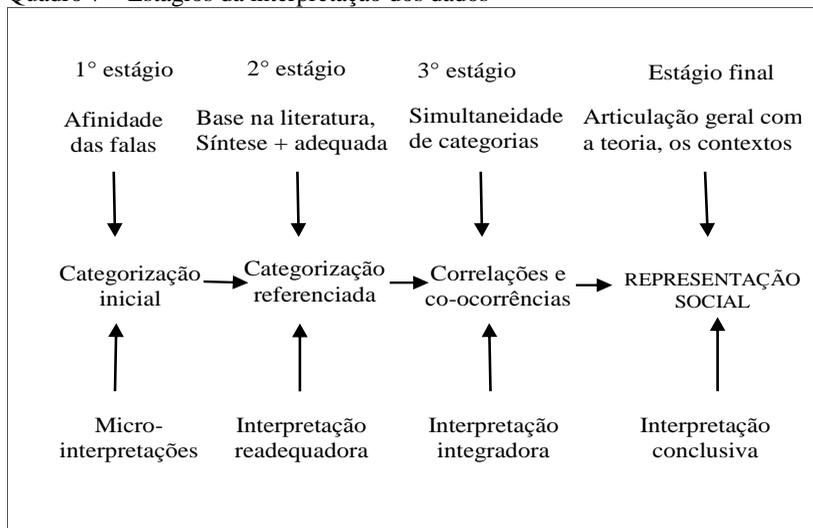
Fonte: Arruda (2005, p. 236)

É importante ressaltar que a espiral é algo fluído e a o processo de interpretação não se dá necessariamente de dentro para fora, do centro para as pontas. O aspecto central é o fato de que não se pode perder de vista a relação existente entre sujeito e objeto e que os contextos podem

se sobrepôr ultrapassando as fronteiras e formando um espaço de convivência entre eles (ARRUDA, 2005).

Apesar da sua flexibilidade a interpretação das representações deve apresentar uma relação clara e objetiva com o conjunto de dados disponíveis para análise. Essa interpretação não deve ignorar aspectos metodológicos, mas também não pode ser ver refém desses aspectos. Esses aspectos não são uma camisa de força, mas sim meios que orientam o percurso interpretativo (ARRUDA, 2005). Para facilitar o processo de análise do percurso interpretativo, o pesquisador pode utilizar categorias de análise. A autora aborda uma perspectiva de interpretação que preconiza a fluidez entre os estágios e as categorias (quadro 7), já que o percurso não é linear e sim constituído de um certo caminhar do pesquisador pelos dados disponíveis, é um ir e vir constante.

Quadro 7 – Estágios da interpretação dos dados



Fonte: Arruda (2005, p. 252)

Os estágios apresentados no quadro 7 objetivam orientar o processo de interpretação, mas reforça-se que não implicam em serem compreendidos como etapas lineares do processo, sendo que um estágio complementa o outro e nada impede que depois de seguir em frente o pesquisador não possa retornar a algum outro estágio. Essa flexibilização é importante ao permitir que o pesquisador reflita, constantemente, a respeito das análises feitas ao longo e durante todo o processo de interpretação.

O primeiro estágio diz respeito à categorização inicial que será complementada e refinada com o segundo estágio por meio de informações identificadas na literatura. Vale ressaltar que todo esse processo de caracterização é um exercício de reflexão e interpretação o qual é constituído por um processo onde o significado transfere e transforma “o que era significante em outro significado e este novamente em significante” (ARRUDA, 2005, p. 251). Além disso,

análise e interpretação estão intimamente entretecidas. Apenas, para que a interpretação desenvolva todo seu potencial e propicie à análise uma maior densidade, cabe deter-se nela, afastando o automatismo da arrumação dos dados em categorias que parecem “naturais”.

No entanto, essa análise do primeiro e segundo estágios não é suficiente. A interpretação microscópica e sucessiva em si só perde seu potencial interpretativo no contexto das representações sociais. Esses estágios preliminares tratam de uma análise fragmentária dos dados disponíveis, sendo fundamental mudar o foco “da árvore para a floresta”. Segundo Arruda (2005, p. 252) “um terceiro estágio vai tratar de restabelecer a visão integradora por meio de cruzamentos ou co-ocorrências, da busca de padrões de regularidade articulados e não apenas repetições isoladas”. Para a autora essa compreensão é essencial já que a representação social não é “uma simples justaposição de listas de categorias, e sim a forma como elas se articulam, se ordenam, configurando-se num campo bem estruturado”.

Em um estágio final o pesquisador retorna à base teórica com o objetivo de identificar o princípio organizador da representação. Porém, a mesma é um suporte tendo em vista que nem sempre a dinâmica da representação pode ser identificada apenas por meio da literatura, pois é antes de mais nada uma construção social e uma construção associada entre pesquisador e os sujeitos e, desse modo, a interpretação não deve estar fundada apenas em intuições. É preciso, nesse momento, “identificar relações que indicam um pensamento integrado” nas quais poderá estar co-relacionada “a causa do fenômeno representado, sua definição e suas consequências” como, também, definições e aplicações que podem constituir em alguma tipologia socialmente compartilhada (ARRUDA, 2005, p. 253).

De uma forma geral, o caminho interpretativo de representações sociais só alcançará êxito se for um exercício holístico e integrador que possibilite ao pesquisador identificar a relação dos dados entre si, com o

universo que surge a partir desses dados e desse universo com o fenômeno estudado (ARRUDA, 2005).

4 ANÁLISE DOS DADOS

O presente capítulo procura atender, a partir da análise dos dados coletados, os objetivos de pesquisa definidos no capítulo 1.

Propomos, aqui, um exercício descritivo-interpretativo com intuito de possibilitar ao leitor visualizar de maneira clara o campo de pesquisa. Assim, procuramos colocar os dados de forma a articular convergências e divergências nas falas dos entrevistados e, por sua vez, fazer um esboço geral do trabalho de campo, do que foi identificativo a partir dos dados coletados.

Esperamos que o esforço empreendido consiga ser fiel aos princípios teóricos e metodológicos expostos nos capítulos que precedem o atual.

4.1 RESÍDUOS SÓLIDOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O momento da entrevista pode ser visto com um processo de reflexão tanto por parte do entrevistador quanto do entrevistado²⁰, já que é um evento comunicativo e dialógico (GODOI; MATTOS, 2006).

No primeiro bloco de perguntas – referentes aos resíduos sólidos²¹ – houve uma verdadeira troca de experiências no que diz respeito aos diferentes tipos de materiais, formas de separar os resíduos, tratamentos prévios antes do descarte, entre outros. Assuntos, esses, que por sua vez, permitiram iniciar uma conversa mais descontraída.

Resíduos sólidos e sustentabilidade são temas que normalmente estão associados. Além disso, ao discutir esses assuntos é recorrente a reflexão da necessidade de repensar os hábitos de consumo. Desse modo, as primeiras perguntas relacionam justamente os hábitos de consumo do entrevistado e as ações que procura colocar em prática para a redução de resíduos sólidos.

A respeito dos hábitos de consumo, a totalidade dos entrevistados afirmam adotar atitudes orientadas pela necessidade de reduzir o impacto das atividades humanas no meio ambiente.

²⁰ A partir desse momento não será mais feita diferenciação entre gêneros masculino e feminino no uso de palavras que fazem referências aos conselheiros (as) que participaram da pesquisa.

²¹ Na análise dados, os termos lixo e resíduo sólidos serão tratados como sinônimos, apesar da dimensão pejorativa que o termo lixo assume. Essa escolha se dá, justamente, devido ao fato de que os entrevistados os adotam como sinônimos.

Abaixo, transcrevemos algumas falas dos entrevistados que ilustram essas práticas.

Olha, eu procuro ser, deixa eu mostrar aqui, o celular tem quatro anos, eu me preocupo bastante para onde que vão, os resíduos que a gente gera, não é? Para onde é que eles vão parar, principalmente resíduos eletrônicos [...]. Então assim, eu me preocupo muito assim com essa questão de consumismo exagerado assim, eu tento sempre comprar coisas que eu acho que são menos impactantes [...] (RSC 1).

Eu costumo ir no mercado de bicicleta, costumo sempre que possível comprar orgânico, comprar produto local, sempre que possível, se existem marcas semelhantes eu sempre procuro saber qual que é a produzida mais próximo, mais nesse sentido assim, não pego sacolinha, uso a minha própria embalagem (RSC 2).

Sou fã do produto orgânico. Compro o máximo que eu posso de produto orgânico [...]estou sempre de dieta [...] trabalhar com logística reversa, tem coisas que a gente já leva, a lâmpada no lugar certo, a pilha no lugar certo (RPP 2).

Acho que a principal que eu uso, talvez tenha sido por questão familiar, porque eu sou filho de militar, então uma questão de ordem na caserna, ter economia com tudo que a gente faz. Então, seja com energia elétrica, com água, com desperdício de alimento (RSC 3).

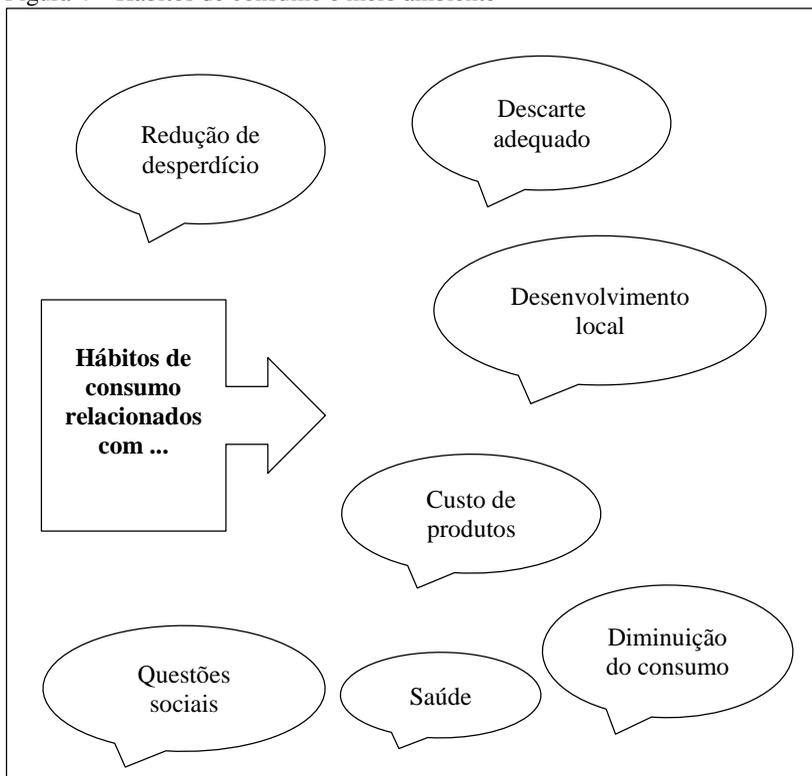
[...]eu levo em conta também o custo do produto. Então, é um balanço. É claro que isso pega, mas não é o preponderante (RSC 5).

[...] um link muito com a questão ambiental também é assim, que eu, às vezes vejo que tem empresa que usa muito trabalho escravo né. Então eu sempre conciliei esses dois, sabe empresa que já foi julgada né, tal, tal e mesmo que seja, tenha trabalho ambiental, essa aí eu já descarto (RPP 3).

Esses depoimentos, de forma indireta, remetem a aspectos como descarte adequado (RSC 1, RPP 2), desenvolvimento local (RSC 2), redução de resíduos gerados como, por exemplo, uso de sacolinha retornável e da bicicleta que, por sua, também pode ser relacionada com os aspecto de saúde com consumo de produtos orgânicos (RPP 2), redução de desperdício (RSC 3), aspectos relacionados ao custo do

produtos (RSC 5) e até mesmo questões sociais como, por exemplo, o trabalho escravo (RPP 3), conforme figura 4.

Figura 4 – Hábitos de consumo e meio ambiente



Fonte: elaborado pelo autor

Nesse sentido, observa-se aqui o caráter amplo e complexo da questão ambiental, já que o entrevistados mencionam aspectos que não estão relacionados apenas com uma área do conhecimento. Dessa forma, reforçamos aqui, a necessidade de repensar como tema é abordado no campo científico. As abordagens tecnicistas tem se mostrado eficientes na redução do impacto ambiental. Porém, é preciso repensar os hábitos de consumo como, também, os demais aspectos relacionados com a temática ambiental como, por exemplo, desenvolvimento social e saúde pública.

Em seguida, foram feitas perguntas a respeito da relação cotidiana com os resíduos sólidos.

Todos os entrevistados afirmaram, também, adotar alguma prática de reciclagem sendo que a maioria faz a separação entre orgânico e reciclável. A seguir, algumas falas a respeito do assunto.

[...] os resíduos que eu gero aqui eu levo para casa, que é o reciclável, não é? Porque lá felizmente já tem a coleta seletiva de porta em porta, então eu levo para casa e reciclo lá em casa (RSC 1).

[...] meu condomínio já tem um processo, já, seletivo. [...] a gente trabalha dentro dessa linha do lixo, conforme o condomínio (RPP 2).

[...] Eu não acredito que deva ser separado em todos. Entre papel, plástico e todos metais. Eu acho que não precisa. Até porque a nossa reciclagem em Florianópolis, o centro de triagem junta tudo e, depois, vai separar. [...] o lixo orgânico [...] eu coloco porque eu moro em prédio. Na minha casa, onde eu morava com os meus pais, a gente coloca no quintal (RSC 4).

Em casa a gente tem aquela lixeirinha de 3, das cores [...]. A gente faz a reciclagem direitinho, na minha rua passa o reciclado uma vez por semana, então a gente já deixa tudo reservadinho, o que é reciclado, bota pra botar só no sábado que é o dia que passa (RPP 3).

Após perguntas sobre hábitos de reciclagem, os entrevistados foram questionados sobre a visão pessoal do que seriam resíduos sólidos, ou seja, a percepção que os mesmos têm do tema.

Os resíduos sólidos, para a totalidade dos entrevistados, é visto como um recurso que não está sendo adequadamente aproveitado, principalmente quando reivindicada a dimensão econômica.

Resíduo é tudo que a gente produz, quer dizer, que a gente adquire torna-se inútil pro nosso consumo. Então, uma embalagem, por exemplo, ela vai se tornar resíduo, mas ela pode ter utilidade pra outro grupo econômico. Que nem latas, ou papelão. Então, os resíduos, ao meu ver, são esses subprodutos, ou produtos subutilizados (RSC 3).

O primeiro pensamento que vem à cabeça, que a gente está jogando dinheiro fora, que o dinheiro corre para dentro do lixo, essa é a primeira coisa que me vem à cabeça, que a gente está desperdiçando uma fonte de economia muito grande, fonte de riqueza (RSC 2).

[...] o resíduo ele tem, claro, ele tem toda uma valorização, que ele pode ser reutilizado, mas isso depende também da questão econômica, para poder ter um mercado para absorver, a indústria tem que querer essa matéria-prima, para que ela realmente seja reutilizada, reciclada, [...] (RPP 1)

Além da dimensão econômica, há falas que também remetem a outros aspectos como, por exemplo, aspecto social, responsabilidade compartilhada, saúde pública, legislação, saneamento e problema ambiental.

[...] tem toda a questão social envolvida também, porque o resíduo, para o gerenciamento ambientalmente adequado acontecer, precisa muito forte a parte social, de cada um de nós ou das nossas casas, que o segredo do gerenciamento está na nossa casa, o destino do lixo na cidade quem dá é o município, não é? Quando ele resolve separar ou não, se o município tiver a seletiva. E também a questão dos catadores, que hoje é uma fonte de renda, um monte de gente que não tem um outro emprego, um emprego formal, hoje está no subemprego da reciclagem, e tem uma questão bem forte envolvida hoje, inclusive por ser moradores de rua, craqueiro, eles precisam de alguma fonte financeira para suprir, sei lá, a vida deles, e o próprio vício, e às vezes, o que eles fazem, eles acabam pegando o lixo da rua para vender (RPP 1). [...] me vem a imagem de buscar saber se está acondicionado corretamente. Até porque, do ponto de vista legal, pro meio ambiente, depositar inadequadamente é uma infração ambiental. [...] Mas, do ponto de vista de dano ao meio ambiente, a gente percebe claramente o risco que se corre. Do viés da saúde pública, na verdade, então eu enxergo, quando eu vejo isso, toda a questão de zoonose, ligado à leptospirose. À dengue, agora. Está com o acondicionamento inadequado (RPP2).

A partir das falas apresentadas acima e de outras que surgem ao longo das entrevistas, podemos observar que são os representantes do poder público, na sua maioria, que levantam questões além do caráter econômico e ambiental no debate a respeito dos resíduos sólidos. No entanto, levantamos aqui a hipótese de que isso ocorra justamente por serem agentes públicos e por estarem diretamente ligados ao debate de políticas públicas referentes à gestão de resíduos sólidos em Florianópolis

tendo, assim, a necessidade de uma visão mais ampla e complexa a respeito da temática, já que “o resíduo em si é uma questão bem complexa com o que associa, que não é só uma questão de saneamento, porque o resíduo ele não é como o esgoto, que pega, trata e lança de novo [...]” (RPP 1) e, que de fato, é um desafio para o poder público, pois “são problemas que nós (setor público) temos que solucionar. Eu acho que a política de resíduos é um grande desafio que a gente tem pra cumprir” (RPP 2).

Apesar desse reconhecimento, de forma direta, por parte do poder público pela responsabilidade na gestão dos resíduos sólidos, foi levantada por todos os entrevistados, de forma direta ou indireta, que essa responsabilidade deve ser compartilhada por toda a sociedade.

RPP 2 argumenta que vivemos em uma sociedade na qual é comum ouvirmos a frase “a culpa é do governo”. Para o entrevistado, vivemos em um Estado que “se expandiu pra algumas áreas que, talvez, não precisasse. Então, é muito comum que as pessoas transfiram para o governo responsabilidades que também são deles”. Para RPP 2, a respeito da política de resíduos sólidos, o desafio também é cultural, ou seja,

[...] é modificar a forma das pessoas verem o processo consumista. [...] eu acho que o empresário tem o mesmo papel do governo. O governo, na verdade, o Estado, tem um papel regulador, e o empresário seria a atividade regulada. Mas ele tem as mesmas responsabilidades de fazer com que a sua atividade também seja sustentável, dentro daquilo que lhe compete. Então, na verdade, os 3 pilares que nós estamos tratando, cada um deles tem responsabilidades nesse processo, e que se complementam. Não dá pra trabalhar um sem o outro. O que acontece muitas vezes é que é muito fácil culpar a estrutura do Estado, do governo, que não consegue dar vazão às suas responsabilidades, por falta de gestão. Os problemas de gestão são verdadeiros, são claros. Nós somos incompetentes em muitos aspectos pra poder fazer cumprir as políticas. E isso, evidentemente, tem seus reflexos pro empresário, e também pra população. Porque o governo tem as suas responsabilidades que, muitas vezes, ela, vamos dizer, ela se estende sobre os outros. Então, quando nós não cumprimos a nossa parte, isso interfere na vida tanto da área empresarial, quanto da população como um todo. Mas cada um teu seu papel e suas

responsabilidades pra cumprir. Não consigo isentar ninguém nesse processo.

Para RSC 1 “a comunidade é fundamental [...] porque ao mesmo tempo que ela causa o problema ela pode ajudar na solução”, ou seja, “é bem importante que a população [...] se enxergue como o agente nesse processo, tanto de causadora do problema como um agente para a solução”. RSC 2 complementa ao afirmar que a sociedade tem responsabilidade “na escolha, na compra e na destinação” e deve, também, ter consciência que “não é que você colocou dentro de uma tampa ele desapareceu, o lixo, [...] a comunidade também deveria ter a obrigação de saber o que acontece com ele depois disso”.

RPP 1 argumenta que a sociedade é também responsável pela necessidade de pensar no consumo, ou seja,

[...] de reduzir primeiro, de ter hábitos mais sustentáveis até para não gerar um resíduo, de separar de forma adequada, e também às vezes, quando ela contrata um serviço especial, como o entulho, ou pode catar uma coisa grande, sei lá, uma coleta, ou ela tem que levar no ecoponto, ou contratar alguém para ela ter essa responsabilidade também, de saber para onde está indo, porque às vezes, a pessoa pega para se livrar de casa, e não sabe para onde está indo, não é? E geralmente está indo para área clandestina. Aí a sociedade entra na questão do papel dela, enquanto responsabilidade compartilhada, de gerador, ele tem um papel fundamental no método logístico.

Percebe-se, também, por parte dos entrevistados, um certo desânimo quando são abordados aspectos referentes ao papel da comunidade na gestão de resíduos sólidos. Alguns entrevistados argumentam que parte considerável da população parece não ter interesse em fazer com que as coisas aconteçam apesar do esforço que se tem empreendido pelo poder público e por organizações da sociedade civil.

“Há falta de uma consciência coletiva”, ou seja, “quando as soluções não acontecem como a gente gostaria” só sabemos apontar culpados, afirma RSC 4. Falta autorreflexão e autocrítica, “[...] e qual a tua contribuição? Qual é a tua proposta? Como tu pode contribuir com isso. Tu, cidadão? Essa é uma pergunta que cada um tem que se fazer”. Para RPP 3 não há mais espaço mais desperdício, “não tem local pra ti (sic) desperdiçar o lixo, vai ficar no meio ambiente, volta pra nós [...]”.

RSC 3 afirma para que a gestão dos resíduos funcione de fato, cada indivíduo precisa compreender o seu papel nesse processo, já que

“você tem que fazer sua parte, não esperando que o outro faça. É o que eu mais penso. Mas é claro que dá um desânimo quando tu vê que só tu faz (sic). Os outros não fazem”.

“É a comunidade em si que vai fazer com que se preserve [...] o ambiente [...]” reforça RPP 3. Porém, ainda afirma que, não basta apenas separar o lixo, “precisa colocar no dia certo, saber o que acontece com esse lixo depois que a prefeitura recolhe”.

Os entrevistado também lembram o papel das empresas privadas.

“E as empresas, o que elas fazem?”, RSC 5. Há a questão do marketing verde, ressaltam RSC 3, RSC 4 e RPP 2. “A empresa diz que cuida do meio ambiente, ok? Mas é verdade?” (RSC 3). Então,

[...] o que adianta tu fazer uma ação: eu faço controle de resíduos da minha empresa. Isso, por lei, já é obrigatório. Então, muitas vezes, as empresas divulgam uma coisa que é obrigatória por lei. Eu faço tratamento dos meus afluentes, mas tu tem que fazer (RSC 4).

RSC 1 também alerta que muitas vezes esquecemos a universidade,

[...] ela não serve só para ensinar e formar profissional, ela também faz pesquisa. E falo também dos centros de pesquisa, falo de tecnologias que podem ajudar a resolver o isso. [...] temos o exemplo do biogás e tudo que podemos aproveitar de outros resíduos. Então para mim os resíduos, eles são assim um problema que tem muito potencial para virar um solução, não é?

RPP 3 ainda destaca que hoje “a falta de conhecimento de como as coisas de fato funcionam prejudica todo o processo”. Por exemplo, a palavra “sustentável” hoje, segundo RPP 2, “ela tá muito no marketing. É uma palavra muito usada, mas, às vezes, de forma inadequada”.

“Toda essa mídia e coisa de ser verde tá complicando porque sempre tem um problema novo e nada se resolve” (RSC 5). O termo sustentabilidade é um termo, que hoje

é uma muleta, usado por Deus e todo mundo, por quem é ambientalista, quem não é ambientalista, porque é um termo bonitinho, da Ibope. Político adora falar que é sustentável. Mas eu acho que, tanto de usar o sustentabilidade, o sustentabilidade já não significa quase mais nada. Então, eu acho que, talvez, a gente tenha que usar menos essa

palavra, sustentável. E, na verdade, é ter as práticas ambientais corretas (RSC 5).

Para RSC 3 sustentabilidade

[...] é um conceito muito eu acho que fantasioso. Sustentabilidade, na atual situação que a gente vive. Ninguém se priva de ter um ar condicionado, entendeu? Eu vou te explicar onde eu quero chegar. Então, ninguém se priva de ter um ar condicionado. Se tiver possibilidade de andar de carro, vai andar de carro, não vai andar de ônibus. Todo mundo quer ter seu equipamento eletrônico mais próximo do lançamento. Tudo isso aí gera um passivo ambiental. Então, tem a tal da pegada ecológica. Pô, um aparelho, um computador, quanto passivo ambiental ele gerou? Ele tem o metal, que é extraído de uma jazida. Só que, se não tivesse aquela jazida lá, tu não tinha aquele material. Então, todo mundo fala, "Pô, a quebra da barragem lá em (Minas Gerais²²) [...], que desgraça", não sei o quê, "Culpa deles". Culpa deles, não. Todo mundo participou. Tu não goza daquele benefício? Tu goza daquele benefício. Então, a situação, ela é muito mais profunda do que, simplesmente, a gente julgar se é sustentável. Eu acho que a sociedade atual não tem sustentabilidade. O que se pode trazer é mais próximo do ótimo. Pô, sustentável? Não é sustentável, mas como eu posso diminuir o meu passivo ambiental? Eu acho que é isso. Sustentabilidade não existe. A meu critério, não tem. Então, óbvio que a gente, isso, pro dia a dia, eu tento amenizar[...], pô, tento amenizar. Pô, água? Vamos conter água. Energia? Vamos conter energia. Isso aí são questões mínimas. Porque qualquer passo que você, a não ser que você seja um inerte, um ermitão, que fica lá. Não consome, não assiste uma TV, não tem um celular, não tem WIFI, não vai ao (shopping) Você entra no

²² O entrevistado refere-se ao rompimento de barragens para resíduos de mineração no município de Mariana em Minas Gerais. As barragens pertenciam à Mineradora Samarco e o rompimento aconteceu em cinco de novembro de 2015. O rompimento das barragens é visto como o mais grave acidente ambiental da história do Brasil, impactando, diretamente, a bacia do rio Doce e o litoral do estado do Espírito Santo.

shopping, coloca o cartão, no estacionamento? Boas compras. Comprou, está vindo de algum lugar, e esse lugar é a natureza. Então, assim, eu entendo nesse sentido

Esse posicionamento pode ser sintetizado em um fala de RSC 1 na qual aponta que “o problema da sociedade atual é exatamente resultante da sua insustentabilidade”.

Para RPP 2 não basta apenas agir ou pensar quando falamos de sustentabilidade, pois ser sustentável “é você ter um encaminhamento de vida que possa, como indivíduo, num processo maior fazer a tua parte”, ou seja, ter consciência que você faz parte de um todo, pois “[...] as grandes ações vão depender dos pequenos atos de cada um. Eu acho. E isso aí expande na tua vida, em todos os aspectos”.

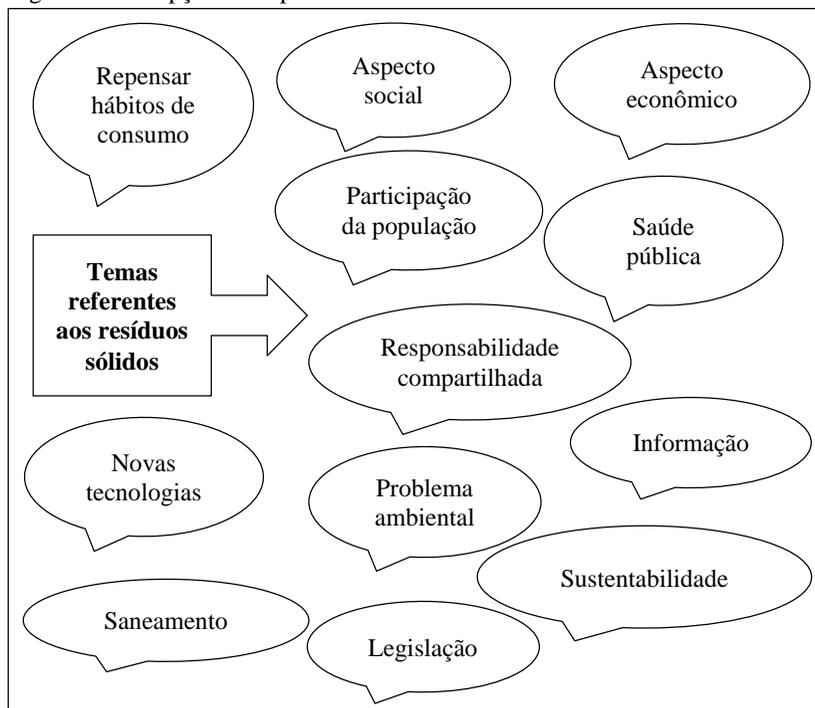
RSC 2 lembra, de forma direta, outras dimensões da sustentabilidade ao mencionar que “ela nunca vai existir se a gente não incorporar junto a economia e a questão social”. Esse incorporar significa, por sua vez,

[...]que a luta ambientalista no Brasil, ela não deveria brigar com o setor econômico, nem o setor econômico brigar com o setor ambiental, quer dizer, deveria encontrar um ponto de convergência, porque se for ambiental está protegendo a nossa riqueza. Então o que a gente tem de riqueza no Brasil, ela é ambiental e cultural.

RSC 4 também menciona que sustentabilidade envolve o social, o ambiental e econômico. Destaca, ainda, que quando analisamos apenas as empresas é possível observar que “as ações sociais que a empresa tem normalmente é bem menor do que as ambientais”, isso ocorre devido ao fato de que “[...] o marketing, hoje, que tu faz, é voltado pro meio ambiente”, porém, essas ações precisam ser economicamente viáveis “porque se for muito mais caro que um outro produto, a gente não vai comprar. Não adianta. Então, tu tem que saber fazer esse balanço”.

A síntese de relações feitas pelos conselheiros a respeito dos resíduos sólidos e sustentabilidade pode ser visualizada na figura 5.

Figura 5– Percepções a respeito dos resíduos sólidos



Fonte: elaborado pelo autor

Ao pensar a questão dos resíduos sólidos, os dados obtidos nos permitem identificar algumas percepções individuais referentes ao tema como, por exemplo, valor econômico, saúde pública, problema ambiental e social, responsabilidade compartilhada, repensar as formas de consumo, marketing verde, entre outros. No entanto, qual a ligação entre essas percepções?

A temática ambiental é compreendida, na presente pesquisa, a partir de um perspectiva multissetorial (VIOLA; BOEIRA, 1990; BOEIRA, 1998; 2005) e, também, preconiza o diálogo e participação social como caminho para o debate da problemática ambiental que, por sua vez, não é resultado apenas de conflitos de interesses, mas também de valores.

Guerreiro Ramos (1989) e Polanyi (2000) apontam que os valores que fundamentam as relações entre ser humano e natureza são, em sua grande maioria, oriundos da sujeição da vida às leis de mercado. Desse modo, a natureza passa a ser vista, predominantemente, como

propriedade e não mais a partir de uma perspectiva de coevolução entre ser humano e natureza.

Guerreiro Ramos (1989) e Leff (2001; 2009) apontam a necessidade de repensar as formas de organizar as práticas humanas. A racionalidade substantiva, apontada por Guerreiro Ramos (1989), procura destacar a importância de valorizar aspectos da conduta humana voltados para valores éticos e coletivos. A racionalidade ambiental, segundo Leff (2000), converge com a proposta da racionalidade substantiva, porém explicita a importância de se superar o conceito de domínio da natureza e, por defender, uma nova forma de relação entre homem e meio ambiente.

Bom, e de que forma o que foi exposto pelos entrevistados relaciona-se com essas perspectivas teóricas? Quais valores são reivindicados pelos sujeitos da pesquisa para expor suas percepções a respeito dos resíduos sólidos?

Nesse ponto, a TRS é proposta como operador metodológico e analítico na tentativa interpretar os dados coletados.

A representação social não deve ser vista como apenas uma construção do sujeito em si, mas também social, por preconizar uma dimensão dialógica (JOVCHELOVITCH, 2008b). A representação é, antes de mais nada, uma forma de conhecer e vivenciar o mundo que é, essencialmente, socialmente elaborada e compartilhada (JODELET, 2001). O pesquisador, em seu processo de análise das representações sociais, deve ter a consciência que isso significa compreender o social com uma totalidade superando, assim, a perspectiva individualizante predominante no campo das ciências sociais (MOSCOVICI, 2009). Para Jodelet (2009), as representações sociais são resultado da intersecção de três aspectos: valores pessoais, valores compartilhados pelo grupo e influências de valores advindos de outros espaços.

De forma geral, as percepções individuais a respeito dos resíduos sólidos de conselheiros do COMDEMA/Florianópolis são, em sua maioria, compartilhadas pelo grupo como um todo.

Assim, os resíduos sólidos são compreendidos como um problema ambiental que envolve tanto aspectos sociais quanto econômicos. Percepção essa que, por sua vez, converge com o conceito de sustentabilidade mais divulgado e que foi proposto por Sachs (1993; 2002, 2004). Isso, por sua vez, nos leva a considerar que os resíduos sólidos são compreendidos, no contexto do COMDEMA/Florianópolis, a partir de uma perspectiva de ambientalismo moderado ao considerarmos a proposta de Jatobá, Cidade e Vargas (2009). Desse modo, podemos apontar que a percepção que os conselheiros têm da temática dos resíduos

sólidos é, de certa forma, resultado da esfera transubjetiva que, nesse caso, seria o campo científico onde, por sua vez, quando observadas as considerações de Santos (2010) e Guerreiro Ramos (1989), é hegemonicamente positivista e cuja racionalidade científica dominante legitima a sociedade centrada no mercado.

Além disso, o gerenciamento desses resíduos é compreendido pelos conselheiros entrevistados como de responsabilidade compartilhada entre todos os envolvidos, sendo que a principal dificuldade para a solução desse problema está na conscientização da sociedade como um todo. Argumenta-se, de forma geral, que o Estado é ineficiente na gestão, a sociedade civil não participa efetivamente dos programas de coleta seletiva e a setor empresarial aproveita-se do momento por meio do marketing verde.

Autores como Guerreiro Ramos (1989), Leis (1999), Morin (2005) e Leff (2011) nos dão suporte para argumentar que esse cenário é resultado da lógica de mercado que predomina nas relações sociais. Valores calculistas levam tanto empresas quanto pessoas a procurar maximizar suas ações a partir de uma lógica de maior ganho possível com menor custo necessário. A transavaliação, mencionada por Guerreiro Ramos (1989), surge aqui ao explicitar os valores de mercado como lógica que legitima a conduta social e, por sua vez, a relação entre homem e natureza. Esse aspecto fica claro tanto nos trechos em que os entrevistados mencionam como o termo sustentabilidade tem sido utilizado quanto nas falas que destacam a baixa participação da população nos programas de coleta seletiva. Há, de certa forma, uma paralisia social resultante dos valores individualistas advindos da racionalidade instrumental como, também, da crença cornucopista de que a tecnologia irá resolver os problemas da humanidade.

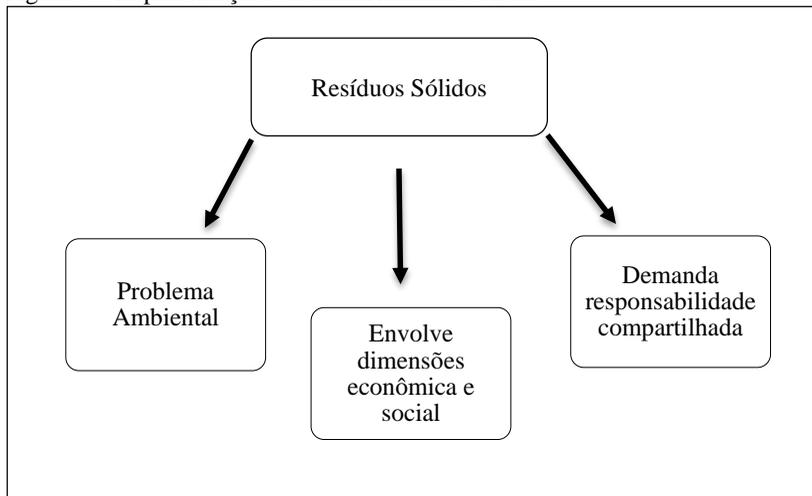
A questão do marketing verde nos faz lembrar, também, da discussão apresentada no capítulo 1 dessa pesquisa a respeito de como a temática ambiental tem sido abordada tanto na Administração quando no seu ensino.

No campo da Administração o meio ambiente é abordado pelas teorias dominantes como recurso disponível às organizações adquirindo, assim, uma dimensão mercadológica e de diferencial competitivo (EGRI; PINFIELD, 2007; HANNAN; FREEMAN, 2007). Já nas escolas de Administração o termo sustentabilidade é abordado, em sua maioria, como oportunidade de negócio (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011). Em outras palavras, a dimensão ecológica é considerada no campo da Administração, essencialmente, a partir de imperativos financeiros e de longevidade dos grupos empresariais e, assim, é minimizado o fato de

que vivemos em um planeta com recursos finitos e cada vez mais escassos (JUSTEN; MORETTO NETO, 2012).

Resumidamente, a figura 6 procura apresentar as representações sociais de conselheiros do COMDEMA/Florianópolis a respeito da temática dos resíduos sólidos.

Figura 6 – Representações Sociais: Resíduos Sólidos



Fonte: elaborado pela autor

As representações sociais apresentadas na figura 4 são as que foram consideradas compartilhadas e, como apresentando anteriormente, convergem, em sua essência, com o conceito de desenvolvimento sustentável trabalhado por Sachs (1993; 2002; 2004).

4.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO COMDEMA DE FLORIANÓPOLIS

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) foi criado em 1995 e reestruturado por meio da Lei nº 8130 de 11 de janeiro de 2010 e instalado em 09 de novembro de 2010. Hoje, o COMDEMA/Florianópolis é deliberativo e composto por 18 representantes que, por sua vez, formam um grupo paritário entre governo e sociedade civil. O conselho é presidido pelo titular da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU) (PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Em relação a sua composição, o COMDEMA é constituído por nove representantes do poder público e nove representantes da sociedade

civil. Os órgãos do poder público com representação no conselho são: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU), Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Fundação do Meio Ambiente (FATMA), Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP), Poder Legislativo Municipal e o Batalhão de Polícia Militar Ambiental.

Os representantes da sociedade civil são classificados em seis grupos:

- a) Representantes dos conselhos profissionais: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC);
- b) Representante da Comunidade Universitária de Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- c) Representantes do Segmento Empresarial e Industrial de Florianópolis: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e Câmara dos Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL);
- d) Representante de Associações de Profissionais Liberais de Santa Catarina: Associação Catarinense de Engenheiros Sanitaristas e Ambientais (ACESA)
- e) Representantes de Entidades Cíveis criadas com a finalidade de defesa do meio ambiente, com atuação no espaço territorial do município: Instituto Ambiente Sul (IAS) e Instituto Ambientes em Rede (IAR); e
- f) Representantes das Associações e Conselhos de Moradores de Florianópolis: União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO).

Para RSC 5, o “COMDEMA, antes de mais nada, é um órgão previsto pela legislação ambiental brasileira. Todo um município, para fazer o licenciamento ambiental, ele precisa ter um CONDEMA atuante. [...]”. Além disso, o entrevistado afirma que “Florianópolis começou tarde, teve altos e baixos, não tudo correu sempre às mil maravilhas, nós tivemos situações que, infelizmente ocorreram dentro do CONDEMA. O CONDEMA fechou”. Sobre essa situação, RSC 5 afirma que

o próprio Executivo não dava importância para o COMDEMA. Então, o COMDEMA, que é um conselho municipal de defesa do meio ambiente, que tem que ser deliberativo, não era deliberativo

na prática. Agora que está se mudando isso. Por quê? Quando o município tem interesse no licenciamento. Então, o COMDEMA, hoje, é a última instância de apelação dos processos que a FLORAM sabe que ela é chamada por denúncia, e tal, e ela vai lá e autua. Quer dizer, é um processo que acontece na esfera do município, e o cidadão que é autuado, então ele tem, no COMDEMA, a última esfera que ele pode recorrer.

Sobre a retomada das atividades do COMDEMA em 2013, RPP 2 aponta que

[...] quando a gente teve a vontade de montar um conselho que viesse a funcionar realmente, então isso demandou, no início, um trabalho bastante grande. A gente pediu uma estrutura, nós ganhamos. Montamos uma secretaria com funcionários, que eram 3 pessoas. Pedimos um espaço, nós ganhamos. E, aí, começamos a trabalhar no próprio funcionamento do conselho.

Ao longo das entrevistas fica claro que o COMDEMA começou a funcionar de fato, com regularidade tanto nas reuniões quanto na sua composição, a partir do ano de 2013 (início da gestão do prefeito César Souza Júnior).

Sobre o período que antecede 2013, RSC 5 menciona que em torno de 2008, quando então o Executivo municipal, o Dário Berger na época fechou o COMDEMA por uns 8, 10 meses. E, no retorno dele, então, o restante do pessoal, a condição legal mudou. Ou seja, hoje, desde 2008 que o presidente do COMDEMA é o secretário da SMDU, [...] Então, ele é, por destinação legal, agora, o único que pode ser presidente. Vice-presidente pode ser escolhido entre o restante dos membros.

Outro detalhe identificado foi em relação ao arquivo anterior ao ano de 2013, principalmente as atas de reuniões.

Quando a ata em papel, lá dentro da FLORAM, já sumiu. Lá, não se sabe mais onde está aquelas (sic) atas antigas, lá. Até fiquei de passar pro rapaz, o secretário executivo, as atas que eu tenho no meu computador. Que era gerada a ata meio digital, e tinha uma ata física. O digital, tu sabe, teve uma

época, tal, de moeda verde²³. Que os computador (sic) foram levados pela polícia, diz que nunca mais voltou. [...] e sumiu, ninguém sabe o HD, onde estavam as atas guardadas. Eu sei que sumiram. E o papel, trocavam de sede, dum lado pro outro, quando levavam alguma coisa, algumas caixas não iam junto. Então, se extraviam (RSC 5).

A dificuldade em se identificar o destino final de atas das gestões anteriores do COMDEMA seja, talvez, reflexo da instabilidade pela qual o conselho passou nesse período decorrida, por sua vez, pela falta de comprometimento por parte do poder executivo. No entanto, essa situação é preocupante. As atas são documentos públicos e devem estar acessíveis à população. Além disso, essa situação prejudica o resgate da memória do conselho.

Sobre essa nova tentativa de consolidação do COMDEMA, RSC 1 aponta que o mesmo está se fortalecendo devido à “vontade do município começar a licenciar as atividades no nível local”. RCS 3 corrobora ao afirmar que a ênfase maior ao conselho se deu porque eles “buscavam autorização pra licenciar”. O entrevistado ainda levanta a questão legal que envolve a criação do COMDEMA, “existe uma previsão legal [...] que para a entidade poder licenciar, ela tem obrigação de ter um conselho”.

RPP 2 destaca que muitos órgãos não davam

valor pro COMDEMA porque ele sempre ficou parado e sempre ficou uma coisa jogada. Nunca ninguém queria ser conselheiro [...]. Não existia uma estrutura proativa. Era uma coisa meio que um faz de conta. [...] agora é que o conselho começou a se impor dentro da estrutura. [...] estão acatando os enunciados do conselho, jurídicos do conselho. [...] Na verdade, esse foi o momento que eles deram uma ênfase.

²³ A operação moeda verde, deflagrada em maio de 2007, foi uma operação da Polícia Federal que tinha como alvo um esquema que facilitava a liberação de licenças ambientais para a construção de empreendimentos em Florianópolis/Santa Catarina. Na época, vereadores e secretários foram presos temporariamente. Ao decorrer das investigações, dois vereadores tiveram seus mandatos cassados. O inquérito foi concluído em outubro de 2007 e seguiu para o Ministério Público Federal (MPF). Em maio de 2015 a Justiça Federal de Santa Catarina aceitou denúncia do MPF com a citação de quarenta réus.

A respeito da perspectiva de iniciar o licenciamento ambiental por órgãos do município e o papel do COMDEMA nessa situação, RPP 2 afirma que o a importância do COMDEMA começou a crescer, já que em 2016, “com o licenciamento ambiental, então vai adquirir um papel meio que de destaque, eu acredito, pra essa questão de normatização de certas questões ligadas ao licenciamento [...]”.

Para RSC 3 a expectativa é que o COMDEMA se fortaleça ainda mais devido ao início do licenciamento ambiental pelo município ‘porque, primeiro, o órgão ambiental vai passar a auferir maior renda. O conselho precisa ter uma estrutura fortalecida para poder monitorar esse processo’.

Outro fator que tem dado destaque ao COMDEMA diz respeito ao julgamento de processos. O conselho tem, como uma de suas atribuições, a responsabilidade de decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente. Sendo, por sua vez, a última instância no nível municipal para tal. No entanto, ao longo dos anos, houve grande acúmulo de processos sem julgamento. A partir de 2013, observa-se que julgar os processos tem sido a principal atividade do COMDEMA. Esse assunto, por sua vez, será melhor detalhado na seção 4.3. Porém, no momento, seguem algumas falas que ilustram a situação.

Acumulou muito processo. A demora para abrir o conselho causou esse acúmulo de processos, porque estava chegando, não tinha gente para julgar, [...] (RSC 1).

A gente precisa parar de julgar o processo prescrito, precisa acabar com os prescritos, e julgar mesmo o processo os processos ativos, essa acho que continua sendo a prioridade. [...] Toda vez que a gente tem o monopólio dos processos, é aquela ansiedade, toda vez que a gente recebe o processo [...] a ansiedade dos conselheiros é não ter mais processos prescritos, então essa é mais assim, uma sensação que eu tenho do conselho (RSC 2).

O problema do julgamento é que eles têm um monte de processo já prescrito, a maior parte que é julgado já prescreveu, não adianta, é só para cumprir tabela, não é? Mas o que eles querem é colocar em dia para parar de ser, senão fica tudo na impunidade, não é? (RPP 1).

Eram em torno de 300 e poucos processos de autos de infração que estavam lá, jogados, [...] muitos com risco de serem prescritos (RPP 2).

[...] então tem muito processo parado. Então 2 anos pra cá, 3 anos é que começou a dar encaminhamento (RPP 3).

Destacamos aqui que, ao seu modo, é possível observar um maior fortalecimento do COMDEMA. No entanto, esse fortalecimento parece ter origem justamente de demandas oriundas do poder público em dois aspectos: licenciamento ambiental e julgamento de ações. A questão do julgamento de ações será melhor detalhada na seção 4.3.

Ao observarmos com mais detalhe a questão do licenciamento ambiental, os próprios conselheiros o percebem como uma oportunidade para fortalecimento do COMDEMA perante a estrutura do poder público, pois o mesmo precisará de normatizações e regulamentações deliberadas pelo conselho. Além disso, o conselho terá, também, o papel de fiscalizar os recursos auferidos e como eles estão sendo utilizados.

Até o momento, procuramos descrever o papel do COMDEMA e, para isso, utilizamos as opiniões dos próprios conselheiros. Os relatos nos levaram a perceber que os conselheiros percebem o COMDEMA como um órgão em processo de formação e que, no momento, parece ter uma maior relevância dentro do cenário municipal.

Agora, chega o momento de analisarmos como os conselheiros percebem a sua própria participação e a dos demais conselheiros no âmbito do COMDEMA/Florianópolis.

O surgimento dos conselhos é resultante do avanço democrático propiciado pela Constituição de 1988 no que se refere à chamada democracia participativa. Na prática, os conselhos gestores se fortalecem pela necessidade de maior inserção da população na gestão pública sendo, por sua vez, compreendidos como espaços para a intervenção social planejada.

A participação nesses espaços preconiza o exercício da cidadania via uma dimensão dialógica, ou seja, todas as demandas são legítimas e devem, por sua vez, serem discutidas em um ambiente fundado em valores éticos e coletivos.

Os valores coletivos estão relacionados com a entidade que cada um representa, mas também, em um sentido mais amplo, em colocar os interesses da coletividade acima dos interesses pessoais e é, justamente, nesse ponto em que a teoria aponta a tensão permanente que surge entre diferentes valores.

Para RSC 1 “eu estou representando (nome da entidade), mas não sei qual a posição (nome da entidade) sobre várias coisas, aí eu penso assim, será que eu tenho direito de eu dar a minha opinião aqui”. Além disso, aponta

[...] não recebi uma instrução nesse sentido. [...] Então eu conversei com eles e tudo, mas eu vi que não tem assim, a instituição em si não tem uma diretriz, é uma coisa meio assim, mandava alguém da área para falar o que a pessoa achava. Aí eu fico meio assim, sempre tento pensar nos interesses, por exemplo, é alguma discussão que eu sei que afeta (nome da entidade), eu tento pensar assim, o que é melhor para (nome da entidade), não é? Tento me posicionar dessa forma, mas não assim, pelo que eu vejo, a (nome da entidade) em si não tem uma diretriz para os seus representantes.

Para RPP 3 “a gente representa uma entidade, [...] a gente tá ajudando o próprio órgão [...]”. E ainda, “é uma realização também profissional. É uma realização pessoal também porque tu consegue contribuir na comunidade, na cidade [...] se torna macro”. Essa perspectiva mais global fica ainda mais clara quando menciona que “aquilo vai se tornando importante pro meio ambiente em si né, pro planeta, cada decisão que se toma né, cada parecer que se faz, tudo em [...] prol do meio ambiente”.

O aspecto da coletividade também é lembrado por RPP 2 “é claro que tem o interesse da instituição, mas como é um grupo que acaba discutindo, eu acho que vai na coletividade, na opinião da coletividade”.

O COMDEMA é visto, também, como um espaço de aprendizado como, por exemplo, para RSC 1

[...] eu escuto bastante, não é? Quando tenho alguma dúvida, e eu também tenho aprendido muito, muito do que eu tenho aprendido lá eu tenho aplicado aqui, não é? Então eu acho que assim, eu estou tirando mais do COMDEMA do que eu estou dando para ele, não é? Então o conhecimento que eu aprendo lá, que eu já tenho aplicado aqui, inclusive fiz bons contatos, quando tenho uma dúvida eu vou atrás deles, mas eu lá, olha, eu acho que eu mais escuto assim, não é? Tento às vezes, em algum momento dar aquele conflito, tento dar uma ajudada assim, às vezes, tipo esclarecer as ideias e tal, mas a minha participação é bem tímida, vamos ser honestos.

Para RSC 4 “a gente sempre conversa, se a gente tem alguma dúvida. Então, a gente tenta contribuir com o que a gente pode”.

RPP 1 aponta que é mais ouvinte, já que “a gente até participa, algumas coisas que a gente tem conhecimento, mas é um universo grande

que às vezes, a gente nem se arrisca a palpitar, porque não tem conhecimento de causa. Então a gente escuta e aprende muita coisa”.

RSC 2 destaca a questão de conselheiros mais experientes, [...].eu sou bem palpiteira [...] eu acredito que sou bem ativa dentro do Conselho, mas existem conselheiros com mais experiência [...] que conhecem melhor a máquina, conhecem melhor o município. Então, dentro do COMDEMA, a minha participação ela vai até onde a minha capacidade compreensão da situação vai, também, então tem questões que a gente deixa para quem está mais engajado.

Já na fala de RSC 3 podemos notar algo interessante a respeito do fato da atuação como conselheiro não ser remunerada, de forma direta, financeiramente: “eu levo a sério. Pra mim é um ofício, entendeu? Apesar de ser gratuito [...] Eu gosto de fazer aquilo. Então, eu tenho compromisso muito grande”.

Quando interpelado sobre a questão, RSC 3 diz acreditar que o fato de ser um trabalho voluntário “reduz a qualidade”. Para o mesmo, [...] poderia ser melhor aproveitado. Eu não tenho essa preocupação porque, hoje, graças a Deus, eu tenho um certo conforto, financeiramente. Mas, vamos supor, pô, o cara é um exímio biólogo, mas ele trabalha das 8 às 18. Se ele faltar ao emprego um determinado dia, ele vai ser prejudicado e pode ser demitido, você acha que ele vai correr esse risco de participar do conselho, que é gratuito? Que, apesar do benefício todo que ele possa entender que faz você acha que ele vai deixar de trabalhar pra ir no conselho?

Sobre essa situação, RSC 4 aponta com um aspecto de maior dificuldade para representantes da sociedade civil, em especial ONGs, do que para representantes do poder público ou de outros setores da sociedade civil:

a dificuldade é tu ter uma ONG, é tu ter uma sociedade civil organizada mesmo, estruturada, e porque é hora, é trabalho do trabalhador lá. Tem financeiro, tem o deslocamento. Então, é difícil. A gente sabe que é um trabalho voluntário. Eu estou aqui voluntariamente. Não, eu estou aqui porque a minha empresa paga meu salário, meus custos pra vir aqui. Então, a gente tem uma base maior. É mais fácil eu estar lá do que alguém numa ONG, que tem

apoio financeiro nenhum, e se deslocar, pegar o seu horário de trabalho e estar nisso.

A respeito da relação entre essa visão de trabalho voluntário e as atividades do COMDEMA, RPP 2 aponta que muitas vezes há uma urgência por parte de conselheiros em diminuir a fila dos processos a serem julgados. Para tal, sugerem que a câmara jurídica julgue uma quantidade maior de processos. No entanto, RPP 2 lembra que

a câmara de julgamento é uma câmara onde trabalham advogados voluntários. Então, o cara pega 4 processos e dá pro escritório dele, Ele tem os clientes dele. Nas horas que ele pode, ele julga aquilo lá. Ele faz a análise, na verdade, pra depois vir pro plenário. Então, a gente também tem que entender esse processo e tentar tirar o máximo possível. [...] mas tirar dum trabalho voluntário a maior produtividade possível, às vezes, não é muito fácil.

RSC 1 aponta que, apesar da indicação da entidade e da permissão de se ausentar do trabalho para participar das reuniões sem nenhuma penalidade, seria interessante que a própria entidade reconhecesse a importância dessa participação, já “que eu não recebo nenhum gratificação com isso”, mas “o que eu faço lá contribui para o meu lado pessoal e profissional e sabe, contribui pra (nome da instituição). Muito do que eu aprendo lá eu trago pro meu trabalho também”.

A respeito da variável tempo, foi questionado se tempo e frequência das reuniões são suficientes.

RPP 3 aponta que devido ao acúmulo de processos seriam necessárias mais reuniões “não tá sendo muito porque nós temos muito [...] julgamento dos processos, então tem muito processo parado, que alguns anos o conselho ficou parado. [...] então nesse sentido precisaria ter mais”.

Porém, tem surgido como alternativa de solução para o gargalo dos processos as reuniões extraordinárias.

RSC 5 aponta que entre uma reunião e outra há a possibilidade de reuniões extraordinárias. A respeito disso, RSC 4 menciona que “falta tempo para o julgamento de processos” e,

[...] então, a gente está fazendo as extraordinárias junto porque o pessoal do COMDEMA, os representantes, a gente tem uma certa agonia, assim, de fazer as coisas se resolverem. Que eu acho altamente positivo. A pessoa está bem

engajada, assim. Claro que a gente precisa do apoio da câmara técnica jurídica pra finalizar os processos também, os relatórios. Só que eu vejo que a gente está motivado a fazer reuniões extraordinárias pra conseguir vencer os processos, assim. Isso, do pessoal mesmo, eu não vejo problema.

O trecho abaixo apresenta o ponto de vista de RSC 3 sobre o assunto:

M1: Você acha que o tempo de reunião é suficiente? São 3 horas, agora.

RSC 3: É pouco. Mas ninguém aguenta ficar numa sala.

M1: E a frequência, 1 vez por mês, você acha que é suficiente?

RSC 3: É pouca. É pouca.

M1: Você acha que fosse mais de 1 vez?

RSC 3: É eu acho que ia ser melhor

M1: Você acha que dificultaria a participação das pessoas?

RSC 3: Dificulta. Mas a gente tem quórum. Tem que trabalhar com quórum.

RSC 2 corrobora o que foi exposto anteriormente ao afirmar que “poderíamos ter mais tempo”. Porém, ressalta que “não é fácil você juntar um grupo de pessoas voluntariamente para se reunir no dia de semana, horário de trabalho, para debater”. E ainda, “acho que se a gente aumentar mais o tempo, ou mais dias, a gente pode ter menos representatividade”.

A respeito de propostas para aumentar o tempo de reunião, RPP 2 menciona que “a gente já discutiu isso, pra tentar aumentar um pouco mais, mas houve um pouco de resistência [...], mas se precisa, a gente aumenta. Inclusive, o regimento interno fala disso”. A respeito do regimento, RPP 2 esclarece que o procedimento diz respeito ao transcorrer da reunião. O pleno do COMDEMA é questionado a respeito da possibilidade de “prolongar o tempo da reunião do dia e a mesa acata a sua decisão”.

Outro aspecto mencionado nas entrevistas foi a dimensão técnica. Todos os conselheiros possuem formação superior e, a maioria, em direito ou engenharia sanitária. Assim, ao longo das falas observa-se, por parte dos entrevistados, a reivindicação de valores relacionados a aspectos técnicos e jurídicos.

RSC 1, quando questionado sobre como procurar compreender/enquadrar os casos que são apresentados ao pleno do

congresso, diz que tenta “colocar em mais ou menos uma ordem”, na qual, “o que eu sei, que vem muito da minha profissão, o lado técnico. Depois tenho que ver se lei diz alguma coisa. [...] e se os dois falham aí é que eu começo a entrar em coisas mais subjetivas”. No entanto, afirma, também, que eu pondero, quando a questão é subjetiva [...], eu tenho minhas opiniões, mas eu não me posiciono, porque eu entendo que é subjetiva. É uma coisa que eu levo para a vida. Para ter um critério. Acho que isso é da engenharia [...] tem os critérios. Indiscutível, pronto, parei ali, mas se começa a ficar subjetivo, [...] eu deixo o público decidir, o pleno.

A princípio, nos parece que a lógica instrumental influencia a forma como o conselheiro se vê na sua atividade. Se trabalho, tenho que receber algo em troca. Aqui, fica clara a influência de valores advindos do mercado em um espaço que, teoricamente, pressupõe outros valores. Valores esses, por sua vez, convergentes com lógicas substantivas.

Quando o conselheiro se vê como indivíduo, quando analisamos as representações sociais a respeito dos resíduos sólidos, observamos uma percepção por parte dos mesmos a respeito da necessidade de contribuirmos para uma gestão eficiente dos resíduos sólidos (responsabilidade compartilhada) e, assim, contribuirmos na redução do impacto das atividades humanas na natureza. Porém, quando os mesmos se veem em um contexto em que precisam tomar decisões que podem impactar no coletivo e, no qual, exercem uma função que exige administrar tempo do seu dia que poderia estar sendo utilizado de outra forma, a lógica instrumentalista emerge.

Os conselhos gestores são espaços que ganham uma legitimidade, inicialmente, legal, pois estão previstos na CF 88. Esses espaços, por sua vez, são alternativas para que a interação entre poder público e sociedade civil ocorra de forma organizada e planejada ganhado, assim, uma dimensão institucional.

O peso institucional, muitas vezes limita a participação social e, Lüchmann (2002; 2009) menciona que, em diversos casos, a participação social têm sido absorvida por lógicas políticas e burocráticas que descaracterizam as experiências conselhistas ao transformarem os conselhos em braços do Estado.

Para Gohn (2001) e Tatagiba (2002) isso se dá, muitas vezes, pelo peso do poder estatal nesses conselhos e pelas dificuldades que a sociedade civil organizada enfrenta no contexto brasileiro.

A respeito da participação do poder público no COMDEMA/Florianópolis, observa-se que o mesmo é visto com o setor mais atuante e com maior experiência.

RSC 1 aponta que “a parte do serviço público, que eu vejo assim que eles tentam realmente discutir, tentam pensar o que a gente pode fazer, não é? Então eu acho que são bem atuantes, os que estão lá”.

Segundo RSC 4

[...] a sociedade civil, às vezes, é um pouco menos organizada. [...] muitos questionamentos que a gente tem, na área ambiental, a gente precisa do retorno do setor público porque a cobrança, às vezes, vem da sociedade civil.

Para RPP 1 os representantes de poder público têm mais experiência e isso dá “poder de discussão pelo poder público”.

RSC 2 levanta a questão de que o poder público parece ter um papel mais ativo devido ao fato de “ter mais informação [...] e talvez o poder de resolver [...] mas eu acho que é mais a questão da informação [...], eles sabem quais são os problemas”.

Sobre a questão de experiência dos representantes do poder público, RSC 1 menciona que “tem gente ali do poder público muito experiente” e “eu aprendo muito com eles, eles contribuem muito com o COMDEMA”.

Porém, RPP 2 aponta alguns problemas referentes a representação do poder público

[...] eu acho que tem algumas áreas do poder público que são pouco interessadas no conselho. Então, no começo, a gente incentivou bastante, buscou trazê-los para as reuniões, mas eu me surpreendi, porque aqueles que, realmente, começaram a vir são participativos. Meus colegas de muitos anos que estão ali, eles perguntam, eles contestam, eles pedem explicações.

RSC 2 e RSC 5 destacam que essa falta de interesse por alguns órgãos públicos não enfraquece o COMDEMA, pois os conselheiros que são assíduos se mostram realmente interessados no bom funcionamento do conselho.

Para RPP 2, a baixa participação de alguns órgãos públicos se dá ou pelo fato de que “a própria instituição não motiva ou o próprio conselheiro também”. Além disso, “às vezes a escolha do conselheiro também não seja muito adequada”, o seja, é uma escolha para cumprir uma obrigação. E por fim, o mesmo aponta, também, como um dos possíveis motivos, problemas da própria instituição e aponta, como

exemplo, o fato da polícia ambiental estar “passando por uma fase de escala, uma fase mais difícil” e, muitas vezes, o representante “precisa estar na rua ou está em seu dia folga”.

A respeito da representação de entidades da sociedade civil, observamos que a maior dificuldade está na participação de ONGs.

O conselho está passando por uma fase de transição na gestão, devido ao encerramento do mandato da atual. Ao longo das entrevistas, foram mencionadas dificuldades em encontrar ONGs que aceitem participar do conselho.

“Eu acho, vou ter dizer, é o julgamento. Isso pode desanimar”, menciona RSC 1. A questão da prioridade nos julgamentos também foram apontadas por outros entrevistados como um possível motivo para a falta de interesse das ONGs. RPP 3 aponta que talvez isso “não se alinhe muito com o que elas (as ONGs) querem fazer”. RSC 5 diz que “é difícil ficar só julgando, a gente quer propor outras coisas para melhorar, a gente tá preocupado com área de conservação, com o aterro sanitário e outras coisas”, mas “vejo que temos que participar, não desistir. Parece que o COMDEMA vai superar isso e talvez as ONGs se interessem mais”.

RPP 1 aponta que muitas ONGs veem no COMDEMA uma extensão de algum órgão público e, também, tem uma certa desconfiança dos interesses do poder público na sua participação. A respeito da resistência por parte de algumas ONGs aceitarem o convite, RPP 1 ainda menciona que não sabe se isso se dá pelo fato de ser um trabalho voluntário ou pela desmotivação, mas ressalta que

[..] os processos precisam ser participativos, até pela questão da democracia, mas a gente sabe que na prática nada é democrático, na gestão de todas as esferas, na Municipal, na Estadual, na Federal, que o povo perde seu tempo, as (ONGs) perdem seu tempo participando, é como foi o Plano Diretor, quantas reuniões tiveram de Plano Diretor, até 10 horas da noite, a pessoa ia para lá, chegava em casa meia noite, depois foi para a Câmara, um processo que ninguém participou, que foi feito a quatro paredes, não é? Eu acho que isso causa uma desmotivação, eu acho que talvez essas ONGs não quiseram participar que elas estão cansadas já de ser feitas de bobo assim, de perder o tempo delas para nada, eu acho que elas passam a desacreditar na gestão.

Sobre o plano diretor, a situação também foi mencionada por RSC 1, “sabe, teve tudo aquilo com o plano diretor, sabe. A gente discutiu

nos bairros e depois virou outra coisa bem diferente do que tinha sido discutido. Isso deixou muita gente desconfiada”.

RPP 1 contribui, ainda, ao reforçar que “tem o histórico da cidade, o modelo de gestão da cidade. As pessoas são ouvidas, mas o que elas falam, na prática não é absorvido, e aí elas se desmotivam [...]”. Então, muitas entidades preferem “fazer trabalhos fora a parte, sem a Prefeitura para ter resultado, porque no final com a Prefeitura é que lança, como usados para cumprir uma tabela, uma formalidade”.

RPP 2 afirma já ter ouvido que as ONGs não se interessam “porque o conselho é manipulado”, mas ressalta que

O conselho é paritário. Então, a impressão que dá é que o governo é um bandido e que nós estamos lá para manipular resultados, ou manipular o funcionamento. Ou que nós não estamos lá com o objetivo da proteção do meio ambiente. Então, são falas assim que, pela carreira que a gente tem da área pública, eu fico triste de ouvir às vezes, e já ouvi esse tipo de comentário, “Não participo. A nossa instituição não vai participar porque o conselho, ele não é democrático”, eu digo, “Mas as instituições estão lá, ele é paritário. Foi bem dividido”. Agora, claro, no primeiro momento, foram escolhidos representantes da sociedade civil, dos segmentos empresariais. Então, foram escolhidos pela própria estrutura que existia. Agora, nós estamos pedindo, já, que os próprios conselheiros indiquem uma outra instituição se alguém desiste. Mas é uma fase. Agora está se tornando cada vez mais eficiente o processo. Mais aberto.

RPP 3 lembra que muitas vezes as ONGs já têm muitas funções e poucas pessoas para cumpri-las o que as leva a evitar novas responsabilidades, ou seja, “muitas vezes não tem representante que tenha disponibilidade para ir nas reuniões” e, detalha, ao afirmar que

[...] ou não querem ter a responsabilidade, que eles querem ter a responsabilidade individual. O que eu vejo nas ONGs é isso, elas tem muita responsabilidade individual, então tenho a minha responsabilidade dentro da minha ONG, quando para pra um conselho desse, aí eu já não quero emitir a minha opinião né, não quero me meter.

RSC 3 lembra também que o COMDEMA de Florianópolis é pouco conhecido e isso, por sua vez, pode prejudicar o interesse de

instituições em fazer parte do mesmo, ou seja, “falta de publicidade [...]”. A questão é que se você pegar e anunciar [...], vai aparecer, tem várias entidades.”

RPP 3 enfatiza, também, a questão da publicidade ao afirmar que “talvez eles não tem o entendimento de pra que serve o conselho”.

Para RSC 2 as ONGs precisariam ter mais espaço de representatividade dentro do conselho, mas isso não significa que o poder público deveria ter sua representatividade reduzida, “deve continuar meio a meio, mas com mais representantes de ONGS [...] tem muita área que não tem representatividade no conselho”.

No contexto do COMDEMA, os dados coletados nos levam a acreditar que exista, de fato, um espaço onde o respeito mútuo é um valor de destaque.

RSC 1 aponta que “há espaço suficiente para que as suas opiniões sejam observadas, sejam discutidas, [...] a pessoa se sente livre para participar, [...] ela é ouvida e a ideia é debatida”. E ainda, complementa, ao afirmar que “[...] eu nunca senti nada, nenhum desrespeito, [...] ou então alguém sendo ridicularizado pelo que falou, eu acho que é um ambiente de bastante respeito, mas também bem focado”.

RPP 3 menciona “eu nunca vi ninguém se sentir ofendido” e “acho que todo mundo se sente à vontade para falar”. A mesma impressão é reforçada por RSC 5 “acho o ambiente muito agradável, todos se respeitam e todos falam quando sentem vontade”.

RPP 1 diz que “o debate é cordial, todo mundo se respeita [...] eu acho isso muito importante, a gente consegue falar sem medo e sabe que está sendo ouvida”.

Leff (2001; 2009) aponta que a racionalidade ambiental é resultado da construção e articulação de quatro níveis de racionalidade: substantiva, teórica, instrumental e cultural e, isso, por sua vez, transcende o confronto entre as lógicas econômica e ambiental.

Leff (2009) argumenta que é a busca por soluções para o conflito entre mercado e meio ambiente o que orienta a construção de uma nova racionalidade na qual o meio ambiente torna-se protagonista nas formas nas relações sociais. Assim, o esforço que os conselheiros empreendem para participar das reuniões e poder fazer o máximo possível apesar das adversidades deve, antes de mais nada, ser visto como um fator que legitima práticas convergentes com a racionalidade ambiental. A dimensão substantiva pode ser vista quando evocam a dimensão coletiva, a dimensão teórica é observada quando a percepção dos conselheiros a respeito dos resíduos sólidos converge, em parte, com o conceito de desenvolvimento sustentável. Já a dimensão instrumentalista aparece,

principalmente, quando evocam aspectos econômicos. Por fim, propomos que a dimensão cultural manifesta-se no fato de que os entrevistados afirmam que é preciso repensar os padrões de consumo, ou seja, as pessoas precisam rever seus hábitos e a forma como se relacionam com o meio ambiente.

Assim, não podemos afirmar que essa percepção prejudique a sua atividade como conselheiro, pois observamos que os mesmos encontram-se engajados na temática ambiental.

4.3 O COMDEMA/FLORIANÓPOLIS COMO ESFERA PÚBLICA

Os conselheiros gestores são compreendidos, na presente dissertação, como uma nova alternativa de participação social. No entanto, conforme apontado por autores como Gohn (2001; 2004), Luchmann (2002; 2009) e Tótor e Chaia (2004), os conselhos, em muitos casos, tendem a reproduzir lógicas do poder público e, por sua vez, essa situação prejudica o seu funcionamento efetivo, ou seja, a existência de um espaço verdadeiramente democrático no qual as particularidades dos sujeitos são universalizadas e o controle social sobre o Estado seja facilitado.

Conforme artigo 3º da Lei nº 8130/2010, são atribuições do COMDEMA/Florianópolis:

- I - estudar e propor direcionamentos para a política municipal do meio ambiente, colaborando nos programas intersetoriais de proteção e recuperação do meio ambiente e do patrimônio ambiental natural, étnico e cultural;
- II - propor atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;
- III - avaliar, definir, propor normas (técnicas e legais), critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- V - atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental, promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do município;
- VI - propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de

pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

VII - propor medidas que visem a integração com a região metropolitana, com vistas à solução integrada para problemas ambientais comuns;

VIII - incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados para gerar eficácia no cumprimento da legislação ambiental;

IX - opinar, quando solicitado, sobre estudos técnicos e sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, tendo em vista o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

X - opinar, quando solicitado, nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano do município, visando a proteção do meio ambiente;

XI - responder a consultas sobre matéria de sua competência;

XII - decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XIII - decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente; e

IV - propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes; e

XIV - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

O COMDEMA/Florianópolis possui 14 atribuições e, quando visto do ponto de vista legal, nos parece ser de fato uma estrutura que visa fomentar o debate democrático a respeito de questões ambientais que surgem no município de Florianópolis.

No entanto, quando olhamos para os dados coletados, observamos que uma dessas funções têm demandado maior tempo dos conselheiros: analisar os recursos sobre penalidades impostas pelos órgãos públicos competentes. Na linguagem dos conselheiros, julgamento de processos.

“A gente tem julgado muito recurso. Por exemplo, cidadão recebeu uma multa, a pessoa recorre, daí a FLORAM julga, e depois vai a pessoa e recorre de novo e vai para o COMDEMA”, explica RSC 1.

RPP 2 aponta que há uma grande demanda da FLORAM devido ao fato de que as pessoas entram com recurso e a FLORAM só julga o

recurso, sendo o COMDEMA a próxima instância e isso, por sua vez, é um gargalo grande, forte e sério. Os processos podem prescrever”.

Devido a estrutura limitada, o COMDEMA optou por ter uma câmara jurídica, “que é o modelo do Conselho Estadual do Meio Ambiente” (CONSEMA), mas o próprio CONSEMA “está mudando esse modelo porque lá também se mostrou que não é tão eficiente quanto se esperava” (RPP 2).

RPP 2 ainda reforça que

[...] estamos num caminho. Então, nós recebemos uma demanda reprimida de 300 - 400 processos arquivados. Se nós não tivéssemos essa demanda reprimida, hoje nós estaríamos bem. Mas como superar essa demanda quando entra nos processos que vêm da FLORAM, que a gente tem capacidade pra julgar, é uma avaliação que a gente vai ter que fazer agora, no final do ano. [...] isso é uma coisa que a gente tem que avaliar. A eficiência da câmara.

Sobre a dinâmica do julgamento, RSC 2 esclarece que

A Câmara Jurídica faz a primeira avaliação, porque dentro do grupo de Conselheiros, alguns só são advogados, e os processos vem com a linguagem que não é a linguagem que todos os Conselheiros estão acostumados, então a gente recebe o parecer jurídico, mas mesmo assim o processo é lido, praticamente na íntegra, todos os quadros que interessam, e a gente tem condições de avaliar, e acontece de discordar da Câmara Jurídica, e o resultado final da maioria dos Conselheiros é o que vale, então a Câmara Jurídica não é o que vai decidir, mas ela facilita a nossa vida, a gente até discutiu isso na última reunião, sobre os Conselheiros pegarem processos também para julgar, para trazer para a votação, eu por exemplo, não me sentiria preparada para avaliar um processo, é a vida de alguém, não é? É complexo. Então, tendo o respaldo da Câmara Jurídica com toda a legislação, com o conhecimento da legislação é mais fácil.

RSC 3 complementa ao afirmar que após o COMDEMA, ainda pode ser “proposta uma ação civil pública”, pois o dano ambiental é imprescritível, “mas o processo já vai sair da esfera administrativa, nossa, do primeiro grau e o segundo grau, pelo COMDEMA”.

RPP 1 coloca que “o que acontece é que às vezes, eles mandam recuperar o dano, porque apesar de prescrever, o que não vai pagar é a multa, mas o dano ele é obrigado a recuperar, mesmo prescrito”.

RSC 5 lembra que após o processo ser relatado e julgado “ou é encaminhado para a FLORAM pra mandar pra Ministério Público, pra demolir ou são multas que são processos que, pela morosidade de ter ficado mais de 3 anos, o processo caducou”.

A câmara jurídica é formada por oito advogados, que na sua maioria, são indicações da OAB, lembra RPP 2. No entanto, ainda afirma que “nós precisamos que as entidades indiquem advogados pra reforçar a câmara jurídica [...] a gente está pedindo que as entidades, mas muitas não têm advogado ligado à área ambiente [...]”

“O julgamento [...] também é uma necessidade para o município, precisa colocar em dia”, destaca RPP 1. E ainda, para RSC 2, “[...] o cidadão comete um crime ambiental, e se demoram 10, 12 anos para se julgar, e para dar uma definição administrativa, então a gente tem que se empenhar no momento”.

RSC 3 lembra que o gargalo de processos é, também, renda que não é auferida, pois “a gente está tentando julgar os processos, está dando uma importância relevante pro processo, primeiro, porque existe renda, [...] uma receita que está acumulada ali” e, ainda, “deixar isso prescrever e deixar de arrecadar dinheiro das multas”.

Para RSC 1 “temos que ver que é dinheiro não recolhido, receita, né?, para o município [...] então não pode deixar prescrever porque daí a multa também prescreve”.

Além de receita que não é arrecadada, RSC 4 vê o acúmulo de processos como desperdício de recursos públicos, pois “a gente começou a perceber [...] o esforço jogado fora. Porque é trabalho dos fiscais [...] daí a gente vê dinheiro público investido, mas não tem resultado”. E complementa ao dizer que “fica tudo parado porque não consegue julgar. [...] o que a gente julga é tudo prescrito. Isso dá uma dó, porque, daí, tu vai ter que ir lá de novo, [...] tu vai ter que multar. É esforço à toa”.

Salienta-se, ainda, que, em reunião do COMDEMA realizada em nove de setembro de 2013, o próprio prefeito de Florianópolis estava presente e enfatizou a importância de julgar a enorme gama de processos parados nesta instância, pois isto macula a imagem do serviço público que aflora com isto um viés de impunidade e o poder público deixa de receber ativos com contrapartidas e compensações ambientais inerentes destes processos. Além disso, o prefeito levantou a possibilidade de cooperação da OAB/SC para prover auxílio técnico na análise dos processos.

Ainda na mesma reunião, o representante da FLORAM salientou o papel de julgamento em primeira instância por parte do órgão e que o andamento dos julgamentos por esse depende, por sua vez, da agilidade do COMDEMA em julgá-los.

No entanto, os próprios conselheiros reconhecem a necessidade de trabalhar outros aspectos inerentes ao COMDEMA/Florianópolis.

Para RPP 3 “isso é uma perda grande, o conselho poderia estar tralhando com outras coisas mais preventivas [...] então o conselho tá, pra mim, tá perdendo, tá falhando ainda, só fazendo julgamento”. E, ainda, argumenta por uma visão mais ampla ao mencionar que “todos os órgãos dependem um do outro, é um conjunto, a gente tinha que tá trabalhando em conjunto [...] uma coisa mais ampla”.

“Olha, vou te falar uma coisa, eu acho que é um sonho do pessoal. Fazer outras coisas, mas também tem os processos e isso atrapalha [...] o conselho está sempre se penalizando por causa disso”, afirma RSC 1.

RSC 5 menciona que “o conselho está funcionando”, mas que “gostaria que o COMDEMA tivesse mais tempo para discutir política ambiental” e, ainda, “a reunião está prioritariamente voltada para análise de processos. Isso pode ser legal pro Executivo, mas para quem está lá dentro [...] fica um pouco a desejar”.

RPP 1 afirma que há de fato outras demandas e que o COMDEMA poderia estar prestando mais atenção como, por exemplo,

o fundo municipal do meio ambiente [...] está confuso porque ele nunca foi regulamentado e quem deveria regulamentar isso é o COMDEMA, ele quem devia estar vendo onde vai ser investido esse dinheiro, [...] é uma decisão do conselho. Então teria que ter um conselho gestor do fundo, o conselho devia estar envolvido nisso [...]

RSC 1 aponta que os conselheiros que estão há mais tempo já compreendem a importância de colocar em dia a fila dos processos, mas “os novos que estão começando agora, eu sinto que eles querem fazer mais coisas do que só julgar”, então, “estamos tentando mostrar a importância disso para eles”. E, ainda, afirma que é “uma mal necessário”, mas que já indicações de que o conselho irá iniciar outras atividades e, na verdade,

já queriam ter começado. Então, eu acho que a maioria das pessoas chegam lá querendo fazer muita coisa, mas depois eles vão entendendo que é importante para o município que seja feito, pelo menos, a questão dos processos. [...] mas assim, eu

acharia melhor se eles atuassem mais em questão de política e tudo, mas eu também entendo que se eles não colocarem a casa em ordem vai ficar difícil.

RSC 3 vê a prioridade nos julgamentos como uma oportunidade de amadurecimento e aprendizado para o conselho, pois “se tu olhar, é muita coisa diferente que está sendo discutida. É multidisciplinar. Tem gente de tudo que é área” e “com isso as pessoas aprendem e amadurecem. Quanto mais o conselho conhecer as coisas técnicas e da lei, mais forte ele vai ficando”. No entanto, “claro que a gente precisa fazer mais coisa, pô, só julgar não dá, mas eu vejo isso como uma fase que logo vai passar, mas isso é muito importante pra gente”.

RPP 3 lembra a função educativa do conselho ao mencionar que ele poderia “dá informações pra comunidade, fazer algum trabalho educativo ou propor coisas desse tipo pra prefeitura, mas que tenha alguma ligação com os problemas que aparecem aqui no conselho”.

Para RSC 5 “não podemos ficar só julgando [...] isso tem sido muito valorizado lá dentro [...] não podemos dar um peso maior para isso porque desequilibra o COMDEMA. [...] ele não existe só pra isso”.

RSC 5 relembra, ainda, o impacto disso nos novos conselheiros e ONGs:

[...] tem muitas entidades que são chamadas pra vir compor o CONDEMA, principalmente os novatos, chegam lá, tomam um susto, “Eu não sabia que vinha aqui pra analisar processo. Eu achei que, pô, aqui era um ambiente pra gente vir, discutir propostas de meio ambiente pra cidade”.

A prioridade no julgamento de processos está, de fato, prejudicando o desenvolvimento de outras frentes no COMDEMA. Os próprios conselheiros reconhecem isso, mas, ao mesmo tempo, alegam ser uma atividade essencial para o momento pelo qual o COMDEMA está passando, pois é urgente colocar em dia ao acúmulo de processos herdados pelas gestões anteriores à atual.

No entanto, podemos observar ênfase, nessa questão, por parte do Executivo e, em especial, na figura do prefeito e da própria FLORAM. A FLORAM, em especial, necessita dessa regularidade para que o próprio órgão dê resposta à sociedade, pois tem, também, a responsabilidade de fiscalizar, no nível municipal, a relação munícipe e meio ambiente.

Além dos julgamentos, outras dificuldades internas são apontadas.

A questão do espaço físico foi lembrada pela maioria dos entrevistados, sendo que alguns apontam a necessidade de uma sede para

o COMDEMA. RPP 3 aponta “que não precisa ser um prédio, mas uma sala específica né? [...] hoje a reunião é na CDL.” Para RSC 2 “seria muito melhor se a gente tiver um local próprio, com identidade própria, as pessoas, se precisar, saberiam onde ir [...]. Segundo RSC 2 “não vejo problema de ser na CDL, o pessoal recebe bem, é no centro da cidade, mas acho que um lugar só do COMDEMA seria interessante”. RPP 1 finaliza ao mencionar que “o local foi cedido porque hoje o CDL participa do COMDEMA [...] e se o CDL vier a não querer participar, a gente perderia o local de reunião, teria que tem um outro local”.

RSC 1 ressalta que

tem a questão da secretária, querendo ou não tem muito trabalho, assim, burocrático, muito grande [...] daí o ele (o secretário) acaba se prendendo nessa burocracia e, talvez, ele não tenha muita chance de planejar outra coisa.

RSC 2 levanta, também, a questão de recursos humanos ao afirmar que “é muito trabalho só para uma pessoa organizar tudo, não dá conta, mas agora contrataram uma estagiária para ajudar o Jonas²⁴ e vejo que está indo um pouco mais rápido”. RSC 5 lembra que o poder Executivo “tem que fornecer um empregado para o COMDEMA, um cara que cuida das atas, que recepciona os ofícios, que distribui os convites, que organiza as coisas”.

Segundo RSC 1 tem “também a dificuldade do trabalho dos advogados, é voluntário [...]”. E ainda, “é uma limitação, ocorre demais, [...] é a própria característica do conselho, ser voluntário”, mas, “acho que pelo menos para diminuir os processos a gente, talvez, contratar advogados por um tempo” e, talvez, a “gente conseguisse ir mais rápido ir mais rápido nessa questão dos processos”.

Para RPP 2

acho que a secretaria tem que melhorar. Acho que os presidentes dos conselhos têm que participar mais. Acho que isso é uma limitação que a gente tem que resolver. Então, acho que isso é uma limitação. Acho que uma das limitações é o julgamento dos processos. É uma coisa séria. Estamos tentando melhorar a agilidade dos julgamentos.

²⁴ Jonas é a pessoa responsável pela secretaria do COMDEMA/Florianópolis. Ele é o servidor público municipal que foi alocado para essa função.

Sobre o fato mencionado a respeito da presença do presidente do Conselho, o que ocorre é que o mesmo não se faz presente na maior parte das reuniões.

Para RSC 5 isso é um problema grave e que precisa ser resolvido, já que o presidente

Não vai à reunião [...]. E isso eu, particularmente, acho que isso é o fim da picada. Presidente que não preside? E eu acho que isso é fruto de o próprio município deveria cobrar do seu representante lá, que, no caso, seria o (Marcelo), que ele não pode ter outra coisa. A não ser, dizem, até a justificativa de algumas vezes, quando o presidente do (CONDEMA) é chamado pelo próprio prefeito. Quando, afinal de contas, ele é também secretário. Mas, fora isso, pô, todos os outros compromissos têm que ficar em segundo plano. Ou muda a lei de novo. Vamos, quem sabe, botar o presidente da (FLORAM) como presidente do (CONDEMA).

A respeito do representante da FLORAM, foi observado que os demais conselheiros o veem como parte essencial do Conselho.

Para RSC 5 “eu avalio é que, hoje, nós temos outro presidente que, no caso, é” o representante da FLORAM.

RSC 3 destaca que hoje o COMDEMA “está funcionando, pô, porque tem o cara da FLORAM [...] ele põe a mão na massa e faz acontecer”. E ainda,

[...] ele deve ter 30 anos de FLORAM, muito experiente. Então, ele sabe cada detalhe. Se você, às vezes, perguntar o nome de um processo, ele sabe. Porque ele participa de todos os procedimentos. E no COMDEMA [...] ele é afinco (sic). Ele está sempre conversando comigo, ele me cobra. E ele tem o meu feedback, a gente conversa bastante.

RSC 1 destaca que “a FLORAM é bem comprometida, mas tem que ver que ela tem interesse direto no produto do COMDEMA, não é? [...] ela precisa dos processos julgados e de regulamentar o licenciamento ambiental”. RPP 1 corrobora ao afirmar que os “órgãos públicos têm um interesse maior no que está sendo feito ali [...] ele depende do que é feito ali para dar prosseguimento a muita coisa”.

Outra limitação apontada por alguns conselheiros diz respeito à necessidade de maior divulgação de ações do COMDEMA/Florianópolis.

Para RPP 2 “temos que divulgar mais nosso trabalho. O CONDEMA tem que divulgar mais o que ele faz. Ser mais eficiente nisso”.

“Tem tudo divulgado na internet, atas, julgamentos, mas, sabe, as pessoas não conhecem, não procuram. Então, temos, pô, que divulgar mais. É importante que a população conheça o COMDEMA”, destaca RSC 3.

RPP 1 acredita que dar maior visibilidade às atividades do COMDEMA é importante, ainda mais porque o meio ambiente não “tem só a ver com o COMDEMA, e sim com esses processos de discussão coletiva, de toda a gestão”. No entanto, as pessoas têm resistência, “ela custam a confiar em estruturas do governo”.

Os conselheiros apontam, também, uma certa dificuldade de visualizar o real empenho do executivo (na pessoa do prefeito de Florianópolis) em relação às recomendações feitas pelo conselho.

RSC 5 aponta que “as cartas de recomendação e os pareceres técnicos são instrumentos que passaram a ser usados com mais frequência, mas muitas vezes a gente não tem resposta” e, ainda, “já aconteceu da carta ser encaminhada para o próprio conselheiro que sugeriu”.

Segundo RPP 2

a gente sabe que o prefeito pergunta, mas o prefeito pergunta por quê? Porque disseram para ele que tem tantos milhões de reais nas multas que o CONDEMA julga. Tem dinheiro. Só que assim, muitas estão prescritas, mas só agora eles estão descobrindo isso. Antes, não sabiam. Não gera renda. Viram aquele monte de arquivo lá parado, isso aí deu um monte de processo. Então, eu acho que o interesse maior é dos órgãos diretamente ligados ao processo: A FLORAM. A COMCAP, a Secretaria de Habitação, a Secretaria de Urbanismo, enfim.

Para RSC 5 “o importante é que o Executivo, realmente, dê acolhida a essas deliberações do COMDEMA e faça a coisa andar. Isso é o que a gente espera, [...] mas não consigo ver isso acontecendo”. Por sua vez, RSC 2 ressalta que “as demandas do COMDEMA, que a gente encaminha, deveriam ser avaliadas com mais cuidado pelo Prefeito”.

RSC 3 vê o comprometimento do poder Executivo apenas se considerarmos “que o COMDEMA tá acontecendo, não tem nada freando ele, ninguém. E tem uma estrutura concedida, funcionário regular, gente para cuidar disso”.

O prefeito “tem compromisso, pelo menos verbalmente [...] o COMDEMA está funcionando agora”. E ainda, “em outras gestões, as coisas não iam pra frente [...] acho que atual gestão quer se mostrar eficiente [...] até porque ele quer se reeleger” (RSC 5).

O fato de não obter respostas do Executivo, segundo RPP 1, acaba desmotivando quem participa”, já que

a gente faz proposições, no final a gente está discutindo e fica perdendo tempo. A gente não quer que seja uma resposta de ofício, a gente quer que realmente tenha, quando a gente pede, fala que a fundação do meio ambiente, sei lá, o setor de fiscalização tem que se estruturar, a gente não quer uma resposta dizendo, ok, eu entendi, a gente quer de fato que se estruture, não é?

Para RSC 5 a dificuldade de respostas práticas é “uma questão política, da má política”.

RSC 1 lembra que “a primeira reunião que eu participei foi no gabinete do Prefeito, sabe, ele me deu base, parece que esse Prefeito ele é bem voltado assim para essa questão de meio ambiente”, mas pondera que a dificuldade não está no conselho em si, pois

[...] o pessoal comenta, sabe, que o conselho não consegue fazer seu papel de promover políticas públicas do próprio meio ambiente porque depois o Executivo não apoia [...] e, assim, isso desmotiva, [...] Então, acho [...] que isso prejudica a atuação do conselho, essa falta de prioridade pra outras coisas que a gente gostaria de fazer.

Por outro lado, segundo RPP 1, “se você olhar, não vejo nada tentando influenciar nossas decisões ali dentro, dos julgamentos”. RSC 3 ressalta que “nunca vi, pelo menos nunca aconteceu comigo, nada dessas coisas de alguém tentar influenciar o pleno, pelo menos não fiquei sabendo.”

“Eu acho que nós temos tentativas de influências políticas, principalmente dos vereadores, mas tem sido poucas”, aponta RPP 2. Porém, o mesmo ressalta que

nós temos contornado muito bem. Algumas vezes, eles pedem, através do secretário, processo A ou B. E quando eles percebem que o conselho é um conselho, que não é uma decisão monocrática. Como o secretário perguntou pra mim, o anterior, “Eu posso decidir esse processo?”, eu digo, “Não, o senhor não pode. Qualquer decisão que o senhor tome aqui, ela é irregular, porque é um colegiado.

A decisão individual cabe lá no primeiro grau, no julgamento dos processos de autos de infração. Aqui, não. Aqui, é uma decisão colegiada, não existe possibilidade de uma decisão monocrática em nada. Tanto é que até a tua pesquisa, tu quiseste consultar todos os conselheiros como conselho, eu disse, "Olha, então eu vou submeter ao pleno".

RSC 2 aponta que durante as reuniões “nunca presenciei nada, e também acho que não acontece nada por trás da cortinas [...] se acontece, fica difícil que consiga, a decisão final é colegiada”.

RPP 2 finaliza ao mencionar que no COMDEMA

as decisões não cabem a uma única pessoa. [...] sempre vai ter uma tendência política. Sempre tem uma tendência de chegar e tentar influenciar uma coisa, mas isso tem caído por terra, claramente. E isso se deve, principalmente, à organização que a gente tem [...]. Geralmente, são instituições externas e a própria prefeitura às vezes manifesta algum interesse em saber o resultado de um julgamento, mas como te disse, a decisão é coletiva.

Observamos que o processo de deliberação no COMDEMA/Florianópolis é compreendido, pelos conselheiros, como democrático e coletivo. Isso é visto, por nós, como uma característica positiva e que fortalece o COMDEMA/Florianópolis perante os próprios conselheiros.

Isso se torna ainda mais importante quando destacamos o papel do poder Executivo na demanda pelos julgamentos de processos e do protagonismo da FLORAM pela perspectiva de iniciar o licenciamento ambiental. Além disso, o poder Executivo tem interesse direto no resultado dos julgamentos devido a dois aspectos: eficiência dos processos e receita decorrente das multas e, essa visão, é compartilhada, também, entre os conselheiros.

Com o intuito de sintetizar os principais aspectos identificados até o momento referentes ao processo de participação social e o COMDEMA/Florianópolis como esfera pública, propomos o quadro 8.

Quadro 8 – Síntese de fatores identificados quanto ao COMDEMA como esfera pública e a participação social

Aspectos quanto....	Fatores identificados
... aos atores que participam	<p>Há ausência de alguns conselheiros do poder público, mas os que participam possuem relação com a área ambiental e, também, formação técnica na área. Quanto à sociedade civil, os espaços para ONGs é considerado pequeno (2 conselheiros), mas ao mesmo tempo há resistência por parte dessas organizações em participar do conselho. Assim, argumentamos que, nesse caso, a paridade numérica não representa a diversidade da sociedade civil.</p>
... ao modo como se institui o processo de participação	<p>Lógica de grupos mais organizados/ mais experientes é supervalorizada;</p> <p>O processo participativo é fortemente influenciado pela demanda dos julgamentos o que, por sua vez, resulta em sua burocratização.</p> <p>Postura propositiva é pouco efetiva O conselho assume um aspecto corretivo e punitivo.</p> <p>O processo de tomada de decisão é visto como democrático e coletivo.</p> <p>Há necessidade, por parte dos conselheiros, de uma maior publicização das atividades do Conselho e das suas decisões. Isso talvez se dê pelo fato do conselho demandar maior legitimidade perante a sociedade civil.</p>
... ao lugar onde e ao tempo quando ocorre o processo deliberativo	<p>A FLORAM adquire um papel de protagonismo no conselho, já que seu conselheiro é visto, hoje, como o responsável por presidir as reuniões. Além disso, a secretaria do conselho, hoje, está na sede da fundação. Também devemos lembrar a necessidade de regulamentar o licenciamento ambiental por parte dessa fundação e isso, por sua vez, depende de resoluções do COMDEMA.</p> <p>O conselho está em uma situação de dependência da estrutura político-administrativa principalmente quanto à recursos humanos e espaço físico.</p> <p>O COMDEMA parece não estar articulado com a sociedade civil e, em especial, com as ONGs. Essa situação, por sua vez, prejudica o debate em torno de políticas públicas para o meio ambiente de Florianópolis.</p> <p>O tempo das reuniões é suficiente, mas os conselheiros concordam que uma reunião por mês não tem sido suficiente. O COMDEMA é visto por parte dos conselheiros como um espaço de aprendizado e troca de experiências.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS

Pretendemos, aqui, fazer um exercício reflexivo a respeito dos dados coletados via análise documental, entrevistas e observação não-participante. Além disso, essa proposta visa, também, levar em consideração as nossas percepções que surgiram com a vivência no campo de pesquisa.

O objetivo geral desse estudo configura-se por analisar como os sujeitos (conselheiros) percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA/Florianópolis por meio da interpretação de valores envolvidos nesse processo.

Com o intuito de dar suporte ao objetivo geral, definimos três objetivos específicos: descrever e analisar as representações sociais de integrantes do COMDEMA/Florianópolis a respeito do tema resíduos sólidos, analisar como os conselheiros percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA/Florianópolis e analisar o COMDEMA/Florianópolis enquanto esfera pública.

Os arcabouço teórico parte do pressuposto que o caráter positivista e instrumentalista predominante no campo científico deturpou a relação homem-natureza, via PSD, colocando os dois em lados opostos e em uma situação no qual o primeiro procura dominar o segundo.

No campo da Administração essa situação resultou em uma visão da natureza como recurso disponível às organizações. Além disso, tanto na Administração como em outros campos do saber, valores advindos do mercado resultam em uma ciência na qual se procura legitimar valores de uma sociedade centrada do mercado e, assim, afastando ainda mais homem e natureza, já que o homem traduz-se como mão-de-obra e natureza como recurso. Assim, perde-se a consciência de que homem e natureza formam um sistema de interdependência e não de dominação do primeiro sob o segundo.

Na sociedade centrada no mercado a tecnologia é vista como a solucionadora de todos os problemas. No entanto, os riscos ambientais tornam-se cada vez mais difusos e complexos e o seu impacto sob o planeta não é democrático. Assim, defendemos aqui que é necessária uma nova abordagem para compreender a crise civilizatória fundada, essencialmente, em valores democráticos e dialógicos que preconizem a participação social efetiva a partir de um contexto multissetorial.

Ao transcenderem um setor específico da sociedade, as questões ambientais devem ser compreendidas não só como conflitos de interesses, mas também de valores. E, deve-se, também, considerar o contexto no qual esses valores são reivindicados.

Nesse sentido, a TRS é compreendida, aqui, como um conceito reflexivo que nos permitiu dar bases a nossa proposta teórica e metodológica para descrever e interpretar como os indivíduos percebem os problemas ambientais e identificar quais valores são reivindicados por esses. A importância da descrição, resultante da TRS, nos permitiu apresentar os dados de forma a permitir que o leitor possa visualizar como articulam-se as falas dos diferentes entrevistados por meio da elaboração de um cenário para campo de pesquisa. A interpretação está presente, principalmente, na forma como essas falas foram articuladas e nas breves relações com os aspectos teóricos.

Além disso, a TRS converge, também, com a dimensão dialógica proposta no estudo, já que reconhece que os sujeitos procuram compreender o mundo a partir de lógicas socialmente elaboradas e compartilhadas e, assim, o diálogo é preconizado.

Já a dimensão democrática preconiza a formação de espaços públicos democráticos que visem a transformação social por meio da expressão, representação e participação de diversos setores da sociedade.

No contexto brasileiro, os conselhos gestores surgem como resposta institucional para a demanda social por maior participação nas decisões públicas como, também, na formulação, implementação, fiscalização e controle de políticas públicas.

Na prática, os conselhos gestores apresentam problemas, mas também são vistos como oportunidade de transformação na relação entre Estado e sociedade, sendo a principal deles por configurarem um espaço de aprendizado e formação no âmbito da cidadania deliberativa.

Ao analisarmos as representações sociais dos conselheiros a respeito dos resíduos sólidos observamos que a percepção compartilhada pelos mesmos é que os resíduos sólidos são um problema ambiental que apresenta, também, aspectos sociais e econômicos e que, por sua vez, não se restringe a apenas um grupo tendo em vista que é um problema cuja responsabilidade é compartilhada pela sociedade.

Com base nessa percepção, propomos que a mesma converge com o conceito de desenvolvimento sustentável desenvolvido por Sachs (1993; 2002; 2004). Esse conceito, por sua vez, não se restringe apenas à questão dos resíduos sólidos, pois é uma proposta voltada para o meio ambiente como um todo de forma a conciliar desenvolvimento econômico e meio ambiente ao preconizar que o desenvolvimento deve envolver cinco pilares: social, econômico, ecológico, espacial e cultural e, por sua

vez, pode ser analisado sob o ponto de vista do ambientalismo moderado²⁵.

Quando analisamos o nível subjetivo das representações sociais, defendemos que os valores reivindicados pelos conselheiros são, essencialmente, pautados por valores éticos e coletivos. Há argumentos nos quais é necessário repensar os hábitos de consumo de forma a diminuir os impactos das atividades humanas na natureza, mas para isso os indivíduos devem repensar seus valores individualistas em prol de uma consciência coletiva na qual os indivíduos percebam seu papel na gestão dos resíduos e assumam uma postura de responsabilidade compartilhada.

Quando partimos para o nível intersubjetivo, na análise do processo participativo, ficou claro que valores instrumentalistas são os principais balizadores das decisões oriunda do conselho.

A tensão que se manifesta entre valores pessoais e as práticas do conselho ainda não têm gerado uma postura mais crítica por parte dos conselheiros. Ao mesmo tempo que há o reconhecimento da necessidade em repensar os rumos do COMDEMA há, também, um certo conformismo com a situação atual.

Consideramos, aqui, que as demandas do poder executivo são, essencialmente, os principais aspectos que têm limitado a atuação do COMDEMA em outras frentes, além do julgamento dos processos. E, até mesmo, a perspectiva de licenciamento, compreendidas por parte dos conselheiros como a oportunidade de um novo rumo para o COMDEMA, pode ser vista como um fator limitante, pois tem origem, também, de demandas do poder público.

A prioridade nos julgamentos têm atribuído às práticas de gestão do COMDEMA de Florianópolis características punitivas (multas) e corretivas (recuperação dos danos). Por uma vez, os conselhos gestores são espaços na esfera pública nos quais há a possibilidade de formulação de políticas públicas que, por sua vez, podem assumir um caráter preventivo e educativo. Diante dessa tensão, os conselheiros reconhecem a necessidade de repensar a atuação do COMDEMA e, também, reivindicam que o conselho procure desenvolver as demais competências que lhe foram atribuídas pela legislação.

Há o argumento segundo o qual é preciso “zerar a fila” de processos resultante dos longos anos em que o conselho existia, mas nada era feito. De fato, o argumento é válido quando olhamos pela perspectiva da eficiência, já que as multas são decorrentes do trabalho de fiscalização

²⁵ Discussão sobre ambientalismo moderado foi apresentada na Introdução como, também, os pilares da sustentabilidade.

realizado por secretarias da prefeitura. Além disso, é uma função do conselho.

Desse modo, quando olhamos a esfera intersubjetiva, observamos que aspectos econômicos e a busca por eficiência tem, na sua maioria, predominado sobre os valores subjetivos já mencionados.

A prioridade nos julgamentos é vista como um “mal necessário”, mas ao mesmo tempo há uma necessidade por parte de conselheiros para o desenvolvimento de outras atividades. A tensão entre valores, aqui, fica clara. Valores pessoais precisam ser negociados no contexto coletivo, mas ao mesmo tempo os indivíduos se veem cercados por demandas do poder executivo municipal que nos levam a questionar se o COMDEMA de Florianópolis, de fato, é um espaço no qual Estado e Sociedade Civil conversam de “igual para igual”.

Essas demandas, por sua vez, são vistas pelos conselheiros como um dos principais motivos para que o COMDEMA esteja funcionando de fato e são, na verdade, compreendidas como um comprometimento da prefeitura com o conselho. Para nós, isso representa que o conselho ganha legitimidade perante o poder público por atender às suas demandas. Porém, também nos leva a questionar a sua legitimidade perante a sociedade civil.

A respeito da sociedade civil, foi observado que há resistência de ONGs em participar do conselho. Os depoimentos relatam que ONGs não aceitam os convites e levantam possíveis motivos para isso. Para nós, o fato de o COMDEMA não adotar uma postura mais propositiva no desenvolvimento de políticas públicas para o meio ambiente é compreendido como o principal fator que desmotiva a participação dessas organizações no conselho.

Além disso, destacamos também o protagonismo da FLORAM no que diz respeito à perspectiva de iniciar o licenciamento ambiental no município de Florianópolis.

Essa situação precisa ser vista com mais cuidado, pois o representante dessa fundação é visto pelos demais conselheiros como o “líder” do conselho. Muitos o veem como o principal responsável pelo conselho estar funcionando e, de fato, é o principal responsável em dar prosseguimento às atividades administrativas do COMDEMA de Florianópolis.

Não entramos aqui em “teorias da conspiração” ou que o poder público é “mau” e sociedade civil é “boa”. Apenas queremos ressaltar que ele é um representante do poder público e, esse último, via demanda dos julgamentos de processos, tem descaracterizado as funções do conselho gestor.

Os conselhos gestores são conhecidos por também adotarem uma postura de protagonista nas políticas públicas e os conselheiros do COMDEMA têm consciência disso. Decorre tanto disso quanto da percepção pessoal a respeito da temática ambiental a demanda por práticas de gestão no COMDEMA/Florianópolis que sejam mais preventivas.

De forma geral, observamos que convicções pessoais são, em sua maioria, pautadas por valores substantivos e ambientais. No entanto, há poucas oportunidades para que esses valores ganhem espaço dentro do conselho gestor devido, principalmente, ao peso que as demandas do poder Executivo exercem sobre o conselho.

Vemos nessa questão, o fato de que a capacidade de transformação dos indivíduos tem sido subjugadas e moldadas por instituições que tem interesse direto nos resultados do COMDEMA de Florianópolis. Assim, essa situação nos leva a refletir a respeito da representatividade do conselho e da sua legitimidade perante a lei que o institui e a sociedade como um todo.

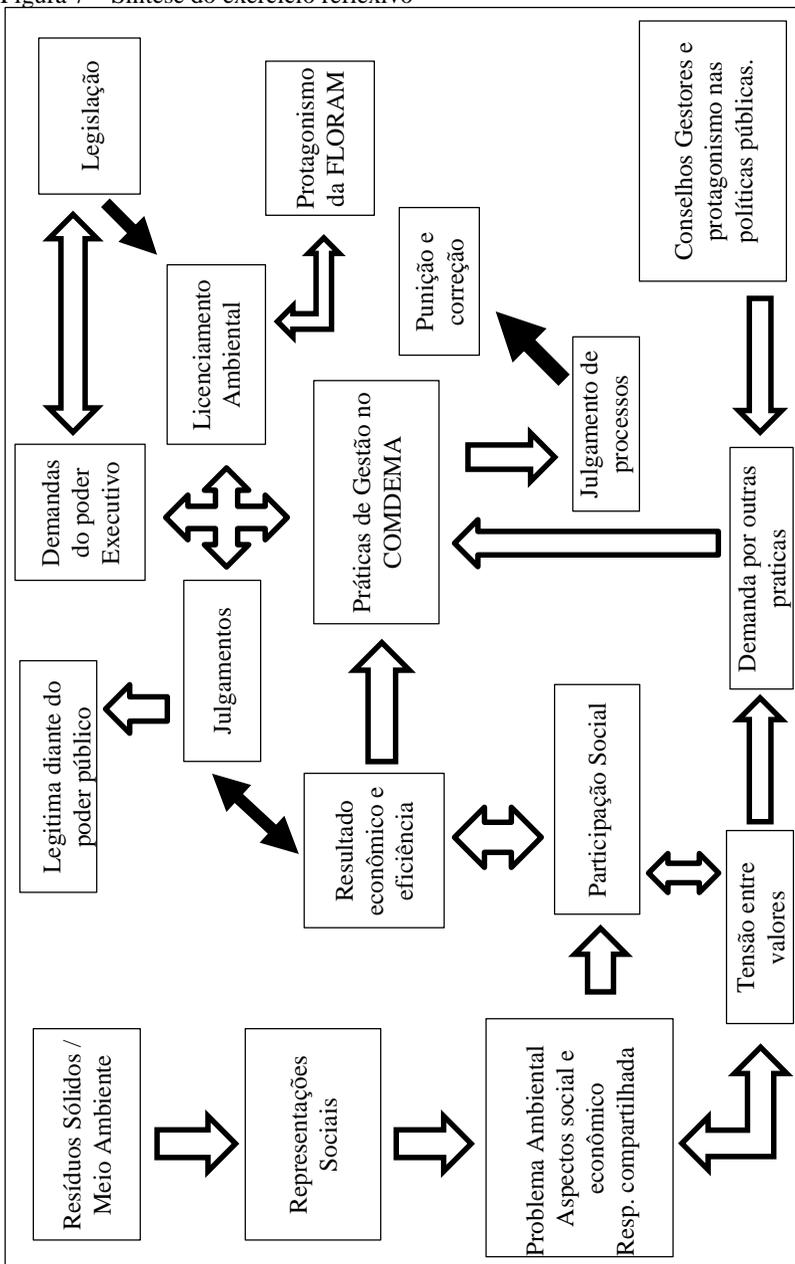
No entanto, não entendemos que há um constrangimento direto dos conselheiros por parte de outros setores, mas essa situação diminui a eficiência de suas ações quando analisamos a partir da prerrogativa dos conselhos gestores em debater e propor políticas públicas voltadas à defesa do meio ambiente por meio de práticas não só corretivas e punitivas, mas também preventivas.

A figura 7 procura sintetizar o exercício reflexivo feito até o momento.

Ainda ressaltamos que, durante as entrevistas e a descrição dos dados, todos os conselheiros nos pareceram engajados com a temática ambiental, cada um com suas especificidades, mas, de forma mais ampla, comprometidos e preocupados em adotar posturas sustentáveis e transmitir isso para o coletivo.

Assim, consideramos que o COMDEMA/Florianópolis, na figura dos seus conselheiros, é um conselho gestor com potencial ainda a ser utilizado, já que o conselho, sob o ponto de vista da esfera pública, se vê cercado por demandas do poder Executivo e por lógicas político-burocráticas que limitam o seu potencial de atuar em frentes que visem a defesa do meio ambiente de Florianópolis por meio de práticas preventivas.

Figura 7 – Síntese do exercício reflexivo



Fonte: elaborado pelo autor

Ao procurar estudar os valores, e consequentemente as racionalidades, de conselheiros a respeito da temática dos resíduos sólidos tínhamos o intuito inicial de compreender a relação entre esses valores e o debate de políticas públicas voltadas para essa temática. No entanto, a ausência desse debate no COMDEMA de Florianópolis inviabilizou esse primeiro objetivo.

A saída que encontramos foi analisar o processo participativo procurando compreender como esses valores se comportam nas dimensões subjetiva e intersubjetiva das representações sociais e, também, compreender como a dimensão transubjetiva (a partir da compreensão do COMDEMA como esfera pública) interage com essas dimensões.

A compreensão do processo participativo a partir do estudo de representações sociais nos permitiu identificar e descrever algumas lógicas que influenciam as práticas de gestão do COMDEMA de Florianópolis. No entanto, tendo em vista a atual influência que demandas do poder Executivo exercem nas atividades do conselhos, consideramos que torna-se imprescindível, para um melhor compreensão do tema, ampliar o escopo do estudo para além do conselho a partir da análise de lógicas políticas envolvidas no processo participativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Optamos por dividir este capítulo em três partes: a primeira para retomar os objetivos de pesquisa e sintetizar os principais resultados, a segunda para discutir relações referentes à problematização de alguns aspectos encontrados no campo de pesquisa e a terceira que tem por objetivo discutir o processo interpretativo nas representações sociais.

No capítulo de análise dos dados, optamos por descrever o campo empírico, interpretar os dados coletados e propomos um exercício reflexivo no qual procuramos retratar os aspectos que consideramos centrais na dinâmica de participação e decisão no CONDEMA de Florianópolis. Assim, nos isentamos naquele momento de uma reflexão mais incisiva a respeito da problematização dos “achados” da pesquisa. Na segunda parte, dessas considerações finais, nos propomos a tal reflexão como, também, procuramos apontar algumas limitações e sugestões para próximas pesquisas.

5.1 RETOMANDO OS OBJETIVOS DE PESQUISA

Nesta seção, procuramos resgatar os objetivos de pesquisa como, e por conseguinte, verificar se os objetivos de pesquisa foram alcançados e se o problema de pesquisa foi respondido. Para isso, procuramos fazer uma nova apreciação do problema inicial à luz da experiência de pesquisa.

O problema de pesquisa da presente pesquisa é “como os sujeitos (conselheiros) percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA/Florianópolis e quais são os valores envolvidos nesse processo?”.

Com o intuito de responder o problema de pesquisa foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever e analisar as representações sociais de integrantes do COMDEMA/Florianópolis a respeito do tema resíduos sólidos;
- b) analisar como os conselheiros percebem o processo de participação social no contexto do COMDEMA/Florianópolis; e
- c) analisar o COMDEMA/Florianópolis enquanto esfera pública.

Em resposta ao primeiro objetivo, procurou-se compreender como o sujeito (conselheiro) percebe a problemática dos resíduos sólidos

no seu cotidiano. Essa proposta se deu com base na esfera de pertença subjetiva proposta por Jodelet (2009).

Em um primeiro momento procuramos identificar os hábitos de consumo dos sujeitos pesquisados na tentativa de estabelecer relação entre esses hábitos e a forma como os mesmos percebem as questões ambientais. De forma geral, observamos que os entrevistados reivindicam valores que estão relacionados à redução de desperdício, ao descarte adequado dos resíduos, às práticas de desenvolvimento local, à redução do consumo, às questões sociais, à saúde e ao custo de produtos “ecologicamente corretos”.

No segundo momento, abordamos de forma direta a temática dos resíduos sólidos e constatamos que os sujeitos de pesquisa, quando levados a refletir sobre a temática, levantam aspectos referentes à necessidade de repensar os hábitos de consumo, maior participação da população, a importância de novas tecnologias para reduzir o desperdício. Também foram apontados aspectos relacionados à dimensão social (geração de renda na cadeia produtiva do lixo e inclusão social), saúde pública, dimensão econômica, responsabilidade compartilhada, maior acesso à informação por parte da população, saúde pública e saneamento, sustentabilidade, legislação e degradação ambiental.

Na tentativa de compreender qual a representação social que emerge desses aspectos reivindicados pelos sujeitos, constatamos a convergência em três pontos centrais: os resíduos sólidos são um problema ambiental que envolve tanto as dimensões econômica e social e, ainda, seu gerenciamento demanda a responsabilidade compartilhada por todos os envolvidos. A partir desses três pontos centrais, concluímos que os mesmos convergem com o conceito de desenvolvimento sustentável como proposto por Sachs (1993; 2002; 2004) o que, para nós, é reflexo, em parte, da influência de uma esfera transubjetiva, a qual remete ao espaço público (mídia, teorias científicas, mercado, etc.).

Em resposta ao segundo objetivo e o terceiro objetivos, optamos por sintetizá-los a partir de três aspectos: quanto aos atores que participam, ao modo como se institui o processo participativo e quanto ao lugar onde e ao tempo em que o processo deliberativo.

A respeito do primeiro aspecto, observamos que o conselho tem trabalhado com o quórum de nove integrantes (metade dos conselheiros). Os que têm participado mais ativamente possuem relação profissional com a área ambiental, além de formação técnica na área. A respeito de representantes da sociedade civil, a quantidade de assentos disponibilizada para as ONGs é pequena (dois conselheiros), sendo que setores ligados ao mercado e aos órgãos de classe possuem maior

representatividade. Ainda a respeito das ONGs, foi constatado que há resistência por parte dessas em aceitar convites para integrar o conselho, sendo que para os entrevistados isso ocorre por motivos como, por exemplo, trabalho “voluntário” exercido pelas ONGs e que a atenção destas está voltada para outros assuntos mais práticos e menos burocráticos. Por fim, argumentamos que, no caso do COMDEMA de Florianópolis, a paridade numérica não resulta na “representatividade da sociedade civil. Isso nos leva a refletir sobre o seguinte: como poderiam os conselhos acompanhar, historicamente, o processo de diversificação e complexidade de atores que se apresentam como representantes da sociedade civil? Acrescentar mais e mais atores nos conselhos seria suficiente? Ou é necessário repensar a forma de organização do processo participativo nos conselhos gestores? Enfim, são questões às quais não nos propomos a responder na presente pesquisa, mas são colocadas de forma a “estimular” pesquisas futuras.

Em relação ao segundo aspecto, observamos que os grupos ou representantes mais organizados/experientes são supervalorizados por outros conselheiros. O processo participativo é fortemente influenciado pela demanda dos julgamentos o que, por sua vez, resulta em sua burocratização e, por sua vez, resulta em conselho de caráter corretivo-punitivo em detrimento de uma postura propositiva. Além disso, o processo de tomada de decisão é visto pelos conselheiros como democrático e coletivo, principalmente devido à dinâmica do voto e ao ambiente de cordialidade. Por fim, observa-se que há necessidade, por parte dos conselheiros, de uma maior publicização das atividades do Conselho e das suas decisões. Isso talvez se dê pelo fato do conselho demandar maior legitimidade perante a sociedade civil.

No terceiro aspecto, contatamos que a FLORAM adquire um papel de protagonismo no conselho, já que seu conselheiro é visto, hoje, como o responsável por presidir as reuniões (assume perante os conselheiros uma posição de liderança). Além disso, a secretaria do conselho, hoje, está na sede da fundação. Também devemos lembrar a necessidade de regulamentar o licenciamento ambiental por parte dessa fundação e isso, por sua vez, depende de resoluções do COMDEMA. Dessa forma, destacamos o fato de que o conselho está em uma situação de dependência da estrutura político-administrativa, principalmente quanto a recursos humanos e espaço físico. Também observamos que o COMDEMA parece não estar articulado com a sociedade civil e, em especial, com as ONGs. Essa situação, por sua vez, prejudica o debate em torno de políticas públicas para o meio ambiente de Florianópolis. E por último, o COMDEMA é visto por parte dos conselheiros como um espaço

de aprendizado e troca de experiências como, também, um espaço de legitimação das propostas do poder executivo.

O esforço de uma análise geral desse cenário nos levou a constatar que há forte influência de valores instrumentalistas no processo participativo que, por sua vez, fundamenta as decisões oriundas do conselho. A necessidade de maior eficácia nos julgamentos como, também, a clara percepção da importância de diminuir a fila de processos, pois os mesmos são possíveis fontes de renda para o município, são exemplos dessa instrumentalização. Não foi possível constatar de forma direta a preocupação com os danos ambientais como, também, valores relacionados ao bem-estar coletivo quando analisamos o processo participativo. Os conselheiros se veem dentro de uma lógica burocrática-instrumental que reduz o espaço para o debate e a substantividade. Assim, observamos que aspectos econômicos e a busca por eficiência têm, na sua maioria, predominado sobre valores subjetivos identificados a partir do primeiro objetivo da presente pesquisa.

A respeito da esfera pública, o COMDEMA/Florianópolis se vê pressionado por demandas do poder executivo o que resulta, diretamente, na hegemonia dos julgamentos no conselho. Ao atender essa demanda, o conselho ganha legitimidade perante o poder executivo, mas perde em relação à sociedade civil, em especial, às ONGs que apresentam resistência em participar do conselho. Além disso, destacamos a forte presença de entidades de classe e de alguns setores do mercado que, por sua vez, procuram ter seus interesses atendidos dentro do conselho. No entanto, o presente estudo não se aprofundou nesse aspecto o que, por sua vez, pode ser visto como possível proposta de estudo futuro.

Desse modo, observamos a tensão entre sujeito e estrutura. Os sujeitos, por um lado, parecem estar preocupados com a questão ambiental e apresentam interesse em tornar o conselho mais propositivo por meio do debate de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente do município, mas estão limitados pela força institucional que se materializa no conselho por meio dos julgamentos e pressões do poder executivo municipal.

Por fim, gostaríamos de mencionar que um dos objetivos desta pesquisa consistia em analisar a relação entre representações sociais dos resíduos sólidos e como elas se materializam nas práticas de ação do COMDEMA/Florianópolis. No entanto, a ausência de postura propositiva, na instância do COMDEMA/Florianópolis, e de desenvolvimento de propostas de políticas públicas voltadas para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos sob a perspectiva da PNRS inviabilizou esse objetivo. No entanto, acreditamos que a análise do

processo participativo possibilitou descrever, de forma consistente, a atual configuração do conselho no que diz respeito ao funcionamento e manutenção das atividades do COMDEMA/Florianópolis. Desse modo, o primeiro objetivo foi alterado de forma a dar mais consistência à pesquisa, sendo que o foco passou a ser o processo de participação e não mais a relação entre representações sociais referentes aos resíduos sólidos e práticas do referido conselho gestor.

Assim, pelo que argumentamos aqui, no parece que os objetivos foram atingidos, ainda que tenha sido necessário fazer ajustes nos mesmos durante a pesquisa.

5.2 DISCUTINDO ALGUNS “RESULTADOS” DA PESQUISA

Nesta seção²⁶, nos propomos a problematizar alguns “resultados/achados” da pesquisa. Problematização, essa, que não foi explicitada ao longo do trabalho por opção do autor. No entanto, estamos atendo ao fato de que termos como “resultados” e “achados” remetem para o imaginário positivista (oposto à abordagem da TRS escolhida nesta pesquisa). Como se trata de interpretar e não de analisar, exatamente, como se trata de compreender e não de explicar, os “resultados” ou “achados” são, na verdade, construtos do autor, são objetos culturais, abstratos, linguísticos e simbólicos. Assim, aqui, nos damos a liberdade de fazer especulações com base nos dados observados como, também, na personalidade do pesquisador na forma de como compreende o campo empírico estudado.

Ao tratar as representações sociais, nos isentamos de um olhar mais apurado sobre os dados o que, por sua vez, resultou na ausência de uma reflexão crítica na análise dos dados.

A conclusão que chegamos da influência do conceito de sustentabilidade, proposto por Sachs, nos leva a observar que o discurso do ambientalismo moderado tende a se tornar um discurso de senso comum ecológico que se dissemina na sociedade. E essa hegemonia de discurso impõe ao pesquisador o desafio de compreender quais as racionalidades que estão ocultas nas falas dos sujeitos. No entanto, ainda precisamos reforçar que não se trata do conceito que tem disso trabalhado

²⁶ Na elaboração dessa seção, agradecemos especialmente aos membros da banca de defesa desta dissertação: Prof. Luciano Félix Florit, Prof. Renê Birochi e Profa Rosália Aldraci Barbosa Lavarda. Seus comentários foram essenciais para a sua construção.

por Sachs ao longo dos anos, mas talvez seja uma interpretação dominante do mesmo por parte de empresários e imprensa.

Os conselheiros, em suas falas, dão a impressão de uma reflexividade ativa, ou seja, em alguns momentos é perceptível que não reproduzem um discurso mecânico a respeito dos resíduos sólidos e as problemáticas ambientais, mas ao mesmo tempo aderem ao senso comum ecológico²⁷. Como diferenciar ambos? Aqui reside o nosso maior desafio, pois, nós pesquisadores, também estamos inseridos nesse contexto hegemônico.

Nas entrevistas aparece a tendência dos sujeitos compreenderem a questão dos resíduos sólidos como uma questão essencialmente individual. Temos a impressão de que, quando questionadas, as pessoas procuram transmitir a imagem de que estão cumprindo com os mandamentos do senso comum ecológico, a imagem que estão tentando fazer o que é considerado “ambientalmente correto”. Assim, argumentamos que a identificação das representações sociais sobre os resíduos sólidos não nos parece ser suficiente para compreender os fenômenos que estão por traz dessa imagem. Cabe, então, ao pesquisador/analista procurar ultrapassar essa névoa na busca de identificar os elementos substantivos para a compreensão do fenômeno. Não é na fala dos entrevistados, de forma direta, que podemos identificar esses valores, mas, talvez, por meio do exercício crítico-reflexivo é que possamos encontrar algum meio para tal. Assim, como apontado por Arruda (2005), não é na fala apenas em que se pode identificar as representações, mas também por meio do exercício interpretativo que considere aspectos como o imaginário social, a cultura, o contexto imediato e a história das ideias. Portanto, reforçamos, que é na

²⁷ O senso comum ecológico pode ser compreendido como a percepção distorcida das questões ambientais que dissemina a crença de que a solução para a problemática ambiental está no papel individual de cada indivíduo fazer a sua parte em detrimento de uma postura que reflita sobre a necessidade de repensar o atual modo de produção e as relações de consumo. Em outras palavras, legítima o atual estado de relação entre homem –natureza, discutido na capítulo de Introdução, fundado no fato que a natureza está subjugada aos interesses do homem e, esse, está pautado por uma lógica instrumentalista e em função dos interesses do mercado. Assim, o “senso comum ecológico” tem características de uma ideologia inequívoca, pacífica, determinista, quando na realidade é problemática, complexa, de difícil apreensão empírica, já que há múltiplos interesses divergentes até mesmo entre as forças empresarias dominantes.

interpretação e não apenas na coleta/identificação de falas que se busca representações sociais.

Voltemos, por exemplo, na fala de RSC 3 quando questionado sobre o conceito de sustentabilidade:

[...] é um conceito muito eu acho que fantasioso. Sustentabilidade, na atual situação que a gente vive. Ninguém se priva de ter um ar condicionado, entendeu? [...] Se tiver possibilidade de andar de carro, vai andar de carro, não vai andar de ônibus. Todo mundo quer ter seu equipamento eletrônico mais próximo do lançamento.

Essa fala é um exemplo comum do que foi observado ao longo da pesquisa: os pesquisados não conseguem superar a lógica de que a questão ambiental envolve, essencialmente, o papel individual. Não é problematizado, por exemplo, nessa fala o que leva o sujeito a escolher um meio de transporte em detrimento do outro, o que leva o carro a ser visto com o meio mais vantajoso para se locomover. Há, como dito, restrições para sair da lógica individual que é inerente ao senso comum ecológico, senso, esse, que é socialmente estabelecido e reproduz a ideia de que a solução dos problemas ambientais passa, necessariamente, por um consumo consciente e, no qual, cada uma faça a sua parte. O problema está no fato de que cada um não está fazendo a sua parte. Claro que não ignoramos a importância do papel individual, mas questionamos aqui porque não se questiona o modo de produção, o ritmo do consumo, por exemplo. Há problemas que são sistêmicos e estruturais. Assim, a esfera transubjetiva aparece como uma força institucional ao limitar a reflexão subjetiva a respeito dos problemas ambientais via, por exemplo, a hegemonia do senso comum ecológico e a manutenção do *status quo* na relação estrutura produtiva e natureza. A natureza continua sendo um recurso disponível às atividades produtivas e sua importância ainda é periférica na relação homem – natureza.

Reconhecer a influência da esfera transubjetiva é, por sua vez, reconhecer que os indivíduos não são completamente livres para escolher o que eles precisam escolher, pois parte das escolhas já estão, em certa medida, condicionadas ou determinadas pelos contextos sociais nos quais os indivíduos estão inseridos²⁸. No entanto, nem a estrutura determina a

²⁸ Nesse contexto de condicionamento acreditamos que o conceito de “homem parentético”, segundo Guerreiro Ramos poderia ser relevante. Infelizmente, devido a limitações como tempo e necessidade de um maior detalhamento quanto ao conceito, não pudemos nos aprofundar nessa linha de análise. Assim, gostaríamos de ressaltar que esse aspecto pode vir a ser útil em outras pesquisas.

consciência e as escolhas dos atores, simplesmente, nem esses determinam as estruturas, sendo que é nessa relação de tensão dialógica que podem surgir as representações sociais. Voltemos a escolha entre carro e ônibus. Há fatores que estão dados e limitam a capacidade de escolha como, por exemplo, a infraestrutura urbana e as condições sociais. E isso, por sua vez, muitas vezes independe, em grande medida, da vontade individual. São fatores estruturais que podem condicionar comportamentos individuais. No entanto, ao mesmo tempo que observamos essa situação a mesma não reduz a tensão entre conselheiros e a estrutura institucional-burocrática na qual o conselho gestor está inserido, principalmente quando observamos a necessidade, por parte de alguns conselheiros, de mudar a atual forma de atuação do conselho de forma a possibilitar uma maior abertura à formação de um conselho gestor propositivo. Além disso, observamos questionamentos pessoais sobre a burocratização do conselho como, também, uma postura reflexiva das influências negativas dessa estrutura nas atividades do conselho. Assim, não se trata de dizer que os conselheiros adotam uma postura conformista com a situação, mas sim que os mesmo ainda não “encontraram” meios para superá-la.

Desse modo, embora seja esperado do sujeito uma consciência ecológica, valores que derivam do senso comum ecológico limitam a capacidade dos conselheiros perceberem e refletirem que não é apenas a partir da consciência individual que iremos resolver os problemas ambientais.

A esfera transubjetiva também é perceptível na transformação da ideia de resíduo/lixo como algo negativo, pejorativo para uma visão de algo como economicamente viável e socialmente responsável.

Os conselheiros apresentam a tendência de perceberem os resíduos como recurso. Vemos, aqui, uma maior convergência entre racionalidade ambiental e racionalidade econômica, pois a lógica econômica contribui para a transição dos resíduos sólidos como algo inútil para compreendê-los como um recurso que passa a fazer parte do sistema produtivo e, assim, como fonte de trabalho e renda. Reconhecer que o lixo tem valor é fundamental para a redução dos riscos ambientais no meio urbano e a análise das representações sociais nos levam a perceber que os conselheiros compartilham dessa visão.

Outro desafio diz respeito às referências culturais. Como explicar as falas dos indivíduos sem utilizar o termo “cultural”? Aqui, não falamos de cultura no sentido antropológico da palavra. Há fatores

institucionais que impossibilitam a percepção, por parte dos conselheiros, de como o que é considerado cultural é construído e reproduzido. Há coações institucionais às quais os sujeitos são submetidos e que os fazem reproduzir comportamentos como, por exemplo, instituições públicas e o mercado. Os conselheiros não questionam, em suas falas, como superar a lógica consumista, por exemplo. Assim, os conselheiros reproduzem a lógica do senso comum ecológico e não refletem sobre a pressão que ela exerce e a reprodução do seu discurso no cotidiano.

A respeito do processo participativo e do conselho como esfera pública, gostaríamos de destacar que o nosso principal intuito foi – por meio das descrições das falas, dos atores, dos processos organizacionais e da estrutura organizacional – de “pintar/retratar”²⁹ o que acontece no conselho, ou seja, de entender melhor o funcionamento do COMDEMA/Florianópolis e de identificar as dinâmicas pelas quais ele é constituído e mantido. E, assim, termos base para problematizar o próprio conselho.

Apesar do conselho ser deliberativo e paritário na relação Estado e Sociedade Civil, percebemos que o conselho é dominado por questões do mercado (empresário e órgãos de classe que possuem assento no conselho) e do Município, que pelo que nos parece, está alinhado com os interesses do poder executivo (prefeitura). Assim, essa pintura nos parece importante quando pensamos em aspectos políticos que permeiam essa instância participativa, sendo que nos permite visualizar a dinâmica na qual determinados interesses particulares procuram ter seus interesses atendidos via conselho gestor.

A partir da constituição federal de 88 houve a institucionalização do processo de representação democrática e cidadã o que, por sua vez, veio a constituir-se através dos conselhos gestores e colegiados. No entanto, ao longo dos anos temos observado o surgimento

²⁹ Aqui gostaríamos de mencionar que usamos a metáfora “pintura/retrato” não é um sentido positivista que dá a impressão de que o campo observado está fixo e no qual a realidade é acessada em si mesma. Utilizamos no sentido de reconhecer o papel do “pintor” e a sua influência na obra de arte, sua sensibilidade e a sua forma de ver, compreender e retratar o que observa, ou seja, a sua subjetividade, pois a dicotomia eu-objeto é estranha à teoria das representações sociais. A abordagem da TRS, como abordada nesta pesquisa, procura distanciar-se do positivismo/funcionalismo ao admitir que as representações sociais são um fenômeno que é compreensível pelo pesquisador de forma interpretativa, reflexiva, crítica, fenomênica, compreensiva e aproximativa.

de disputar políticas nesses espaços. A sociedade civil se vê em tensão com interesses oriundos do mercado e do próprio Estado. A respeito disso, Dagnino (2004) afirma que se trata de uma tensão entre os interesses do mercado (via projeto neoliberal) e do projeto democratizante-participativo (via a luta contra autoritarismos e a busca do fortalecimento da democracia). Assim, para a autora, o projeto neoliberal procura se apropriar de instâncias destinadas à sociedade civil e instrumentaliza o Estado e essas próprias instâncias de forma a ter os seus interesses atendidos. No entanto, essa questão não foi foco da nossa pesquisa.

Nesse sentido, ao se investigar os aspectos estruturais dos conselhos gestores municipais, deixamos de lado as comunicações diretas com os envolvidos e observamos as conclusões das pesquisas específicas sobre os conselhos, que mostram sérias limitações destes em termos de visibilidade social, de carência institucional para seu efetivo funcionamento, desconfiança de vereadores, pressões de prefeitos visando obtenção de recursos, além de inércia na comunicação e articulação entre os próprios conselhos, que historicamente tendem a seguir os trilhos hierárquicos formais, deixando de lado todo o potencial de comunicação entre eles. Em síntese, perdem a capacidade de articularem-se em rede de forma a compartilhar experiências e conhecimento, tanto teórico-legislativo quanto prático-propositivo.

Ao centrarmos na identificação e análise dos valores nos afastamos, nesta pesquisa, de uma compreensão mais apurada dos interesses envolvidos no âmbito do conselho gestor estudado. Os conselhos podem ser compreendidos como espaços de disputas de interesse e, na verdade, o são. No entanto, não conseguimos avançar nesse sentido, principalmente por esse não ser o foco. Não trata-se de uma limitação teórica, mas sim de delimitação da pesquisa. Assim, apontamos essa limitação como oportunidade de estudos futuros. Para nós, a partir da “pintura” que propomos, mostra-se essencial direcionar o pincel de análise para os interesses (que é apenas um dos múltiplos elementos das representações sociais). Sendo assim, consideramos que essa proposta deve levar em consideração, principalmente, o aspecto histórico e dinâmico das representações sociais como, também, as tensões entre atores sociais e estruturas sociais.

Tal esforço futuro poderá possibilitar uma análise mais apurada das tentativas de consensualizar, no âmbito do conselho, determinados debates e como essas, por sua vez, encobrem determinados interesses nos quais parte da sociedade civil (mercado) tenta se impor. Para nós, está nítido que isso acontece no contexto do COMDEMA/Florianópolis e o campo empírico é um ótimo exemplo, dentro da temática ambiental, de

como essa situação é construída e concretizada. Além disso, no nosso caso, a forma como utilizamos o referencial teórico escolhido para abordar as racionalidades tende a enxergar esse problema de forma macro, afastando-nos das particularidades dos sujeitos³⁰. E nesse caso, a forma como a teoria das representações sociais foi operacionalizada nesta pesquisa também não nos ajuda, pois nos afasta da concretude da dinâmica tensa entre interesses que está ocorrendo no conselho estudado.

Chamamos atenção, agora, para o aspecto burocrático que se impõe ao COMDEMA/Florianópolis, já que o fato do conselho estar totalmente voltado para o julgamento de processos faz com que os conselhos estejam enredados em uma estrutura burocrática dominada pelo poder executivo municipal e por parte da sociedade civil. A imagem da cordialidade, mencionada pelos conselheiros, é um dos reflexos burocráticos na estrutura do conselho. Os conflitos podem estar sendo submersos pela lógica burocrática e pela busca de eficiência para reduzir a “fila” dos processos. Especulamos, aqui, que a lógica burocrática atende a interesses do Estado (na figura do executivo municipal) por reduzir o conflito e de parte da sociedade civil por “atrasar” o debate a respeito de políticas públicas voltadas ao meio ambiente. Parte dos conselheiros levantam a insatisfação da atual organização e demandas do conselho, mas ao mesmo tempo observamos que os mesmos se veem limitados pela estrutura burocrática. É, novamente, o peso estrutural que inibe a capacidade transformadora dos sujeitos. Os conselheiros possuem capacidade técnica e experiência para direcionar o COMDEMA/Florianópolis para um futuro mais propositivo e participativo, mas essa capacidade se vê limitada pela lógica burocrática que, por sua vez, aliena os sujeitos e inibe a sua ação substantiva.

³⁰ Ao escolhermos uma referência teórica, nós a restringimos ao que dela compreendemos. E quando a utilizamos, no processo de interpretação de uma realidade específica também a limitamos mais ainda. Somos os responsáveis por “adotar”, “escolher” e usar o que percebemos tanto na teoria quando no campo. O sujeito de pesquisa é o seu próprio método, ele e suas circunstâncias. Ele não é estanho à teoria que se escolhe ou adota. Ele a simplifica, de certa forma, para utilizá-la, e faz isso correndo risco de simplificar demais, ou seja, de não compreender as relações entre o abstrato e o concreto, entre o referencial teórico e o vivido no processo de pesquisa. Assim, quanto ao sentido específico do que foi afirmado, as racionalidades instrumental e substantiva não se apresentam apenas distantes do pesquisador, no plano macro, mas a forma como abordamos o referencial teórico não nos permitiu compreender a racionalidade substantiva, especialmente, de forma mais próxima e concreta.

Por fim, como resultado de toda a análise feita até o momento, gostaríamos de sugerir para estudos futuros a problematização em torno das tensões entre os sujeitos e as estruturas. Observamos que entre os conselheiros há o desejo de mudança, mas a estrutura que se impôs nas dinâmicas do conselho dificultam a mudança de rumo e, por consequência, dificultam a resolução de problemas ambientais no município de Florianópolis. Será possível reduzir o peso da estrutura sob o COMDEMA/Florianópolis? É possível romper com a instrumentalização da ação no contexto do referido conselho em prol de uma ação mais substantiva e pautada em valores da racionalidade ambiental?

Como limitações, ainda gostaríamos de ressaltar a falta de uma inserção mais longa no campo de pesquisa que permitisse descrever com maior aprofundamento as tensões entre as representações sociais identificadas e as demandas estruturais e burocráticas. Com o curto período no qual se desenvolve uma dissertação e na pressa para cumprir prazos não foi possível se ater com mais aprofundamento e detalhamento questões já mencionadas. Assim, não se trata aqui de responsabilizar a abordagem teórica por aspectos que não foram abordados, mas sim de reconhecer minhas limitações como pesquisador iniciante e que foram agravadas pelo pouco tempo de inserção no campo.

A respeito das técnicas de pesquisa, talvez as mesmas não tenham sido as mais adequadas para investigar o fenômeno proposto. A proposta entrevista dialógica – observação não-participante – análise documental poderia ser melhor abordada a partir de uma proposta reflexiva e de observação com uso de caderno de campo, como foi feito por Stümer (2014)³¹ que buscou compreender as representações sociais dos integrantes de um grupo da Rede Ecovida de Agroecologia a respeito do desenvolvimento territorial sustentável.

Ao terminar essa pesquisa, gostaríamos de mencionar que compreendemos o resultado da mesma como uma representação da representação, tendo em vista que as entrevistas transformaram-se em um momento de conversa na qual foram compartilhadas “opiniões” sobre os temas discutidos. Parece impossível, para nós, ignorar a dimensão

³¹ A TRS é também reflexiva. No entanto, o referido autor utilizou-se da abordagem de Alvesson e Skoldberg (2000) que, por sua vez, estimula a reflexividade e a abertura teórica ao delinear quatro níveis de reflexividade. De certa forma, “empurra” o pesquisador para uma reflexão ampla. Arruda (2005) de certa forma também faz isso, mas não descreve em níveis de reflexividade.

reflexiva das entrevistas. O pesquisador leva o sujeito, muitas vezes, a pensar sobre temas que, talvez, nunca o tenha interessado de forma direta. A entrevista é um evento essencialmente dialógico. Aí reside o papel ético do pesquisador, ele precisa questionar qual o impacto de suas indagações no cotidiano do pesquisado. Ele o leva a um processo reflexivo e vice-versa. Pensamos que interpretar as representações sociais é, essencialmente, contar uma história específica de um dado momento e contexto. Ora, hoje, o pesquisado pode fornecer diferentes respostas para as mesmas perguntas ou o pesquisador pode interpretar as mesmas falas de modo diferente. Pesquisadores diferentes podem chegar a interpretações diferentes, outros sujeitos podem dar respostas diferentes para a mesma pergunta. Não se trata, aqui, de compreender esse processo como relativo, mas sim de tornar central a figura do “eu” pesquisador em todo o processo, inclusive na construção da representação do sujeito pesquisado.

Compreendemos o processo interpretativo da presente pesquisa como algo que está sempre em mudança e no qual o pesquisador assume uma postura participativa-dialógica que é passível de constante alteração e capaz de refletir e refratar exterioridades e a si mesmo ao longo desse processo. Interpretar as representações sociais significa contar uma história entre outras possíveis, sendo que esse contar história possui dois opostos que se completam: um, no processo de construir as falas que irão compor a narrativa, e o outro, na forma como a narrativa é contada. Articular as falas é narrar a história, é um processo interpretativo no qual o pesquisador, por meio de suas múltiplas lentes, procura pintar um quadro do campo empírico o qual se propõe compreender.

Assim, argumentamos aqui, que o processo de interpretação das representações sociais parte, em um primeiro momento, da interação entre pesquisado e pesquisador e, em um segundo momento, a partir da subjetividade do pesquisador. As representações são, essencialmente, uma construção por parte dos sujeitos, mas que quando estudadas são, também, uma construção entre os sujeitos de pesquisa e o pesquisador. Esse último, por fim, ao interpretá-las está, também, passando por um processo de construção representativa.

Em síntese, a tentativa de “identificar” representações sociais influencia de alguma forma a pesquisa e a percepção do pesquisador, sendo um risco admitir que tal representação social existe, que ela está clara em um grupo, tendo em vista que tal percepção é relativa a vários fatores, a saber especialmente: tempo de observação do fenômeno, recursos usados na observação, sensibilidade do pesquisador ao fenômeno, abertura dos sujeitos pesquisados, contexto condicionante das

comunicações entre pesquisador e sujeitos pesquisados e, por fim, o contexto estrutural que limita a ação e expressão tanto do pesquisador quanto dos sujeitos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n. 43, p. 121-140, dez. 2001.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ARRUDA, Angela. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, Brígido V.; JESUÍNO, Jorge C.; NÓBREGA, S. M. (Orgs). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. 2 ed. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005. p. 229-258.
- BARIANI, Edison. O longo caminho: Guerreiro Ramos e a sociologia da administração antes de A Nova Ciência das Organizações. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p.17-28, mar. 2010.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BRAGA, Eduardo Cardoso. Relações e paralelos entre Rousseau e a ecologia radical contemporânea. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 8, n. 2, p. 201-225, dez. 2013. Semestral.
- BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.
- BOEIRA, Sérgio Luís. Crise civilizatória & ambientalismo transetorial: internet, Estado nascente e democracia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis v. 16, n. 23, p. 71-102, abr. 1998.
- _____. Desenvolvimento Urbano e crise de paradigmas: o caso da região de Florianópolis. **Percursos**, Florianópolis, v. 6, n. 2, 2005.
- CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão Social in: BOULLOSA Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84.

_____ ; SAUSEN, Jorge Oneide; VILLELA, Lamounier Erthal. Gestão social versus gestão estratégica. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 15-99.

_____ ; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.681-703, set. 2011.

CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Prefácio. In: ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2014. p. 7-19.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed Porto Alegre (RS): ARTMED, 2010.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5. 2004.

DENZIN, Norma, K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa**

- qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 127-153
- DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das idéias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 6. ed. Petrópolis: Vozes. 2009, p. 7-28
- EGRI, Carolyn P.; PINFIELD, Laerence T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CALDAS, M.P.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs). **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2007, 1 v., p. 361-397
- EMPINOTTI, Vanessa Lucena. E se eu não quiser participar? O caso da não participação nas relações do comitê de bacia do Rio São Francisco. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 195-211, jun. 2011. Semestral.
- FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em representações sociais.** 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 31-59
- FISCHER, Tânia. A perduração de um mestre e uma agenda de pesquisa na educação de administradores: artesanato de si, memória dos outros e legados de ensino. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p.209-219, jan./mar. 2010.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua produção. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p.175-197, jan./mar. 2010.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GODOI, Christiane Kleinübing; MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. (Orgs). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115 -146.

GODOY, Arilda Schimidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. (Orgs). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115 -146.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: RIBEIRO, A. C. T. (Comp.) **Repensando a experiência urbana na América Latina**: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. Os conselhos gestores e a gestão urbana. In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos; RIBEIRO, L. C. de; AZEVEDO, S. de. (Orgs). Governança democrática e poder local. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2004. p. 57-93.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Psicologia Social e Representações Sociais: avanços e novas articulações. In: VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. (Orgs). **Psicologia do Cotidiano**: representações sociais em ação. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____; JOVCHELOVITCH, Sandra. Introdução. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em representações sociais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 7-16

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

_____. Modelos de homem e teoria Administrativa. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Curitiba, v. 3, n. 0, p.1-16, dez. 2001. Texto traduzido do original em inglês por Francisco G. Heidemann.

_____. **Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho**, Brasília: Conselho Federal de Administração, 2009.

HANNAN, Michael. T.; FREEMAN, John. Ecologia de população das organizações. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Orgs). **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 154-190.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; ARRUDA, Michelle Padovese de. Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, São Paulo, v. 12, n. 3, Jun 2011.

JACCOUD, Mylène; MAYER Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 254-294

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo. Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p.47-87, abr. 2009.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set. 2009, Semestral.

_____. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008a, p. 63-85

_____. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008b.

JUSTEN, Carlos Eduardo; MORETTO NETO, Luís. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade

empresarial. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 736-750, set. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
_____. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. O desenho institucional dos conselhos gestores. In: LYRA, R. P. (Org). **Participação e segurança pública no Brasil: teoria e prática**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2009.

_____. Os conselhos gestores de políticas públicas: desafios do desenho institucional. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 38 n. 161, p. 43-79, 2002.

MARCHESE, L. Q.; KONRAD, O.; CALDERAN, T. B. Logística reversa e educação ambiental contribuindo para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Caderno Pedagógico**, Lajeado, v. 8, n. 2, p.83-96, 2011.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A, (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2009.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: GUARESHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em representações sociais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes. 2009.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Abordagem Crítica nos Estudos Organizacionais: Concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p.503-519, dez. 2013.

OLIVEIRA, Fátima O.; WERBA, Graziela C. Representações Sociais. In: JACQUES, M. da G. C. *et al.* (Orgs). **Psicologia Social Contemporânea**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 104-117.

OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 597-615, dez. 2006.

PALMONARI, Augusto; CERRATO, Javier. Representações Sociais e Psicologia Social. In: ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2014.

PAULA, Ana Paula Paes de. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 14, n. 40, p.169-188, jan./mar. 2007.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, 2001.

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves; PIMENTEL, Thiago Duarte. Gestão Social: Perspectivas, Princípios e (De)limitações. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS - EnEO, nº6, 2010, Florianópolis, Brasil, 23 a 24 de Mai. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2010.

PIZZA JÚNIOR, Wilson. Guerreiro Ramos, Administração e Ciências Sociais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p.201-208, jan./mar. 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 215-253.

PRESTES MOTTA, Fernando Claudio. O poder disciplinar nas Organizações Formais. **RAE**: Rio de Janeiro,21(4),p.33 – 41, out./dez. 1981.

_____. Controle Social nas Organizações, revisitado por Isabella F.F.Gouveia de Vasconcellos e Thomaz Wood Jr. **RAE** – São Paulo,33(5),p.68-87, set./out.1993.

_____. Maurício Tragtenberg: desvendando ideologias. **RAE**: São Paulo, v.41, n. 3, 64 – 68, jul. – set. 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. P. (Org). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 19-45

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap,1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da sociologia à política científica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**: Coimbra, v. 1, p. 11-56, jun. 1978.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Um discurso sobre a ciência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; AZEVEDO, Sergio de; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos; RIBEIRO, L. C. de; AZEVEDO, S. de. (Orgs). Governança democrática e poder local. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2004. p. 11-56.

SERVA, Maurício. A Racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. **Rae - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p.18-30, abr./jun. 1997.

SILVA, Guilherme Nunes. **Modernização ecológica V.S. ambientalismo multissetorial no setor empresarial sul-brasileiro**: estudo de caso de adoção de tecnologias limpas. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SILVA, Sabrina Soares da. **Paradigmas Ambientais e Sustentabilidade**: o que evidenciam alguns discursos organizacionais. 2010. 183 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

STÜMER, Jorge Altair Pinto. **Representações Sociais e Sustentabilidade na Rede Ecovida de Agroecologia: um estudo sobre o grupo de Nova Trento – SC**. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p.7-23, set. 1998.

_____. Tem razão a Administração? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.5-9, fev./abr. 1990.

_____. O drama de ser dois: um sociólogo engravatado. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p.29-46, jan./mar. 2010.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 3, n. 5, p.101-124, jan. 2005.

_____. Tem razão a gestão social? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 3, 2013, Florianópolis. **Anais...** . Florianópolis: Colóquio, 2013. p. 1 – 17.

_____; VILLELA, Lamounier Erthal; DIAS, Anderson Felisberto; GURJÃO, Fernanda Vianna; PORTO, Érico Cardoso; VIANNA, Bruna. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, Salvador, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

TÓTORA, Silvana; CHAIA, Vera. Conselhos Municipais e a institucionalização da participação política: a região metropolitana de São Paulo. In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos; RIBEIRO, L. C. de; AZEVEDO, S. de. (Orgs). Governança democrática e poder local. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2004. p. 193-221.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

VALA, Jorge. Representações Sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. **Psicologia Social**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 457-502.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

VIOLA, Eduardo; BOEIRA, Sérgio Luís. A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE: Florianópolis, 1990.

_____; LEIS, Héctor Ricardo. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. R. (Org). **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

WILKINSON, Ian. Ulrich Beck. In: SCOTT, John (Org). **50 Grandes sociólogos contemporâneos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 40-43.